

GABRIELA DE ANDRADE SILVERIO

**ALIMENTOS ORGÂNICOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:
PERSPECTIVAS DE ATORES SOCIAIS EM MUNICÍPIOS DE
SANTA CATARINA**

Florianópolis
2013

GABRIELA DE ANDRADE SILVERIO

**ALIMENTOS ORGÂNICOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:
PERSPECTIVAS DE ATORES SOCIAIS EM MUNICÍPIOS DE
SANTA CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Nutrição.

Orientação: Prof.^a Dra. Anete Araújo de Sousa

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da
UFSC.

Silverio, Gabriela de Andrade

Alimentos Orgânicos na Alimentação Escolar:
perspectivas de atores sociais em municípios de Santa
Catarina / Gabriela de Andrade Silverio; orientador,
Anete Araújo Sousa - Florianópolis, SC, 2013.
208 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de
Pós-Graduação em Nutrição.

Inclui referências

1. Nutrição. 2. Alimentação Escolar. 3. Alimentos
Orgânicos. 4. Agricultura Familiar. 5. Análise de
Conteúdo.
I. Sousa, Anete Araújo. II. Universidade Federal de
Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Nutrição. III.
Título.

GABRIELA DE ANDRADE SILVERIO

**ALIMENTOS ORGÂNICOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:
PERSPECTIVAS DE ATORES SOCIAIS EM MUNICÍPIOS DE
SANTA CATARINA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Nutrição”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 05 de julho de 2013.

Prof.^a Dra. Emilia Addison Machado Moreira
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Nutrição

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dra. Anete Araújo de Sousa
Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC- Presidente

Prof.^a. Dra. Estelamaris Tronco Monego
Universidade Federal de Goiás - UFG

Prof. Dr. Maurício Soares Leite
Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

Prof.^a. Dra. Suzi Barletto Cavalli
Universidade Federal de Santa Catarina-UFS

Aos meus pais, por acreditarem nos
meus sonhos...

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela certeza de cada manhã, pelas oportunidades e desafios.

Agradecer a todos que ajudaram a construir esta dissertação não é tarefa fácil. O maior perigo que se coloca para o agradecimento seletivo não é decidir quem incluir, mas decidir quem não mencionar. Então, a meus amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram com sua amizade e com sugestões efetivas para a realização deste trabalho, gostaria de expressar minha profunda gratidão.

Se devo ser seletiva, então é melhor começar do início. Meu maior agradecimento é dirigido a meus pais, por terem sido o contínuo apoio em todos estes anos, ensinando-me, principalmente, a importância da construção e coerência de meus próprios valores. Agradeço em especial a meu pai, por ter me ensinado a arte de pensar o trabalho acadêmico com rigor e disciplina, propiciando-me a fundamentação básica, sem a qual este trabalho não teria sido escrito. Agradeço, de forma muito carinhosa, a atuação de minha mãe no período de construção deste trabalho. Sua paciência infinita e sua crença absoluta na capacidade de realização a mim atribuída foram, indubitavelmente, os elementos propulsores desta dissertação. Às minhas tias corujas, Alice, Fátima e Tiana, pelo apoio distante, pelas orações constantes e por terem sempre acreditado em mim. Diogo, meu companheiro nesta trajetória, soube compreender, como ninguém, a fase pela qual eu estava passando. Durante a realização deste trabalho, sempre tentou entender minhas dificuldades e minhas ausências. Agradeço-lhe, carinhosamente, por tudo isto.

Minha esperança é que, compensando o tempo e esforço dispendidos, algumas das ideias apresentadas aqui venham por ajudar a mim mesma a identificar maneiras adicionais de enriquecer suas vidas.

À UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), pelo ensino público de qualidade e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa de estudos concedida, facilitando a dedicação exclusiva a este trabalho.

À Coordenação do PPGN/UFSC, pelo grande exemplo de gestão colaborativa. Aos secretários Sara, Nailor e Candice, pela paciência e presteza.

Aos professores Estelamaris Monego, Maurício Soares Leite, José Ronaldo Fesshaber e Suzi Barletto Cavalli por participarem das bancas examinadoras de qualificação e defesa, pelas contribuições enriquecedoras e por colaborarem com o desenvolvimento deste

trabalho desde sua concepção. Agradeço, em especial, ao professor José Ronaldo, por ter acreditado no meu potencial desde os tempos da graduação.

Às companheiras de estudos, trabalhos, cervejinhas, desabafos e conversas, Gabriella Bettiol Feltrin, Lilian Fausto, Patrícia Oliveira, aos demais colegas de mestrado, companheiros do CECANE e aos professores do PPGN que contribuíram para o meu crescimento.

À Glenda Vidal, minha colega, amiga e professora, pelas nossas discussões e estudos compartilhados, pelo seu imenso conhecimento e sua capacidade de ajudar. Por abrir sua casa e me apresentar a sua maravilhosa família na minha ida ao Pará, numa viagem que foi inesquecível.

Aos meus verdadeiros amigos que encontrei ao longo de mais esse período da escada acadêmica: Janaína Dal Moro, pelo bom humor sempre presente e por ser a pessoa certa na hora da diversão; Tielly Maders, pelos inúmeros bate-papos sempre muito bem fundamentados; Deise Bresan, minha companheira em todas as ocasiões, ora um passeio na praia, ora sua própria coleta e pesquisa; Georges Borges, meu querido amigo que me cativou pela sua persistência e humildade; Eloy Mellilo, um presente que Deus colocou em meu caminho, meu melhor amigo.

À professora Anete Araújo Sousa, por orientar com seriedade e leveza, por levar em conta as minhas ideias, pela amizade e compreensão nos momentos difíceis.

Àquelas com quem dividi angústias e alegrias, compartilhei lágrimas e sorrisos e me fizeram felizes todos os dias. Obrigada: Giordane Andrade de Paula, pelas caronas, passeios e terapias grátis; Renan Campos de Andrade, pela companhia e cuidado; Lucas Frederico Andrade de Paula, pela amizade e boas conversas; Daniela Bresolin, por me mostrar que para ser amiga às vezes é preciso estar longe; Bruna Todeschini, por me fazer sorrir em meio a tantos choros; meus vizinhos Eduardo Barros, Josnei Carvalho, Rafael Santos e Telmo Thompson, pela prontidão em consolos e momentos agradáveis. Agradeço por vocês terem facilitado as minhas crises, terem comemorado as minhas vitórias e serem pessoas que eu sei que eu posso contar a qualquer momento.

Aos meus preciosos amigos Rafael Rath e Eduardo Tourinho, que mesmo distantes estão sempre presentes, afinal me apresentaram com êxito esta que chamam de Ilha da Magia, e pela qual me apaixonei.

À minha madrinha Tânia e suas filhas Penélope e Priscila por terem me acolhido em seu apartamento na época do processo seletivo.

Meu amor incondicional a todos estes que fazem parte deste trabalho, seja pelos conselhos, pelas sugestões ou mesmo pelas distrações, lembrando sempre que já dizia Vinícius de Moraes: “É impossível ser feliz sozinho..”.

*“O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa, sossega e depois
desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem”.*

(João Guimarães Rosa)

RESUMO

SILVERIO, Gabriela de Andrade. **Alimentos orgânicos na alimentação escolar:** perspectivas de atores sociais em municípios de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

A família e a escola são espaços onde as crianças passam a maior parte do dia e representam referências importantes na formação de hábitos alimentares. Estudos mostram a preocupação crescente na busca de ações que possibilitem ampliar os papéis da alimentação escolar para a promoção da educação em saúde e nutrição. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) abrange todos os municípios brasileiros e tem o objetivo de suprir as necessidades do escolar durante seu período de permanência na escola, visando à promoção dos hábitos alimentares saudáveis, bem como desenvolvimento, crescimento, aprendizagem e rendimento escolar. Novas diretrizes do PNAE foram estabelecidas através da Lei 11.947 e Resolução/CD/FNDE nº 38, promulgadas em julho de 2009. Entre elas, destaca-se a que estipula que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar, local, regional ou nacional. Nesse contexto, análises sobre o fortalecimento das ações relacionadas à aquisição de alimentos orgânicos pelas escolas, considerando as perspectivas dos atores sociais do PNAE são necessárias. Para compreensão dessas perspectivas utilizou-se nesse estudo uma abordagem qualitativa por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2004), que é um conjunto de técnicas de análise que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, indicadores (quantitativos ou não) que permitam conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens. Entre maio e agosto de 2010 realizou-se um censo por meio de um questionário eletrônico com todos os municípios catarinenses, buscando identificar o percentual de compras de alimentos para a alimentação escolar da agricultura familiar e quais destes compravam alimentos orgânicos. A segunda etapa consistiu de uma seleção dos municípios catarinenses que compravam alimentos da agricultura familiar e/ou orgânicos para a alimentação escolar. No presente estudo, foram utilizados os dados coletados pelo CECANE/SC (2010) por meio do questionário aplicado aos atores sociais da alimentação escolar

(agricultor familiar, presidente de cooperativa, CAE, diretor escolar, nutricionista e merendeira), referentes à última questão aberta: existe alguma sugestão que você faria para facilitar que os produtos provenientes da agricultura familiar e os alimentos orgânicos sejam usados na alimentação escolar? Os resultados apontaram 684 sugestões de 446 atores sociais da alimentação escolar. As sugestões foram categorizadas em 4 temas: (a) a Programação da Demanda e Oferta de alimentos orgânicos (n=130; 19,0%) foi sugerido especialmente por diretores de escolas, agricultores familiares e merendeiras, que destacaram situações referentes à logística e à organização do Programa; (b) a Gestão da Produção da alimentação escolar (n=120; 17,8%) foi referida diretores escolares e merendeiras, que destacaram sugestões ligadas à qualidade higiênico-sanitária e o planejamento alimentar; (c) a Gestão Governamental do Programa (n=148; 21,6%) foi o tema das sugestões de diretores escolares e agricultores familiares, apontando como grande dificuldade a falta de um incentivo maior por parte do governo e, por fim, (d) as Estratégias de Divulgação (n=286; 41,8%) destacaram-se principalmente como tema das sugestões de diretores escolares e nutricionistas que se referiram à formação dos atores sociais, estratégias pedagógicas e sensibilização comunitária como formas de facilitar a utilização de alimentos orgânicos nas escolas de Santa Catarina. A perspectiva dos atores sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar dos 52 municípios para facilitar a utilização dos alimentos orgânicos pelas escolas de Santa Catarina se dará, predominantemente, pela formação dos diferentes atores sociais da alimentação escolar, desde o apoio técnico aos agricultores, passando pelos projetos e estratégias educacionais dentro da escola até a sensibilização comunitária. Além disso, os desafios da produção de alimentos orgânicos e sua utilização por parte das escolas, tais como a organização entre demanda e oferta de alimentos orgânicos e a gestão da produção da alimentação, especialmente relacionados aos limites da certificação para o pequeno agricultor são algumas das situações a serem superadas. A partir do estabelecimento da diretriz de compra da agricultura familiar, preferencialmente orgânica, por meio da fixação de um percentual mínimo de aquisição, gestores governamentais e CAE, como representante da comunidade escolar para o controle social do Programa, devem exigir o cumprimento desta diretriz como elemento fundamental para a expansão dos objetivos do PNAE, assim como estabelecer formas de acesso à população quanto à sua importância.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Alimentação orgânica. Atores sociais. Análise de conteúdo.

ABSTRACT

Family and school are places where children spend most of the day and represent important landmarks in the formation of habits. Studies have shown a growing concern in the search for actions that allow to expand the roles of school meals for the promotion of health education and nutrition. The National School Nutrition Programme (PNAE), covers all the municipalities and aiming to meet the needs of the student during their stay in school in order to promote healthy dietary habits, as well as development, growth, learning and school performance. New guidelines of the Program were established by Law 11.947 and Resolution/CD/FNDE n° 38, enacted in July of 2009. Among them, there is the stipulation that at least thirty percent (30%) of the total funds, transferred by the National Fund for Education Development (FNDE), should be used to buy food, preferably organic food, produced by local, regional or national family farms. In this context, analysis of the strengthening of the actions related to the purchase of organic food in schools, considering the perspectives of social actors of the Program are required. To understand these perspectives, we used a qualitative approach in this study by the technique of content analysis proposed by Bardin (2004), which is a set of analysis techniques that seeks, for systematic and objective procedures, indicators (quantitative or not) that enable knowledge concerning the conditions of production of these messages. Between the months of May and August of 2010, through an electronic questionnaire, a census was held to all the municipalities of Santa Catarina, seeking to identify the percentage of food purchases for school feeding family farming and which of these are buying organic foods. The second stage consisted of a selection of the municipalities of Santa Catarina who bought food from family farms and/or organic school feeding. In the present study, we used data collected by CECANE/SC (2010), through a survey of the social actors school meals (family farmer, president of the cooperative, CAE, director of school nutrition and lunch box), referring to the last open question: Is there any suggestions that would you make to facilitate the products from family farms and organic foods used in school meals? The results showed 684 suggestions of the 446 social actors of school meals. The suggestions were categorized into four themes: (a) Schedule of Demand and Supply of organic foods (n=130; 19,0%) was the subject of suggestions, especially school principals, farmers family and cooks, which highlighted situations relating to logistics and organization of the program; (b) The Management Production of school feeding (n=120;

17,8%) were reported by principals and the cooks, whom highlighted suggestions related to the quality sanitary conditions and food planning; (c) The Government Management Program (n=148; 21,6%) was the theme of the suggestions of school principals and farmers, pointing out to the lack of great difficulty, a greater incentive for the government and, finally, (d) Disclosure Strategies (n=286; 41,8%) stood out especially as the theme of suggestions for school principals and dietitians who referred to the formation of social actors, teaching strategies and community awareness as ways to increase the use of organic food in the schools of Santa Catarina. The perspective of the social actors of the National School Feeding of the 52 municipalities on increasing the use of organic food by schools of Santa Catarina will occur predominantly by the formation of different social actors of school meals provided technical support to farmers through by projects and educational strategies within the school through community awareness. Furthermore, the challenges of organic food production and its use by schools, such as the organization between demand and supply of organic food and food production management, especially regarding the limits of certification for small farmers are some of the situations to be overcome. From the establishment of guidelines for the purchase of family farm, preferably organic, by fixing a minimum percentage of acquisition, government managers and CAE, as a representative of the school community for the social control of the program, shall require compliance with this guideline as key element in the expansion of the objectives of the Program and to establish ways of access to the public as to its importance.

Keywords: School feeding. Organic food. Social actors. Content analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Análise de Conteúdo
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNA	Comissão Nacional de Alimentos
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CRN	Conselho Regional de Nutricionistas
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DF	Distrito Federal
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EE	Entidade Executora
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FAO	Food and Agriculture Organization
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FISI	Fundo Internacional de Socorro à Infância
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FTS	Farm to School
IFOAM	Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MP	Medida Provisória
NUPPRE	Núcleo de Pesquisa em Produção de Refeições
OCC	Organização de Controle Social
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE	Programa de Alimentação Escolar
PGPAF	Programa Garantia de Preço ao Agricultor Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
REBRAE	Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição
REFAE	Representação Estadual da Fundação de Assistência ao Estudante
RT	Responsável Técnico
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SOEL	Fundação Agricultura e Ecologia da Alemanha
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICEF	United Nations International Children Emergency Fund

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Etapas da pesquisa	76
Figura 2 –	Distribuição regional dos municípios que compravam alimentos provenientes da agricultura familiar orgânica em Santa Catarina	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Descritores utilizados para a revisão da literatura em português e inglês	34
Quadro 2 –	Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar, desde a concepção até a descentralização do Programa.....	40
Quadro 3 –	Atendimento das necessidades diárias dos alunos conforme o tempo de permanência e tipo de escola, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 38.....	43
Quadro 4 –	Adaptado do passo a passo da compra da agricultura familiar para o PNAE (BRASIL, 2009e).....	54
Quadro 5 –	Resumo dos principais estudos internacionais sobre alimentação orgânica nas escolas destacados na revisão bibliográfica (Continua).....	61
Quadro 6 –	Resumo dos principais estudos nacionais sobre alimentação escolar em geral destacados na revisão bibliográfica.....	63
Quadro 7 –	Nº de sugestões para facilitar o consumo de alimentos orgânicos por ator social e região catarinense.....	78
Quadro 8 –	Categorias prévias, referentes ao tema “Alimentos orgânicos na alimentação escolar: perspectivas de atores sociais em municípios de Santa Catarina”, conforme revisão da literatura.....	79
Quadro 9 –	Passo a passo da Exploração durante a Análise de Conteúdo ...	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	29
1.1 OBJETIVOS	33
1.1.1 Objetivo Geral	33
1.1.2 Objetivos Específicos.....	33
1.2 ESTRUTURA GERAL DO TRABALHO.....	33
2 REFERENCIAL TEÓRICO	35
2.1 A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL.....	35
2.1.1 A Origem da Alimentação Escolar no Brasil: período de 1930 a 1979.....	35
2.1.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar: o processo de descentralização.....	37
2.1.3 Atores Sociais do PNAE.....	44
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTOS ORGÂNICOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	51
2.2.1 Agricultura Familiar	51
2.2.2 Alimentos Orgânicos.....	55
2.2.3 Alimentos Orgânicos na Alimentação Escolar.....	61
3 PERCURSO METODOLÓGICO	73
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	73
3.2 DEFINIÇÃO DE TERMOS RELEVANTES PARA A PESQUISA.....	73
3.3 ETAPAS DA PESQUISA.....	75
3.4 DEFINIÇÃO DE CATEGORIAS.....	78
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	80
4 ARTIGO ORIGINAL	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	123
APÊNDICE 1: Grade de exploração do material com definição das unidades de registro	125
APÊNDICE 2: Categorização final a partir das unidades de registro encontradas na AC	194
APÊNDICE 3: Nota de Imprensa	196

ANEXOS	198
ANEXO A: Cópia do parecer (nº 1005/2010) do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da pesquisa: Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina	200
ANEXO B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido elaborado pelo CECANE/SC, entregue a cada um dos entrevistados na pesquisa: Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina	202
ANEXO C: Protocolo para preenchimento dos instrumentos da pesquisa: Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina.....	204

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros anos da vida são decisivos para que as crianças desenvolvam um perfil nutricional saudável. Durante esse período, há evidências científicas de que este grupo é considerado vulnerável em termos nutricionais, uma vez que sob o efeito da má nutrição pode haver implicações tanto para sua saúde quanto para o seu bem-estar social. Assim, a família e a escola são ambientes onde as crianças passam a maior parte do dia e representam referências na formação de hábitos alimentares (BUTTIVANT; KNAI, 2011).

Nesse sentido, Costa *et al.* (2001), argumentam que o ambiente da escola, ao articular de forma dinâmica alunos, familiares, professores, técnicos administrativos e profissionais de saúde, proporciona as condições favoráveis ao desenvolvimento psicoafetivo, ao aprendizado e ao trabalho de todos os envolvidos nesse processo, podendo, como consequência, constituir-se em um núcleo de promoção de saúde.

Diferentes experiências brasileiras no âmbito da escola vêm se solidificando com base na proposta da iniciativa das Escolas Promotoras de Saúde. Esta proposta, com o aval da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), busca pautar práticas fomentando o desenvolvimento humano saudável com relações humanas construtivas. É reconhecida pelo desenvolvimento de ações que possibilitam ampliar os papéis da alimentação escolar para a promoção da educação em saúde e nutrição (BRASIL, 2006a).

A promoção da saúde é vista como uma intervenção que depende da articulação intersetorial e da participação social, voltada para a consecução do direito à saúde, mediante ações voltadas para a melhoria das condições de vida e cidadania (BRASIL, 2006a).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) abrange todos os municípios brasileiros, e de forma suplementar, apresenta o objetivo de suprir as necessidades do escolar durante seu período de permanência na escola, visando à promoção dos hábitos alimentares saudáveis, bem como desenvolvimento, crescimento, aprendizagem e rendimento escolar. É considerado uma política pública estratégica para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e saudável dos escolares (BRASIL, 2009b).

Diretrizes do PNAE foram estabelecidas através da Lei 11.947 e Resolução/CD/FNDE nº 38, promulgadas em julho de 2009. Entre elas, destaca-se a que estipula que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação (FNDE) sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar, local, regional ou nacional (BRASIL, 2009c).

Segundo Bonnal e Maluf (2009), os programas nacionais voltados à promoção da agricultura familiar e o agro extrativismo abrangem dimensões sociais e econômicas, objetivando a inclusão social e a redistribuição da renda, com políticas sociais que se relacionam com o direito de acesso universal a serviços sociais de qualidade, geração de emprego e renda, melhoria das condições de trabalho (apoio à agricultura familiar) e ações dirigidas à população mais vulnerável; regional, ao executar uma política de fortalecimento do planejamento territorial no setor público; ambiental, ao adotar o manejo sustentável dos recursos naturais, coibindo ações produtoras de desequilíbrios ambientais; e democrática, fortalecendo a cidadania e garantindo direitos humanos, prevendo o desenvolvimento de relações democráticas baseadas na equidade, com oportunidades iguais em todos os aspectos da vida social.

Nas análises de Triches e Schneider (2010), com estas diretrizes, surgiu um espaço maior aos agricultores familiares orgânicos nos municípios, com um incentivo ao consumo de alimentos *in natura* por parte dos escolares, podendo reduzir a oferta de alimentos processados. Este apoio, além de estimular a produção de alimentos sustentáveis e a renda, proporciona uma maior diversidade e a oferta de alimentos de qualidade, menor custo com transporte e também promove uma conexão entre o produtor e o consumidor final.

De acordo com a Lei nº 10.831 de 2003, considera-se alimento orgânico o produto da agricultura orgânica *in natura* ou processado, obtido de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. Associa-se a sua produção a sustentabilidade econômica, ecológica, técnica e econômica, uma vez que além de melhorar a diversidade e promover a preservação do meio ambiente, apresenta benefícios sociais por meio da utilização de recursos renováveis e pelo aumento de oportunidades de emprego (BRASIL, 2003; FAO, 2002).

No entanto, em função do caráter recente da legislação, existe o desafio de aumentar a compra de alimentos orgânicos de agricultores e empreendedores familiares e consequentemente resgatar o consumo de alimentos *in natura* nas escolas. No Brasil, os mecanismos de participação social para garantia deste direito estão emergindo no país, a exemplo das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2010).

A alimentação escolar e o PNAE inserem-se nas diretrizes do Decreto no 7.272, que dentre outras ações, destaca: oferta de alimentos aos estudantes, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar; educação para segurança alimentar e nutricional; fortalecimento da agricultura familiar; aquisição governamental de alimentos provenientes da agricultura familiar para o abastecimento e formação de estoques; mecanismos de garantia de preços mínimos para os produtos da agricultura familiar e da sócio biodiversidade; acesso à terra e conservação, manejo e uso sustentável da agro biodiversidade (BRASIL, 2010).

A iniciativa Escolas Promotoras da Saúde pretende reforçar a ação das políticas sociais, como de educação e saúde, para aprimoramento de recursos, instrumentalização técnica de profissionais e representantes da população, ao controle social das condições de saúde da comunidade escolar, à constituição de relações interpessoais mais solidárias e à implementação de políticas públicas que garantam opções saudáveis para o cidadão, desta e de gerações futuras, nos espaços sociais e de convivência (BRASIL, 2006a).

As sugestões dos atores que sustentam e operam esse programa foi o tema de análise deste estudo, considerando a sua relevância para o controle social do Programa. A análise das sugestões é relevante para o balizamento de futuras políticas públicas e estratégias tanto de manutenção da compra de alimentos orgânicos nos municípios citados na pesquisa, quanto na articulação para integração e incremento em outros municípios. Além disso, dimensões sociais, como aumento da renda do agricultor familiar e criação de empregos, devem ser levadas em conta no que diz respeito ao uso de alimentação orgânica nas escolas (BRASIL, 2006a; BONNAL e MALUF, 2009).

Kristensen *et al.* (2009) observaram que a introdução de alimentação orgânica nas escolas da Dinamarca está relacionada com o envolvimento dos atores sociais, pois são eles que participam do sistema de alimentação escolar e auxiliam na implementação de alimentação saudável nas escolas.

Izumi *et al.* (2010b) avaliaram as perspectivas dos agricultores para o programa de alimentação escolar norte-americano. Os resultados sugerem os motivos pelos quais os agricultores vendem seus produtos para as escolas, destacando a obtenção de renda e a diversificação do plantio. Alertam a necessidade de sustentação das conexões entre agricultores e profissionais da escola, uma vez que é fundamental que as necessidades dos agricultores e motivações sejam consideradas.

No Brasil, Lima e Sousa (2011) em estudo sobre utilização de alimentos orgânicos em escolas de Santa Catarina, identificaram necessidades de aprimoramento no processo de aquisição dos alimentos orgânicos no estado. O estudo concluiu que há necessidade de revisão na gestão adotada pela escola: parcerias com fornecedores; estudo comparativo de preços e atuação dos atores envolvidos com a alimentação escolar para o fortalecimento do programa.

Estudos sobre perspectivas de atores sociais dos programas de alimentação escolar no que diz respeito à aquisição de alimentos orgânicos, ainda são escassos. Contudo, percebe-se a relevância do controle social por parte da comunidade escolar em garantir alimentos que apresentem relação com o conceito ampliado de saúde (humana, social e ambiental) (AZEVEDO e RIGON, 2010). As análises sobre o uso destes alimentos podem também auxiliar no levantamento de situações vivenciadas pelos atores em seus municípios.

Nesse contexto, e a partir da legislação, análises sobre as perspectivas dos atores sociais do PNAE são necessárias, considerando o fortalecimento das ações relacionadas à aquisição de alimentos orgânicos pelas escolas, e também a saúde dos escolares. Estes aspectos despertaram o interesse para a análise desta problemática, com consequente aprofundamento do conhecimento sobre o tema.

Assim, a pergunta de partida que norteia esta pesquisa é a seguinte:

- Quais as sugestões de atores sociais ligados à alimentação escolar em municípios de Santa Catarina para facilitar o consumo de alimentos orgânicos?

Este estudo está inserido no Núcleo de Pesquisa de Nutrição de Produção de Refeições (NUPPRE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha de pesquisa Qualidade em produção de refeições, na temática Alimentação Escolar, onde já foram realizados os estudos: *Alimentos orgânicos na alimentação escolar pública: um estudo de caso* (LIMA, 2006), *A alimentação orgânica e as ações educativas: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição* (CUNHA, 2010) e *Demanda e oferta de alimentos orgânicos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios de Santa Catarina* (SILVA, 2012).

A proposta de estudo insere-se ainda no projeto realizado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar do Estado de Santa Catarina (CECANE SC) financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), intitulado: *Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos*

na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Analisar as sugestões de atores sociais ligados à alimentação escolar em municípios de Santa Catarina para facilitar a utilização de alimentos orgânicos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Sistematizar os grupos de temas levantados pelos atores sociais sobre a utilização de alimentos orgânicos na alimentação escolar;
- Identificar as sugestões dos atores sociais para facilitar a utilização de alimentos orgânicos nas escolas;
- Analisar comparativamente as sugestões e situações levantadas por ator social.

1.2 ESTRUTURA GERAL DO TRABALHO

Esta dissertação está dividida em introdução, referencial teórico, percurso metodológico, artigo original e considerações finais.

Na introdução apresentou-se um contexto geral dos principais conceitos e da problemática a ser abordada, a pergunta de partida e na sequência os objetivos gerais e específicos. A revisão bibliográfica foi dividida em 2 tópicos: 1. Alimentação Escolar no Brasil e 2. Agricultura Familiar e Alimentos Orgânicos na Alimentação Escolar.

Para a busca das informações sobre a temática estudada utilizou-se as bases de dados PubMed, da *National Library of Medicine*, *The Scientific Electronic Library Online – Scielo*, *Scopus*, *Science Direct*, LILACS, Portal Brasileiro da Informação Científica – Periódico CAPES, sites oficiais nacionais e internacionais, acervo bibliográfico da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, Plataforma Lattes, anais de Congressos, teses e dissertações. Os descritores utilizados nas buscas estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Descritores utilizados para a revisão da literatura em português e inglês

Língua portuguesa	Língua inglesa
Alimentação Escolar Merenda Escolar	<i>School meals</i>
Programa Nacional de Alimentação Escolar	<i>National School Meals Programme</i>
Alimentos orgânicos Produtos orgânicos	<i>Organic food</i>
Atores sociais	<i>Stakeholders</i>

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

2.1.1 A Origem da Alimentação Escolar no Brasil: período de 1930 a 1979

As origens da alimentação escolar no Brasil podem ser rastreadas desde os debates iniciais sobre a segurança alimentar nos anos de 1930. A má nutrição infantil era uma das grandes preocupações de saúde pública mundial. Era necessário um instrumento de ajuda alimentar destinado a aliviar a fome em curto prazo e reduzir a desnutrição (SOBRAL; COSTA, 2008; PEIXINHO *et al.*, 2011; TURPIN, 2009).

No Brasil, a subnutrição começou a ser identificada como problema social durante o governo de Getúlio Vargas, a partir da segunda metade da década de 30. A pobreza passou a ser associada com práticas alimentares e serviços de saúde inadequados e reconheceu-se que somente a correção destes determinantes poderia levar a uma solução definitiva (SILVA, 1995).

Segundo Silva (1995) e Schmitz *et al.* (1997), em 1945 foi instalada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), com funções de definir a política nacional de alimentação, estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população, estimular pesquisas relativas aos problemas de alimentação, trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira estimulando e acompanhando campanhas educativas, e contribuir para o desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados.

Até a década de 50 não havia, no Brasil, um fornecimento regular da alimentação escolar. Neste período, havia a organização particular das escolas, por iniciativa das caixas escolares, do fornecimento de alimentação à totalidade dos alunos, ou aos mais carentes, conforme a necessidade ou disponibilidade de recursos. A caixa escolar era mantida por contribuição voluntária de empresas locais e dos alunos em condição de contribuir. Este atendimento efetivado através das caixas apresentava uma visão assistencialista, uma vez que se utilizava a expressão “aluno da caixa” (COLLARES; MOYSÉS, 1995; SCHMITZ *et al.*, 1997).

Na década de 50, foi redigido o documento denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, em que se apresentou, pela primeira vez, a estrutura de um programa de alimentação escolar, sob a responsabilidade do governo federal e com

abrangência nacional. Do plano original, apenas o Programa de Alimentação Escolar evoluiu, com financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atualmente UNICEF (*The United Nations Children's Fund*). Neste período houve a distribuição do excedente de leite em pó (BRASIL, 1999).

Em 1955, uma campanha nacional de alimentação escolar foi lançada em algumas escolas no Nordeste, no Norte e no Sudeste, e que acabou por integrar posteriormente o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, ou PRONAN (SILVA, 1995; SOBRAL; COSTA, 2008).

Collares e Moysés (1995) relatam esta fase da seguinte forma: o fim da guerra na Coreia, na década de 50, e a produção de uma supersafra americana promoveram um excedente agrícola que foi destinado ao UNICEF. Parte desta doação foi encaminhada ao atendimento de programas de suplementação alimentar no Brasil, incluindo-se aí a alimentação escolar.

A formalização deste atendimento, no entanto, só ocorreu em 31 de março de 1955, através do Decreto nº 37.106 (BRASIL, 1955), onde foi instituída a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), posteriormente alterado pelo Decreto nº 40.052 (BRASIL, 1956), quando ocorreu a criação da Campanha da Merenda Escolar (CME), sob responsabilidade da Comissão Nacional de Alimentos (CNA). Desta forma, em 1955, o mais antigo programa de suplementação alimentar do País ganhou abrangência nacional. Os primeiros objetivos oficiais do programa eram melhorar as condições nutricionais e a capacidade de aprendizagem, bem como diminuir os índices de evasão e repetência, com a consequente melhoria do rendimento escolar. É possível observar que grande parte desses objetivos atravessou o tempo sem sofrer alteração. A meta principal do programa, no entanto, era proporcionar suplementação alimentar de 15% das necessidades nutricionais diárias dos escolares e pré-escolares (SCHMITZ, 1997).

O primeiro PRONAN (1973-1974) teve sua execução prejudicada por dificuldades administrativas. Em 1976, foi lançado o PRONAN II pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), por parte do Ministério da Saúde. Os produtos alimentícios juntamente com outros materiais escolares, eram armazenados em nível federal e estadual e, em seguida, enviados às escolas. Devido aos sistemas de distribuição precária em áreas rurais, os produtos estragavam muitas vezes antes de atingir as escolas, e o cardápio da alimentação escolar consistia apenas de itens de alimentos não perecíveis chamados formulados, que consistiam de misturas de cereais e farinha, leite em pó e carne e

extratos vegetais, que podiam ser elaborados por adição de água ou leite (SPINELLI; CANESQUI, 2002; SILVA, 1995).

Em 1979, passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O programa foi concebido para fornecer alimentos para creches públicas e filantrópicas, pré-escolas e escolas primárias, e deveria cobrir 15-30% da necessidade de ingestão nutricional dos alunos para um calendário escolar de 180-200 dias (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

2.1.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar: o processo de descentralização

O PNAE se configura como o maior e mais antigo programa na área de alimentação e nutrição do Brasil, tanto em recursos como em número de indivíduos atendidos. É também considerado o maior programa de alimentação escolar do mundo, com cobertura universal e que atende, gratuitamente, a todos os seus beneficiários (BRASIL, 2009c).

O PNAE foi inicialmente implementado pela Fundação para a Assistência ao Estudante (FAE), criada em 1981, como parte do Ministério da Educação. Desde 1983, a FAE tentou descentralizar a alimentação escolar (SOBRAL; COSTA, 2008).

A partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988) é que ficou assegurado o direito universalizado à alimentação escolar aos alunos de ensino fundamental, a ser oferecida pelos governos federal, estaduais e municipais:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

De 1983 a 1997, o programa manteve-se sob coordenação da FAE. Consolidou-se o papel das Secretarias Estaduais de Educação

através dos Programas Estaduais de Alimentação Escolar, que executavam o programa em nível estadual. O Programa visava assegurar assistência aos alunos de pré-escola e de 1º grau, matriculados em estabelecimentos oficiais de ensino regular e filantrópico (OTSUKI, 2011).

Em 1986, os técnicos da FAE reconheceram que a operacionalização do Programa poderia ocorrer de forma descentralizada. Assim, no período entre 1986 e 1989 foram firmados, de maneira experimental, convênios com 197 municípios brasileiros, visando a uma futura concretização do processo de municipalização. Apesar dos resultados terem sido considerados positivos, a proposta de municipalização foi desativada em função de alterações nas prioridades políticas da FAE (ABREU, 1995).

Em 1994, a Lei nº 8.913 entrou em vigor com o objetivo de determinar os papéis dos governos municipais no PNAE. Existiam denúncias contra as políticas da FAE de que os produtos enviados às escolas não eram de qualidade. Além disso, a FAE não delegava aos governos locais para tomarem decisões sobre o cardápio e o processo de aquisição de alimentos no comércio e agricultura locais para suas redes de ensino. Esta proposta de definição de papéis foi uma das principais ações do Plano de Combate à Fome e à Miséria do governo de Itamar Franco (BRASIL, 1994; ABREU, 1995).

Estas reivindicações foram ouvidas e apoiadas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, período que iniciou o processo de descentralização e privatização das políticas brasileiras. Para oficializar tais alterações, foram firmados convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios, denominadas entidades executoras (EE), para repasse de recursos financeiros, transferindo a essas, entre outras atribuições, a responsabilidade pela aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios destinados ao suprimento da alimentação escolar (SCHMITZ, 1997).

Estudo de Otsuki (2011) que explorou as condições potenciais de introdução de alimentos locais para a alimentação escolar em estudo de caso brasileiro, demonstrou que até o final de 1996, a FAE ainda mantinha um cadastro de produtos que poderiam ser adquiridos por estados e municípios. Assim sendo, só era permitido às Entidades Executoras incluir alimentos cadastrados previamente, havendo, desta forma, pouca inovação quanto aos gêneros adquiridos e utilizados.

Em 1997, o Governo de Fernando Henrique Cardoso substituiu a responsabilidade de execução do PNAE da FAE para o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 1997). Em

1998, a transferência dos recursos financeiros do FNDE para os governos locais tornou-se automática. Este processo reduziu a burocracia e os governos locais passaram a organizar os seus próprios métodos de aquisição de alimentos (BRASIL, 1998). Em 2001, a transferência foi regularizada com o repasse de 10 parcelas por ano, para cobrir a compra de alimentos para 200 dias letivos (BRASIL, 2001).

O processo de descentralização do PNAE foi instituído através da Lei nº 8.913/94, e apresentou características distintas. No primeiro período, 1993 a 1998, a municipalização ocorreu por livre adesão, ou seja, os municípios que apresentassem interesse na administração do programa precisavam comprovar, junto às representações estaduais (REFAEs), um plano de trabalho, acompanhado dos documentos exigidos pela legislação vigente (FGTS, INSS, declaração de, no mínimo, 25% dos impostos aplicados no ensino do exercício anterior, balancete do ano anterior e orçamento do ano em curso) (ABREU, 1995). Desta forma, era verificada a viabilidade da municipalização do programa para firmar o convênio.

Com a Medida Provisória nº 1.784 (BRASIL, 1998), a municipalização deixou de ocorrer por livre adesão, passando a ser obrigatória em todos os municípios.

Assim, a gestão do programa para atendimento à rede municipal e filantrópica passou a ser efetuada pelas prefeituras municipais. O atendimento às escolas pertencentes à rede estadual de ensino deveria ser realizado pelas respectivas Secretarias Estaduais de Educação, ou pelo município, caso houvesse a delegação da administração estadual. Desta forma, a Medida Provisória nº 1.784 (BRASIL, 1998) possibilitou o atendimento da rede estadual pelo município, mas não o inverso.

Com a publicação da referida MP, e suas reedições, o programa passou a ter novo direcionamento, ou seja, foi facultada aos estados e municípios a possibilidade de transferência dos recursos às unidades escolares (BRASIL, 1998).

Outra inovação implementada pela mesma Medida Provisória refere-se à transferência direta dos recursos do FNDE para contas específicas das EE, abertas pelo Fundo, sem a necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato (BRASIL, 1998).

O Quadro 2 apresenta o resumo da evolução regulamentar da alimentação escolar no Brasil do período de 1930 a 1998.

Quadro 2 – Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar, desde a concepção até a descentralização do Programa.

1930	Surgimento das caixas escolares – iniciativa particular e assistencialista
1940	Idealização do o programa
1950	Surgimento do programa sobre responsabilidade pública Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN): “Conjuntura Alimentar e o Problema de Nutrição no Brasil” – estruturava-se um programa de alimentação escolar público em âmbito nacional
1955	Implementação do Programa – Campanha de Merenda Escolar (CME)
1956	A Campanha de Merenda Escolar passou a ser denominada como Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME)
1965	O Nome CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação escolar (CNAE)
1955-1974	Distribuição de gêneros para municípios carentes, recursos advindos principalmente de organismos internacionais
1974-1994	Compra de alimentos pelo governo brasileiro de empresas nacionais
1976	O CNAE passou a ser integrante do II PRONAN implementado pelo INAN (Instituição Nacional de Alimentação e Nutrição)
1979	Alteração na nomenclatura do Programa Nacional de Alimentação Escolar
1981	Passa a ser gerenciado pelo Instituto Nacional de Assistência ao Estudante
1983	Passa a ser gerenciado pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)
1986	FAE – estímulo à descentralização
1988	Promulgação da Constituição – alimentação escolar passa a ser um direito constitucional
1994	Início do processo de descentralização dos recursos para execução do programa, por meio de convênios com Estados e Municípios, Criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE)
1997	Surgimento o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em substituição da FAE, extinta no mesmo ano
1998	Consolidação da descentralização

Fonte: BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b.

A partir do final de 1996, a FAE passou a dar liberdade de escolha dos cardápios a estados e municípios. Esta etapa decisiva

possibilitou a inclusão de novos alimentos, ocorrendo maior adequação aos hábitos alimentares regionais (OTSUKI, 2011).

A Medida Provisória nº 2.178, de 28/06/01 (reedição da MP 1784/98), apresentou a obrigatoriedade de que 70% dos recursos financeiros repassados pelo governo federal fossem aplicados na aquisição de produtos básicos.

O Programa passou a ser descentralizado em todo o País, em virtude das parcerias com os municípios, estados e o DF. Os recursos financeiros e as funções foram transferidos para jurisdições locais, e o papel do Governo Federal foi direcionar sua capacidade administrativa e institucional para o desenvolvimento e a regulação de políticas de alimentação e nutrição/saúde dos escolares associada aos projetos educacionais. Fica também a cargo do Governo Federal a responsabilidade da fiscalização e avaliação do programa executado em nível local e a capacitação e treinamento dos atores sociais envolvidos, como, por exemplo, toda a comunidade escolar, representada pelos gestores públicos, diretores, professores, merendeiras, nutricionistas, pais e sociedade civil, assim como a definição do currículo pedagógico (BRASIL, 2006c).

A descentralização trouxe mudanças significativas na operacionalização do Programa, com consequências positivas para a qualidade do serviço e da alimentação, com a possibilidade de fornecimento de uma alimentação escolar mais variada, com maior volume de alimentos *in natura* e mais condizente com os hábitos alimentares das diversas regiões do país, bem como a racionalização da logística e dos custos de distribuição (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

Como o programa é intersetorial, o Governo Federal também se tornou responsável pela articulação das várias políticas públicas que intervêm e propõem a integração nos níveis locais. As normas que regulam o programa foram elaboradas e pautadas pela saúde, pela educação, pela política de SAN e pelo DHAA (BRASIL, 2006b).

Instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) possui o objetivo de integrar, articular e adequar políticas e ações da agroecologia e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. Suas diretrizes incluem ainda conservação de ecossistemas, valorização da agro biodiversidade e redução das desigualdades de gênero (autonomia econômica feminina) (BRASIL, 2012).

Merece destaque a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O SISAN tem por objetivo formular e implementar políticas e planos de SAN, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN no país (BRASIL, 2006b).

A SAN na Lei nº 11.346 de 2006, Art. 4. é definida como as condições de acesso aos alimentos por meio da produção preferencialmente da agricultura tradicional e familiar, da industrialização, da comercialização, dos acordos internacionais de distribuição e abastecimento dos alimentos, incluindo a água, a geração de emprego e a redistribuição de renda. Engloba a biodiversidade e a utilização dos recursos sustentáveis, a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, especialmente dos grupos vulneráveis respeitando a diversidade étnica e racial e a cultura alimentar da população (BRASIL, 2006b).

Segundo a Lei nº 11.497/2009, também intitulada Lei da Alimentação Escolar, aprovada em junho de 2009, o objetivo do PNAE é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, para a aprendizagem, rendimento escolar e formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009b).

Segundo Turpin (2009) esta normativa foi determinante para o fortalecimento do PNAE e da agricultura familiar e orgânica no Brasil. Esta análise, parte da constatação de que a regulamentação pode ser um instrumento de resgate da soberania e SAN dos escolares, além de integrar a educação alimentar e nutricional no currículo escolar e promover a dinamização das economias locais. Todos estes aspectos têm se constituído em função da obrigatoriedade de que no mínimo 30% do orçamento repassado para a alimentação escolar sejam utilizados para a compra de gêneros alimentícios, preferencialmente orgânicos, diretamente dos agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais (BRASIL, 2009b; TURPIN, 2009).

Na análise de Peixinho *et al.* (2011), o grande desafio enfrentado pelo Brasil é desenvolver uma política de alimentação escolar que, dentro dos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), forneça uma alimentação saudável e equilibrada, contribuindo para a saúde e formação de hábitos alimentares saudáveis dos

estudantes, tanto dos que não estão, como dos que estão expostos à insegurança alimentar e nutricional. Além disso, é essencial que o programa respeite a diversidade da população quanto aos seus aspectos biológicos, sociais, culturais e de saúde dos alunos que necessitam de atenção especial.

No quadro 3 o atendimento das necessidades diárias dos alunos conforme o tempo de permanência e tipo de escola, de acordo com a Resolução/CD/FNDE n° 38.

Quadro 3 – Atendimento das necessidades diárias dos alunos conforme o tempo de permanência e tipo de escola, de acordo com a Resolução/CD/FNDE n° 38

Tempo de permanência e tipo de escola	Atendimento das necessidades nutricionais
Alunos matriculados em período parcial	Oferecimento de uma refeição atendendo, no mínimo, 20% das necessidades diárias dos alunos.
Alunos matriculados em escolas indígenas e áreas remanescentes de quilombolas	Atendimento de, no mínimo, 30% das necessidades diárias dos alunos em cada refeição oferecida.
Alunos matriculados na educação básica em período parcial	Oferta de 2 ou mais refeições atendendo, no mínimo, 30% das necessidades diárias dos alunos.
Alunos matriculados na educação básica, incluindo áreas indígenas e áreas remanescentes de quilombolas	Alunos que permanecem em período integral na escola devem ter atendidas, no mínimo, 70% de suas necessidades diárias.

Fonte: BRASIL, 2009c

A dispensa da compra dos 30% dos alimentos da agricultura familiar preferencialmente orgânicos pode, segundo a lei, ocorrer apenas nas seguintes circunstâncias: impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente; inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios; e condições higiênico-sanitárias inadequadas (BRASIL, 2009c).

Assim, os esforços para garantir a SAN tornam-se compatíveis com as práticas alimentares saudáveis e os princípios do PNAE, no sentido de incentivarem o aumento do consumo de alimentos *in natura* e de recomendarem a utilização de alimentos regionais (BRASIL, 2009c).

2.1.3 Atores Sociais do PNAE

Um ator social é definido como um coletivo de pessoas ou, no seu extremo, uma personalidade que, atuando em determinada situação, é capaz de transformá-la. Para tanto, é fundamental que o ator tenha: um projeto de intervenção, o controle ou capacidade de mobilizar os recursos necessários ao plano e uma organização minimamente estável para executá-lo (CAMPOS, 2010, p. 03).

As características dos atores revelam a interdependência que existe entre eles, pois o poder de um é dependente dos outros membros e do tipo de relação que eles possuem. Assim, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento passam a ser orientadas para promover uma ação pactuada entre os diversos atores sociais em prol do desenvolvimento (PAULILLO, 2002).

Almeida *et al.* (2010) ao analisarem políticas públicas que estão sendo desenvolvidas pelo governo brasileiro, argumentam a necessidade de envolver atores sociais na implementação de políticas públicas de SAN como os beneficiários e os agricultores familiares, tanto para a sensibilização do consumo de alimentos, quanto para a formação de pequenos e médios agricultores.

Nolting *et al.* (2010) analisando a experiência italiana de fornecimento de alimentos orgânicos nas escolas, concluíram que a integração entre os atores sociais envolvidos com a alimentação orgânica pode aumentar a demanda destes alimentos, bem como a sua qualidade. Estes atores sociais, como responsáveis por aspectos técnicos, logísticos, organizacionais, financeiros, políticos, administrativos e culturais, podem qualificar o processo e a inclusão de alimentos seguros aos escolares.

Os autores ainda discutem que há o desafio de aumentar o consumo de alimentos orgânicos ou alimentos locais e, conseqüentemente, diminuir o de alimentos convencionais nas escolas. Mas o que é necessário para colocá-los nas escolas? Apesar do aumento da oferta destes alimentos, as exigências sobre a sua qualidade são grandes, além da necessidade de aumentar a demanda, respeitar a sazonalidade e a participação dos atores sociais de forma ativa (Nolting *et al.*, 2010).

No presente estudo o enfoque é dado aos atores sociais ligados ao PNAE: agricultores familiares e presidentes de cooperativas, diretores escolares, merendeiras, nutricionistas e Conselheiros de Alimentação Escolar – CAEs. Destaca-se que estes atores estão diretamente ligados ao processo de produção, planejamento, aquisição de alimentos para as escolas em seus municípios e, como destacado anteriormente, a análise de suas sugestões podem contribuir com o aumento do consumo de alimentos orgânicos da agricultura familiar pelas escolas, bem como o planejamento de futuras ações que facilitem esta aquisição. Lembrando que estas medidas estão diretamente ligadas à criação de empregos, à oferta de alimentos que apresentem relação com o conceito ampliado de saúde (humano, social e ambiental) (AZEVEDO e RIGON, 2010).

Para Costa *et al.* (2001, p. 07):

... professores, merendeiras e pais de alunos, em discussões que mostrem a função social e o significado dado à merenda escolar e ao atendimento das necessidades nutricionais das crianças durante a jornada escolar (...) valem mais do que aulas tradicionais apoiadas em cartazes coloridos sobre noções de boa alimentação.

a) Agricultores familiares

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo aos seguintes requisitos: não deter área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais (área que varia entre 12 e 20 hectares); utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas e dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006d).

Nolting *et al.* (2010) concluíram que os agricultores italianos consideram que os principais contrastes entre agricultura convencional e orgânica são de natureza econômica e logística. Eles apontam um aumento de 20% no preço final dos cereais, frutas e vegetais orgânicos, e 30% ou mais para carnes e produtos derivados das carnes.

A agricultura orgânica traz um menor impacto na agricultura, entretanto há obstáculos a serem percorridos, como tentar diminuir os preços e o tempo de transporte, a sazonalidade (decréscimo da produção no inverno) e a necessidade de conhecer diversos mecanismos de

produção agrícola mais atuais, como por exemplo, mecanização das lavouras e diversificação dos cultivos (DUVAL; MOY, 2011; STRASSNER *et al.*, 2010).

Na Inglaterra, alguns agricultores perdem parte de seus produtos, outros conseguem vendê-los por outras vias de comercialização. Aqueles que não têm condução própria e não conseguem estabelecer uma parceria para o frete não podem manter as entregas (BUTTIVANT; KNAI, 2011).

Para Buttivant e Knai (2011) deficiências do sistema de compras inibem a participação de agricultores familiares ingleses. É evidente a necessidade de desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento para facilitar a participação dos agricultores familiares no fornecimento dos seus produtos às escolas.

Outras situações destacadas referem-se à redução do número de produtores pela demora do repasse de pagamentos por problemas burocráticos; burocracia anual para renovação dos projetos; falta de informatização dos dados de controle de produtores e produtos fornecidos; diminuição de produtores no programa; dificuldades dos produtores em levar o produto até a coordenadoria, não utilização do total da cota; concentração da entrega em períodos curtos e o fato dos produtores não se organizarem em associações, cooperativas, dentre outros (BUTTIVANT; KNAI, 2011).

Estudo de Izumi *et al.* (2010b) demonstrou que do ponto de vista dos agricultores norte-americanos as situações referentes ao baixo volume de vendas, logística associada com o calendário das entregas e a capacidade de armazenamento nas escolas são os principais desafios para participação de programas de alimentação escolar.

Segundo Izumi *et al.* (2010b), a partir de perspectivas dos agricultores americanos, o fornecimento para alimentação escolar gera benefícios econômicos a curto e longo prazo, pois permite a diversificação da comercialização, auxiliando na obtenção de renda durante os meses de inverno, quando a receita de outros mercados é insignificante. Esta fonte adicional de renda é vista como importante para os agricultores que vendem seus produtos principalmente para processadores ou atacadistas que exigem uma espera de seis meses a um ano para o pagamento.

No Brasil, a produção agrícola familiar provém, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria carente de apoio institucional. Para contemplar a agricultura familiar de assentados e pequenos produtores rurais, as prefeituras têm desenvolvido parceria com o Governo Federal para: 1) venda direta dos produtores aos

consumidores locais (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo, Programa de Aquisição de Alimentos Locais do Governo Federal); 2) integração das produções de alimentos da agricultura familiar em projetos de mercado institucional, como o PNAE, por exemplo. As análises dos resultados dessas ações podem levar os agricultores familiares à inclusão social por meio de uma agenda política de segurança alimentar local (ALMEIDA *et al.*, 2010).

b) Diretores escolares

Profissionais que organizam o funcionamento da instituição escolar, em todos os seus aspectos: físico, sócio-político, relacional, material, financeiro e pedagógico (BRASIL, 1996; LUCK, 2000).

Strassner *et al.* (2010), analisando como se dá os sistemas de alimentação escolar orgânica em quatro países europeus (Dinamarca, Finlândia, Itália e Noruega) argumentam que os diretores escolares são importantes na implementação do uso de alimentos orgânicos na alimentação escolar, além da supervisão e coordenação das refeições. Ainda, propiciam ações de educação aos escolares, bem como a informação aos seus pais. Além disso, são agentes importantes para a proposição de alimentos sustentáveis para a alimentação escolar. Entretanto, muitas vezes, por possuírem necessidades mais urgentes ou pelo fato de que não há evidências que os alimentos orgânicos tenham maior qualidade, acabam optando pela não implantação de políticas que incentivam o uso de alimentação orgânica em suas escolas.

Segundo Bezerra (2009), a alimentação escolar é definida como uma atividade essencial para a escola, tanto quanto são as atividades de ensino e aprendizagem. Para muitos dos diretores escolares, deveria passar de complemento alimentar para refeição, pois para grande parte dos escolares é a principal refeição do dia e a única garantida, o que contribui para o aumento da importância da escola. Além disso, a alimentação na escola auxilia na recuperação de deficiências alimentares, muitas vezes determina a frequência dos escolares e melhora a aprendizagem.

c) Nutricionistas

A atuação desse profissional no PNAE é garantida pela legislação atual (Resolução CFN no. 465/2010), que o coloca como o responsável técnico (RT) junto ao Governo Federal, que responde ética, civil, administrativa e plenamente pelas atividades definidas na legislação do PNAE e pelas normas do Conselho Federal dos Nutricionistas (CFN, 2010).

Algumas de suas atribuições obrigatórias definidas na Resolução do CFN n° 465 de 2010 são: realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional; identificar indivíduos com necessidades nutricionais específicas; planejar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais; propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar; interagir com os agricultores familiares de modo a conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar, entre outras. O cardápio deve incentivar o consumo de frutas, verduras e legumes, comprados diretamente da agricultura familiar, dando prioridade aos produtos orgânicos (CFN, 2010; BRASIL, 2008; BRASIL, 2009c).

Pensando na saúde do escolar, em 2006, os Ministérios da Educação e da Saúde publicaram a Portaria n° 1010 a qual institui as diretrizes para a promoção da Alimentação Saudável nas Escolas em âmbito nacional. A Portaria recomenda como estratégias de promoção de alimentação saudável as seguintes atividades: estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola; estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar; restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura *trans*, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras; e monitoramento da situação nutricional dos escolares (BRASIL, 2006c).

Para Costa *et al.* (2001), os atores envolvidos no desenvolvimento do PNAE, principalmente nutricionistas e merendeiras, têm sob sua responsabilidade o compromisso de compreender todo o processo de produção da alimentação, entendendo que esse Programa faz parte de uma política social inserida em determinado contexto político e econômico, sofrendo, portanto, as influências do momento histórico que se situa, o que vai conferir sentido ao trabalho desses atores. O conhecimento e compreensão deste contexto permitem a criação de intervenções na resolução dos problemas com que se deparam diariamente.

A parceria firmada pelo CFN e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2005, resultou no aumento da participação do nutricionista nesse programa. O primeiro passo para esta conquista foi o desenvolvimento de legislação, quando o CFN editou a Resolução CFN n° 358, de 18 de maio de 2005, que define as

atribuições do nutricionista no PNAE. Esta Resolução reforça a importância do nutricionista como profissional de saúde habilitado a assumir a Responsabilidade Técnica do Programa de Alimentação Escolar (PAE), bem como para desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, promovendo, inclusive, a consciência ecológica e ambiental e, ainda, articular-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola, visando o planejamento de atividades lúdicas com o conteúdo de alimentação e nutrição, de forma a contribuir para a prática da alimentação saudável e segura (CFN, 2005).

Cabe ao Sistema CFN/CRN, como preconizado na Resolução, fiscalizar a presença do nutricionista no PNAE e acompanhar a sua atuação por meio das atribuições técnicas desenvolvidas e definir a adequação do número de profissionais presentes no quadro técnico de secretarias de educação estaduais e municipais. As ações fiscais no âmbito do Sistema, desde a publicação da resolução, estão fundamentadas na valorização do profissional, na promoção de práticas alimentares saudáveis e na segurança alimentar e nutricional (CFN, 2005).

d) Merendeiras

São profissionais responsáveis pelo preparo da alimentação escolar (MIRON *et al.*, 2010)

Os cardápios da alimentação escolar devem ser planejados por nutricionistas, com a colaboração das merendeiras e o acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), de modo a fornecer uma refeição saborosa e adequada, que supra, pelo menos, 15% das necessidades diárias do aluno, levando-se em conta os hábitos alimentares da localidade e a vocação agrícola regional. Dentre os produtos considerados básicos pelo PNAE, o nutricionista deve priorizar os alimentos *in natura* e os semielaborados. Além disso, deverá usar somente os alimentos que apresentem índice de aceitabilidade acima de 85% (BRASIL, 2009c; SOBRAL e COSTA, 2008).

Estudo brasileiro de Costa *et al.* (2001) demonstra que nas atividades diárias de produção das refeições escolares, a merendeira precisa decidir o que preparar, para quantas pessoas, em determinado tempo, como servir e higienizar, utilizando-se dos recursos disponíveis na escola. Embora exista um planejamento central, de responsabilidade da administração municipal ou estadual, nem sempre contando com nutricionistas para desempenhar tal tarefa, é na escola que as decisões operacionais são tomadas. O volume de tarefas a serem executadas por

um número muitas vezes insuficiente de merendeiras impede que o seu trabalho seja realizado conforme deveria ser.

Nas análises de Costa *et al.* (2001), para que o conhecimento produzido no serviço de alimentação escolar seja significativo, torna-se necessário o respeito à merendeira, à sua função, o acato às suas ideias em um ambiente de trabalho aberto à discussão de problemas, o estímulo à prática regular de questionamentos, de intercâmbio entre as pessoas e a colaboração mútua e contínua entre a equipe de nutrição e demais funcionários da escola.

Segundo Bezerra (2009), para as merendeiras de Fortaleza- CE (Brasil), a alimentação não justifica a frequência do aluno, mas tem grande importância. Quando questionadas afirmaram que existia um descompasso entre o programa de alimentação escolar que aparece na propaganda da televisão e o repetitivo cardápio que é colocado em prática nas escolas.

e) Conselhos de Alimentação Escolar (CAES)

Existe em cada município brasileiro um conselho público (CAE – Conselho de Alimentação Escolar) que supervisiona o PNAE, para conferir como ele está sendo implementado na prática. O CAE é um colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de dois anos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene (BRASIL, 2009b).

Um dos grandes avanços do PNAE é a participação de membros da comunidade escolar e da sociedade civil, para o controle social do programa. Desde o ano 2000, o Governo Federal exige a manutenção de um Conselho de Alimentação Escolar (CAE) em cada município/estado onde a alimentação escolar é oferecida (BRASIL, 2006c).

É o CAE que irá realizar a inspeção fiscal, fazer uma prestação de contas para cada transferência de recursos financeiros, e enviar uma declaração. O CAE também pode decidir sobre cardápios e a direção do provisionamento local, embora deva seguir as instruções do FNDE e as regras quando usar recursos financeiros. O CAE geralmente é formado por um representante executivo (da Secretaria Municipal ou Estadual de Educação), um representante legislativo (do Conselho Municipal), dois representantes de professores, dois representantes dos pais (geralmente membros eleitos da Associação de Pais e Professores) e um representante de um segmento da sociedade civil, como sindicatos,

pequenos produtores, os trabalhadores rurais, associações ou ONGs que apoiam esses produtores. Os membros precisam ser reeleitos a cada dois anos (BRASIL, 2009b).

Nas análises de Otsuki (2011), a formulação de um CAE em cada município ou estado é um elemento fundamental na formação do núcleo de uma parceria sustentável. De acordo com o FNDE, espera-se que levem em conta os hábitos alimentares e preferências por produtos básicos e frescos (BRASIL, 2009a). Por exemplo, o FNDE inspeciona regularmente o desempenho dos CAEs, a fim de prevenir irregularidades em nível local. Com base na prestação de contas, o FNDE pode cancelar o envio de recursos financeiros ao município e, conseqüentemente, a alimentação escolar pode ficar sem recursos federais. O FNDE está continuamente tentando acompanhar o funcionamento dos CAEs.

No final de cada ano letivo, o CAE deve emitir um parecer conclusivo sobre a execução do programa e enviá-lo ao FNDE, que analisará e definirá sobre a aprovação ou não das contas elaboradas pela EE (BRASIL, 2009a).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTOS ORGÂNICOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

2.2.1 Agricultura Familiar

Até meados da década de 90, o caráter da modernização agrícola implementado por meio da Revolução Verde (programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do 'melhoramento genético' de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo) impediu o desenvolvimento da agricultura familiar. O papel do Estado foi decisivo intervindo no sentido de privilegiar a produção capitalista de origem urbano-industrial, cuja base técnica assentava-se no latifúndio, na monocultura, no uso de produtos agroquímicos e na mecanização. Nesse modelo, vários agricultores familiares foram excluídos, gerando o êxodo rural e a formação dos grandes bolsões de pobreza urbanos (TURPIN, 2009).

O fortalecimento da agricultura familiar e do agro extrativismo é estratégico para a soberania e segurança alimentar e nutricional da população, além disso, absorve 75% de toda a população ocupada em estabelecimentos agropecuários no País (16,5 milhões de pessoas). O potencial de geração de renda da agricultura familiar se revela no fato de responder por 33% do total das receitas e 38% do valor da produção,

mesmo dispondo apenas de cerca de 25% da área total e de ter acesso a 20% do crédito oferecido ao setor (CONSEA, 2010).

Porém, Turpin (2009) destaca que muitas vezes esses produtores não têm acesso às redes comerciais, sendo necessária a construção de “pontes” que os vinculem a outros agentes econômicos e sociais, a fim de garantir mercado para essa produção.

Desde o início do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, a destinação do crédito privilegiava médios e grandes proprietários (devido às exigências de garantia e excesso de burocracia) da região centro-sul do país e chegava a subsidiar mais da metade do valor da maquinaria agrícola (TURPIN, 2009).

No âmbito do pequeno produtor rural, as políticas de crédito começaram a entrar na pauta governamental a partir da reforma da Constituição em 1987, com a elaboração de uma proposta de lei agrícola pelos movimentos sindicais, que incluía uma política de crédito voltada para a agricultura familiar. Em 1994, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, crédito de investimento subsidiado para os agricultores familiares, que viria a ser base para a elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995 (BELIK, 2000).

Segundo Silva (1999), o PRONAF foi aceito na esfera governamental devido à comprovação da capacidade da agricultura familiar em absorver mão-de-obra, transformando-se em opção privilegiada para combater parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural. O PRONAF constituiu o primeiro e mais importante exemplo de política setorial diferenciada dirigida para a agricultura e o mundo rural no Brasil.

Para concluir a referência aos rumos recentes do PRONAF, cabe destacar o modo como esse Programa vem refletindo a emergência de preocupações relativas ao meio-ambiente e à sustentabilidade e a diversas questões de desenvolvimento rural. Tais preocupações constituem tentativas de superar os limites do crédito agrícola tradicional que tem por base a produção de um bem e é implementado através do sistema bancário, portanto, sob influência da lógica bancária comercial (BONNAL; MALUF, 2009).

A perspectiva é promover o desenvolvimento da agricultura familiar pela oferta gratuita desse serviço com caráter educativo e metodologias participativas, [política] orientada pelos princípios

da agroecologia, visando a implementação de estratégias de desenvolvimento ambientalmente sustentável, economicamente viável, sócio culturalmente aceitável e que respeitem as diversidades existentes no país, visando a universalização do conhecimento no campo, o resgate da cidadania, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população, com estímulo à produção de alimentos saudáveis e de melhor qualidade biológica [incorporando] em todas as suas dimensões, as questões relativas a gêneros, raças e etnias, elaborando conteúdos e formas de ação que contemplem estas especificidades (BONNAL; MALUF, 2009, p. 10).

Enfim, como resultante desses diversos acontecimentos, observou-se durante os anos 1990 e 2000 a multiplicação de iniciativas coletivas realizadas pelos movimentos sociais em articulação com ONGs, com vistas a identificar, experimentar e implementar respostas concretas aos desafios tradicionais dos agricultores familiares (BONNAL; MALUF, 2009).

Além disso, a agricultura familiar, apesar de sua heterogeneidade interna, foi capaz de assegurar a independência do modelo de produção capitalista, basicamente por não haver separação total entre o capital e os demais fatores de produção; pelo trabalho não ser totalmente alienado; pela subordinação do capital não estar no mesmo patamar que os demais setores produtivos; e pela divisão social do trabalho não estar consolidada (KUHN, 2002).

Essas características são ainda mais valorizadas ao se constatar a insustentabilidade do modo de produção capitalista, devido aos seus efeitos na concentração de renda e aumento das desigualdades, surgindo a agricultura familiar como uma alternativa para a superação desses problemas (TURPIN, 2009).

Ao estabelecer que o cardápio contenha alimentos básicos e recomendar o uso de produtos regionais, a legislação tem como preceito a tentativa de respeito à cultura alimentar local e ao uso de produtos *in natura*, típicos da agricultura familiar (BRASIL, 2009c).

Para a execução da compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar são estabelecidas algumas etapas, descritas no Quadro 4.

Quadro 4: Adaptado do passo a passo da compra da agricultura familiar para o PNAE (BRASIL, 2009e)

1º Passo: Planejamento dos gastos - Responsável: Nutricionista Referencial Teórico
Estabelecer o quanto será gasto com compras da agricultura familiar (mínimo 30% do recurso do FNDE)
2º Passo: Cardápio - Responsável: Nutricionista RT
Mapear os produtos da agricultura familiar local Elaborar cardápio respeitando a cultura alimentar local, a diversidade e a sazonalidade da produção da agricultura familiar da região Informar à Entidade Executora (EE) a demanda (especificar produtos e quantidades)
3º Passo: Pesquisa de preço – Responsável: Entidade executora
A EE deverá considerar os preços de referência praticados pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (CONAB); Nas localidades em que não houver PAA, os preços de referência deverão ser calculados com base em critérios definidos a partir do valor gasto no ano para compra da agricultura familiar.
4º Passo: Chamada pública - Responsável: Entidade Executora
Chamada Pública é um tipo de Edital para efetivar a aquisição de produtos da AF, com dispensa de licitação. A chamada pública deve fornecer informações necessárias para que os fornecedores apresentem corretamente os projetos de venda. Divulgar a chamada pública em locais de ampla circulação.
5º Passo: Elaboração do projeto de venda - Responsável: Grupo formal e Entidade Articuladora (Grupo informal)
É o documento que formaliza o interesse dos agricultores familiares pela Alimentação Escolar. Deve estar em conformidade com a chamada pública.
6º Passo: Recebimento do projeto de venda - Responsável: EE e Agricultores Familiares
Documentação exigida para habilitação dos fornecedores: - Grupo Formal: DAP jurídica, CNPJ, cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da União, cópia do estatuto e projeto de venda; - Grupo Informal: DAP de cada agricultor familiar, CPF e Projeto de venda.
7º Passo: Amostra para controle de qualidade - Responsável: Entidade Executora
Para a avaliação e seleção dos alimentos os produtores deverão encaminhar amostras para serem submetidas aos testes necessários após a fase de habilitação.
8º Passo: Seleção dos projetos de venda - Responsável: Entidade Executora
Terão prioridade nesta ordem os projetos do município, da região, do território rural, do estado e do país; Os produtos da agricultura familiar devem atender a

legislação sanitária; Limite individual de venda do agricultor familiar é de R\$ 9.000,00 por DAP/ano.
9º Passo: Assinatura do Contrato – Responsável: EE e Agricultores familiares fornecedores
O Contrato estabelece o cronograma de entrega dos produtos, data de pagamento dos agricultores familiares e cláusulas de compra e venda.
10º Passo: Entrega dos produtos - Responsável: Agricultores familiares fornecedores
O Termo de Recebimento atesta que os produtos entregues estão de acordo com o Contrato e com os padrões de qualidade; Documento fiscal.

2.2.2 Alimentos Orgânicos

No Brasil, a partir da aprovação da Lei 10.831, em 23 de dezembro de 2003, ficou designado como “orgânico”:

Um sistema de produção agropecuária em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Segundo a FAO-OMS (1999), a agricultura orgânica é um sistema holístico de gestão da produção que fomenta e melhora a qualidade do agro ecossistema, dos ciclos biológicos e da atividade biológica do solo. Os sistemas de produção orgânica se baseiam em normas de produção específicas e precisas, cuja finalidade é lograr ecossistemas que sejam sustentáveis do ponto de vista social, ecológico, técnico e econômico.

Trata-se de um sistema positivo do crescimento econômico e da organização coletiva por uma variedade de razões relacionadas com:

proteção do ambiente, qualidade dos alimentos, segurança alimentar, respeito à sazonalidade e justiça social (IFOAM, 2012a; FAO, 1999).

A agricultura orgânica oferece inúmeras vantagens ambientais se comparada à agricultura convencional: onde os agroquímicos utilizados podem contaminar as águas, perturbar processos ecológicos, prejudicar micro-organismos benéficos e causar problemas de saúde a produtores e consumidores. Em contraste, a agricultura orgânica está orientada a melhorar a diversidade, restabelecer o equilíbrio ecológico natural, conservar o solo e os recursos hídricos. A agricultura orgânica também apresenta vantagens sociais. Utiliza materiais alternativos e disponíveis em nível local e aumenta as oportunidades de emprego (FAO, 2002).

Contudo, apesar da definição regulamentada pelo governo, ainda há grande confusão no que tange às diferenças entre os alimentos orgânicos e os convencionais. A diferença básica entre a produção orgânica e convencional está na não utilização de pesticidas para controle de pragas. Mas, além disso, a produção orgânica exclui uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos sintéticos para a alimentação animal. Enquanto a produção convencional utiliza adubos químicos como ureia, amônia, cloreto de potássio, superfosfato, a produção orgânica faz uso apenas de adubos naturais, como pó de rochas, farelos de algodão e mamona, composto de palha curtida com cama de animais, conchas moídas, etc. (BRASIL, 2003; MORO, 2007).

Segundo MAPA (2012), a certificação é o procedimento pelo qual um produto, processo ou serviço obedece a determinados requisitos, através da emissão de um certificado. Esse certificado representa uma garantia de que o produto, processo ou serviço é diferenciado dos demais. No caso de produtos orgânicos, a certificação é um instrumento, geralmente apresentado sob a forma de um selo afixado ou impresso no rótulo ou na embalagem do produto, que garante que os produtos orgânicos rotulados foram produzidos de acordo com as normas e práticas da agricultura orgânica.

As agências certificadoras precisam ser credenciadas por um órgão autorizado que reconheça formalmente que uma pessoa ou organização tem competência para desenvolver determinados procedimentos técnicos de fiscalização da produção. No caso de produtos orgânicos, o órgão que credencia internacionalmente as certificadoras é a *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM), que é a federação internacional que congrega os diversos movimentos relacionados com a agricultura orgânica (MAPA, 2012).

A iniciativa de adesão à certificação orgânica é voluntária, quando não houver legislação que regulamente o assunto. Os casos com suspeita de fraude, quando detectados, são passíveis de avaliação por uma comissão de certificação e outra de ética. Conforme a avaliação dessas comissões, a agência certificadora pode aplicar punições que podem chegar à exclusão do agricultor ou comerciante oportunista, impedindo o uso do selo orgânico (MAPA, 2012).

No Brasil, o produtor orgânico deve fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, o que é possível somente se estiver certificado por um dos três mecanismos descritos a seguir:

Certificação por Auditoria: a concessão do selo é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira.

Sistema Participativo de Garantia: caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar legal, tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) legalmente constituído, que responderá pela emissão do selo.

Controle Social na Venda Direta: a legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social (OCC) cadastrada em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA, 2012).

Qualquer processo produtivo para ser sustentável deve atender as demandas econômicas, sociais e ambientais. No que se refere ao meio ambiente, a produção de alimentos orgânicos representa um modelo de produção limpa, que necessita do respaldo dos consumidores para se tornar viável (CASEMIRO; TREVISAN, 2009).

As análises sobre o uso de alimentos orgânicos mostram os benefícios do consumo destes produtos para os consumidores, para o meio ambiente e para os agricultores e apresentam as limitações da produção destes alimentos (LAIRON, 2010).

O estudo de Sousa *et al.* (2012) buscou identificar as controvérsias acerca do uso de alimentação orgânica no que tange à saúde humana, qualidade e preço. O que foi possível observar é a dificuldade em estabelecer relações entre consumo de alimentos orgânicos e convencionais devido ao grande número de variáveis não

controladas em estudos populacionais. Não aparece na literatura informações suficientes sobre efeitos cumulativos do uso de agrotóxicos na saúde das pessoas, embora haja estudos que os relacionem com o aparecimento de algumas doenças. Também não há evidências de benefícios à saúde no consumo de alimentos orgânicos quando comparados aos convencionais em relação ao teor nutricional.

Outro fator que sustentou a análise, a qualidade, apareceu nos estudos como um item que dentro da produção orgânica fica suscetível devido à intensa atividade biológica e parasitária. Entretanto, como qualquer outro sistema de produção, seguindo as regras de boas práticas, não há evidências que sejam mais suscetíveis à contaminação. E finalmente, com relação ao preço, mostra que o preço mais elevado do alimento orgânico tem relação direta à lei da oferta e da procura, uma vez que o alimento orgânico ainda ganha espaço no mercado. A conclusão que se obteve é a necessidade de mais estudos sobre a superioridade dos alimentos orgânicos, uma vez que os mesmos além de teores nutricionais, estão também ligados à saúde ambiental, fomento ao pequeno agricultor, biodiversidade e desenvolvimento sustentável (SOUSA *et al.*, 2012).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) alerta que em 2050, o planeta terá mais 2 bilhões de habitantes e uma oferta de alimentos 25% inferior à de hoje. Fatores relacionados às mudanças climáticas, à degradação do solo e à escassez de água devem comprometer as lavouras. Além disso, existe a possibilidade de elevação dos preços de alimentos, aumentando a quantidade de pessoas em estado de miséria (CASEMIRO; TREVISAN, 2009).

A busca de um modelo de desenvolvimento sustentável, com uma forma equilibrada de produção traz o modelo de produção orgânica como uma alternativa de produção capaz de contribuir para a redução do impacto ambiental em substituição ao modelo tradicional (CASEMIRO; TREVISAN, 2009).

A Organização das Nações Unidas (ONU) para a agricultura e alimentação (FAO), divulgou documento sugerindo que a agricultura orgânica também pode ser o caminho para alcançar a segurança alimentar. O grande desafio do sistema orgânico de produção é ser economicamente viável, socialmente justo, e também a comprovação efetiva de que favoreça o meio ambiente (FAO, 2002).

A agricultura orgânica surgiu nos anos 1970 como uma alternativa ao padrão produtivo vigente na época. O impulso maior foi dado com o surgimento da *International Federation on Organic*

Agriculture (IFOAM) que reuniu as entidades agro ambientalistas em todo mundo e que passou a trocar informações sobre as experiências espalhadas pelo mundo estabelecendo normas técnicas e a certificação de produtos (EHLERS, 2000).

Ao longo dos anos, vêm surgindo vários modelos, sempre defendidos como o mais alternativo, mas, segundo Zamberlan (2001), na chamada agricultura alternativa constam outras correntes ou denominações como: agricultura natural, agricultura biológica, agricultura ecológica, agricultura biodinâmica e a permacultura.

No Brasil, a agricultura orgânica começou a se estabelecer a partir do ano de 1976 com manifestos de pesquisadores e que ganhou força durante a década de 80 com o surgimento das ONGs e da difusão dos impactos ambientais disseminados por ambientalistas e pesquisadores. O conceito de agroecologia e agricultura sustentável lançadas em 1972 na Conferência de Estocolmo na Suécia, consolidou-se na conferência da Eco 92 realizada no Rio de Janeiro, quando foram reafirmadas as bases para um desenvolvimento sustentável no planeta. Nos dias de hoje, o termo é entendido como um conjunto de princípios e técnicas que visam reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola e industrial, produzindo alimentos mais saudáveis e valorizando o homem do campo, sua família, seu trabalho e sua cultura (HOMEOPATIA VETERINÁRIA, 2012).

Para Canuto (2004), a noção de agricultura sustentável busca abarcar todos os sistemas nos quais haja uma clara inversão no sentido ecológico da agricultura convencional, com construção de sistemas de mínima entropia.

Embora existam os diversos caminhos e vertentes de uma produção limpa, em direção a uma agricultura sustentável, segundo Carmo (2004), o importante é manter os princípios básicos que norteiam uma produção ecologicamente equilibrada, entre eles a abolição de insumos químicos solúveis e a presença da biodiversidade dos agro ecossistemas.

Os métodos de cultivo orgânico buscam criações e cultivos autossustentáveis, preservando os recursos ambientais (águas, solo e ar), aprimorando o uso de seus mecanismos (monções e estios, ciclos biológicos, inter-relação de plantas, insetos e animais, peixes e aves) e melhorando a qualidade de alimentação e de vida dos produtores e dos consumidores. Essas preocupações estendem-se também aos animais, que devem ser criados em espaços adequados para movimentação, alimentação, descanso, reprodução e abatidos com métodos menos cruéis. Em meio ao impacto causado pelo “mal da vaca louca”, deu-se

em novembro de 2001 o primeiro encontro entre ministros da agricultura de 12 países europeus e organizações de produtores orgânicos, para a elaboração de uma linha de ação conjunta para incentivar o desenvolvimento de alimentos orgânicos. A Declaração de Copenhague é assinada pela IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica), pelos ministros e pelas principais entidades europeias de agricultura e pecuária (tradicionais e orgânicas) (PLANETA ORGÂNICO, 2011).

Segundo Oltramari *et al.* (2002), o interesse pela agricultura orgânica tem aumentado devido à crescente preocupação da população com a qualidade dos alimentos que consome, pela insegurança provocada pelas crescentes crises alimentares por contaminação e também visando à preservação do meio ambiente. Como consequência disso, a alimentação orgânica tem-se expandido rapidamente.

O mercado brasileiro de produtos orgânicos é um dos que mais cresce no mundo, chegou a taxas de 40% ao ano em 2010 contra patamares bem menores nos Estados Unidos da América e alguns países europeus (8 a 10%) (IFOAM, 2012b).

Não há consenso sobre os dados da produção brasileira. O relatório da SOEL - Fundação Agricultura e Ecologia da Alemanha (*Organic Agriculture Worldwide 2002– Statistics and Future Prospects*) informa que o Brasil tinha, em 2001, 12.590 produtores e 803.180 hectares orgânicos. São números surpreendentes, pois o mesmo relatório indica 7.800 produtores e 900 mil hectares nos Estados Unidos. De qualquer forma, o Brasil deve ficar entre os três maiores do mundo nos próximos anos, o que por si justifica a elaboração de estudos científicos sobre esse mercado (PLANETA ORGÂNICO, 2011).

O expressivo crescimento do setor de alimentos orgânicos (o setor que mais cresce dentro do mercado de alimentos no mundo) levou os governos dos mais diversos países a criarem suas legislações específicas para esse tipo de produto e a estabelecer programas de incentivo e pesquisa (MONTEIRO *et al.*, 2003).

No Brasil, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) apresenta como instrumentos: crédito rural, seguro agrícola, compras governamentais, medidas fiscais e tributárias, pesquisa e inovação científica e tecnológica, assistência técnica, formação profissional e sistemas de transição, monitoramento e avaliação da produção orgânica de base agroecológica (BRASIL, 2012).

2.2.3 Alimentos Orgânicos na Alimentação Escolar

Os produtos orgânicos e suas regulamentações variam de país para país. A introdução de tais alimentos nas escolas depende das políticas nacionais ou regionais que diferem em cada local do mundo. Leis, guias, mecanismos de controle, financiamento, enfim, diferentes estruturas determinam equipamentos públicos no que diz respeito a políticas de alimentação escolar (NIELSEN *et al.*, 2009).

Como destacado anteriormente pelos estudos sobre o tema, atribui-se à alimentação orgânica escolar nos países europeus alguns argumentos a favor de seu consumo, tais como: a manutenção da saúde dos escolares; o fato de que apresentam relação com símbolos de respeito a hábitos religiosos, éticos e culturais; e veículo para nutrição, educação nutricional e economia (NIELSEN *et al.*, 2009).

Alguns estudos têm sido realizados visando destacar tanto as dificuldades de implementação da alimentação orgânica na alimentação escolar, quanto os mecanismos que podem facilitar a utilização de alimentação orgânica e/ou proveniente da agricultura familiar dentro das escolas públicas dos diversos países. O Quadro 5 mostra que nos Estados Unidos e em alguns países europeus é crescente a preocupação com a implementação da alimentação orgânica nas escolas. No Brasil e países em desenvolvimento ainda são poucos os estudos sobre esta temática, conforme o Quadro 6.

Quadro 5 – Resumo dos principais estudos internacionais sobre alimentação orgânica nas escolas destacados na revisão bibliográfica (Continua)

País/Autores/Ano	Tema	Principais resultados
Itália e Reino Unido/ Morgan e Sonnino/ 2007	Comparação dos mecanismos de implementação de alimentação orgânica nas escolas públicas da Itália e do Reino Unido	Coloca a Itália como pioneira na utilização de alimentação orgânica nas escolas em contraponto com o Reino Unido, cuja inserção dessa política ainda está em fase de desenvolvimento.
Dinamarca, Finlândia, Itália e Noruega/ Nielsen/ 2009	Comparação dos mecanismos de implementação de alimentação orgânica nas escolas públicas dos quatro países	Mostra como está a situação dos 4 países em relação à utilização de orgânicos nas escolas e que todos têm demonstrado diferentes formas de incentivo para o uso deste tipo de alimento, o que tem levado a um

		incremento no consumo.
Dinamarca, Finlândia, Itália e Noruega/ Nolting/ 2009	Comparação dos mecanismos de implementação de alimentação orgânica nas escolas públicas dos quatro países	Demonstra como está a situação dos 4 países em relação à utilização de orgânicos nas escolas e que todos têm demonstrado diferentes formas de incentivo para o uso deste tipo de alimento, o que tem levado a um incremento no consumo.
Dinamarca/ Kristensen <i>et al.</i> / 2009	Diferenças entre três municípios dinamarqueses no que diz respeito à distribuição de alimentação orgânica nas escolas públicas	Quando o sistema de alimentação escolar é descentralizado, existe uma maior integração dos atores sociais na promoção de alimentação saudável.
Estados Unidos/ Izumi <i>et al.</i> / 2009	Programa <i>Farm to School</i> . Benefícios e dificuldades apontados por distribuidores de alimentos, sua importância no processo e perspectivas	Em geral, o produto é considerado melhor, porque economiza o tempo de transporte e a qualidade do produto, conseqüentemente, é superior.
Estados Unidos/ Izumi <i>et al.</i> / 2010a	Programa <i>Farm to School</i> . Dificuldades e oportunidades do Programa, a partir da perspectiva dos agricultores familiares	Alimento orgânico e local é tido como melhor, é sinônimo de mais saúde, possui preço justo e a refeição oferecida apresenta uma qualidade maior.
Estados Unidos/ Izumi <i>et al.</i> / 2010b	Programa <i>Farm to School</i> . Perspectivas dos agricultores familiares quanto à implementação do Programa	Os agricultores familiares participam do programa para diversificar suas estratégias de marketing e contribuir para benefícios sociais.
Itália/ Nolting <i>et al.</i> / 2010	Destaca obstáculos a serem vencidos na implementação de sistemas de alimentação escolar sustentável na Itália	Mostra como as leis de obrigatoriedade influenciaram na adesão à produção orgânica nas escolas italianas.
Dinamarca, Finlândia, Itália e	Potenciais e dificuldades na	A agricultura orgânica apresenta-se em fase de

Noruega/ Strassner <i>et al.</i> / 2010	implementação de alimentação orgânica nas escolas públicas dos quatro países	desenvolvimento. São apontadas algumas dificuldades como: poucas iniciativas realizadas para a conscientização do uso de alimentos orgânicos nas escolas e falta de infraestrutura.
Inglaterra/ Buttivant e Knai/ 2011	Análise do papel dos atores sociais na política de alimentação escolar inglesa	Deficiências do sistema de compras inibem a participação de agricultores familiares ingleses na política de alimentação escolar.
Estados Unidos/ Conner <i>et al.</i> / 2011	<i>Programa Farm to School</i>	Aponta dificuldades a serem superadas, como tentativas de diminuir o preço dos produtos e também o desafio da sazonalidade.
Estados Unidos/ Duval e Moy/ 2011	<i>Programa Farm to School</i>	80% dos estudantes norte- americanos consideram importante conhecer a procedência dos seus alimentos, devendo estes serem preferencialmente orgânicos ou locais.
Estados Unidos/ Otsuki/ 2011	Relação entre agricultura sustentável e a sociedade brasileira	Análise sobre o PNAE (pontos fortes e deficiências).

Quadro 6 – Resumo dos principais estudos nacionais sobre alimentação escolar em geral destacados na revisão bibliográfica

Autores/Ano	Tema	Principais resultados
Costa <i>et al.</i> / 2001	Desenvolvimento de atividades educativas no PNAE	É necessário que se aproveite o espaço do nutricionista no PNAE para a produção de conhecimentos e o desenvolvimento de práticas educativas contínuas, visando à promoção da saúde da comunidade escolar.

Darolt/ 2002	Utilização de alimentação orgânica nas escolas	Destaca a importância da articulação entre os produtores e gestores do PNAE.
Sobral e Costa/ 2008	Contextualiza o PNAE como Política de Alimentação e Nutrição, no que diz respeito à estrutura, funcionalidade e importância	Ressalta a importância da merenda escolar para a incorporação de hábitos alimentares saudáveis e a garantia de condições nutricionais adequadas aos escolares.
Bezerra/ 2009	Significados e implicações curriculares da merenda escolar no Ceará	O alimento servido na merenda escolar é diferente do idealizado tanto pelos alunos, como dos seus pais e gestores do processo, assumindo um caráter de “ração”.
Turpin/ 2009	Alimentação escolar como fator de desenvolvimento local	Discute o desenvolvimento rural frente às novas legislações da alimentação escolar.
Almeida <i>et al.</i> / 2010	Análise de Políticas Públicas no Brasil	Alerta a necessidade de envolver atores sociais na implementação de políticas públicas de SAN.
Cunha <i>et al.</i> / 2010	Utilização de alimentação orgânica nas escolas	Contribuição do PNAE com a promoção da educação em saúde e nutrição numa perspectiva mais ampla de construção da cidadania.
Lima <i>et al.</i> / 2011	Utilização de alimentação orgânica nas escolas	Demonstra a necessidade de revisão na gestão adotada pela escola, incluindo-se estudo comparativo de preços; estabelecimento de parcerias com fornecedores e melhoria

		da atuação dos atores envolvidos com a alimentação escolar para o fortalecimento do PNAE.
Peixinho <i>et al.</i> / 2011	Descrição dos dois maiores programas de alimentação escolar do mundo: PNAE (Brasil) e o National School Lunch Program (Estados Unidos)	Mostra as diferenças entre os dois programas, que embora tenham sido criados com objetivos similares, apresentam diretrizes e sistemas de gestão diversos.

No Reino Unido, estudo de Morgan e Sonnino (2007) demonstra que, em geral, o país é caracterizado por uma cultura alimentar tradicional que tem pouca ou nenhuma conexão com espaços locais. A agricultura no Reino Unido há muito tempo tem focado no crescimento, nos lucros e na eficiência. Esta cultura alimentar industrial transformou o serviço de alimentação escolar do Reino Unido em uma operação comercial. No entanto, este cenário está mudando, pois consumidores têm pressionado governos nacionais e regionais para melhorar a qualidade nutricional das refeições servidas nas escolas.

Na Noruega, Nielsen *et al.* (2009) discutem que o governo e os consumidores possuem interesse pelos alimentos orgânicos, mas a sua introdução na alimentação escolar é restrita a determinadas escolas e a alguns produtos (leite, frutas), principalmente devido aos altos preços quando comparados aos alimentos convencionais.

O poder de decisão norueguês é feito de forma descentralizada, o que juntamente com a forte cultura de consumo de alimentos prontos acaba dificultando a introdução de alimentação orgânica nas escolas (STRASSNER *et al.*, 2010).

Na Finlândia, segundo Nielsen *et al.* (2009) e Strassner *et al.* (2010) não existe um incentivo declarado ao consumo de alimentos orgânicos nas escolas, apenas uma busca pela boa qualidade dos alimentos servidos. Existem dias específicos para o uso de alimentação orgânica, bem como orientações sustentáveis para sua promoção, já que são conhecidos como mais saudáveis que os convencionais. Encoraja-se o seu uso não apenas pela maior qualidade, mas também para contribuir para o desenvolvimento rural. Há uma estratégia em vigor que propõe o uso de 10 a 15% de incremento anual no uso de alimentos orgânicos e locais na alimentação escolar.

Por mais que não haja entusiasmo para o crescimento da utilização de alimentos orgânicos nas escolas finlandesas, existem iniciativas apenas locais e que não são muito visíveis. Estes limites são justificados em função de que muitos trabalhadores ainda estão ligados ao modo de produção convencional e a alimentação orgânica ainda não é considerada um sistema a ser incorporado (NIELSEN *et al.*, 2009).

Na Itália, as experiências com alimentação escolar iniciaram há mais de 120 anos. Inicialmente a preocupação era com a oferta de alimentação para todos os estudantes. Na década de 80, questões relacionadas à higiene alimentar e nutrição começaram a entrar em foco. Nos anos 90, discutiu-se a questão da origem e sustentabilidade no que diz respeito à alimentação escolar. Os municípios passaram a introduzir produtos orgânicos em seus cardápios, embora as refeições não fossem totalmente financiadas pelo governo (NIELSEN *et al.*, 2009; NOLTING *et al.*, 2010; MORGAN e SONNINO, 2007; SOIL ASSOCIATION, 2003).

Ainda na década de 1980, a introdução de alimentação orgânica iniciou em nível local. Por meio de conferências, seminários e programas de educação nutricional envolvendo pais, professores e cozinheiros, em 1990 foram implementadas as primeiras políticas envolvendo a agricultura orgânica e promovendo sua utilização nas cantinas escolares no âmbito regional e nacional (NIELSEN *et al.*, 2009).

Segundo Nielsen *et al.* (2009) várias regiões italianas produzem guias para as cantinas escolares recomendando a alimentação orgânica. Crianças que não consomem determinados produtos por razões religiosas, ideológicas ou físicas podem ter acesso à alimentação diferenciada. Tal crescimento no uso de orgânicos nas escolas também está relacionado ao aumento da popularidade perante os estudantes, que comumente possuem aulas de educação nutricional nas escolas. Mais de 94% das cantinas escolares italianas utilizam alimentos orgânicos ao menos 1 vez por semana.

Para Nolting *et al.* (2010), dois aspectos importantes que desencadearam essa mudança devem ser destacados:

- A busca pela maior qualidade da alimentação escolar: produtos da agricultura convencional acabaram sendo trocados por produtos controlados e certificados. Esta categoria inclui produtos orgânicos certificados, alimentos locais, produtos da agricultura sustentável e produtos livres de contaminantes;

- Balanço nutricional dos cardápios: os ingredientes e suas quantidades passaram a ser controlados pelas autoridades ligadas à saúde com base nos guias nacionais italianos.

Entre 1992 e 2002, leis regionais, principalmente no Norte da Itália, começaram a inserir diretrizes que incentivavam o uso dos orgânicos nas escolas. Nos anos seguintes, diversas regiões passaram a recomendar o uso de alimentação orgânica e outros alimentos de produção controlada. Como consequência, o número de refeições orgânicas servidas nas escolas passou de 24.000 por dia em 1996 para 924.000 por dia em 2007. Dados de 2005/06 mostram que nesse período apenas 24% da alimentação utilizada nas escolas era convencional (NOLTING *et al.*, 2010).

As leis italianas são apontadas como promotoras do crescimento da agricultura orgânica, bem como pelo aumento da qualidade das refeições servidas nas escolas. Autoridades públicas e comissões ligadas à alimentação escolar estão constantemente lutando por mudanças dietéticas que tragam mais saúde e nutrição aos cardápios escolares, reduzindo assim, o desenvolvimento de doenças como obesidade e problemas cardiovasculares. Tais comissões são encontradas em 80% das escolas italianas, e são compostas por pais e professores que discutem a manutenção da qualidade no sistema de alimentação escolar italiano (NOLTING *et al.*, 2010).

Os valores ligados aos alimentos consumidos na escola devem abranger não só as crianças, mas também suas famílias. Para isto, foi instituída uma comissão, denominada *Commissione Mensa*, que envolve as famílias no acompanhamento e avaliação da qualidade da alimentação escolar. Com base em uma lei nacional, cada escola deve nomear o seu próprio *Commissione Mensa*, que inclui pais que podem visitar a escola sem aviso prévio. Eles podem provar os alimentos e, com o apoio de uma lista de verificação padronizada, eles podem avaliar o tamanho das porções oferecidas às crianças, as condições de higiene do serviço e as datas de validade dos produtos utilizados para preparar as refeições. A lista de verificação é, então, dada a um nutricionista, nomeado pelo município, que é responsável por lidar com qualquer problema identificado pelos pais (MORGAN; SONNINO, 2007).

Na Dinamarca, é crescente a preocupação com a alimentação escolar. Mudanças têm sido estabelecidas, principalmente com a introdução de alimentos orgânicos nas escolas. Entretanto, essa mudança é frágil, e ainda insuficiente a todos os escolares. Em 1997, o governo dinamarquês investiu 6,5 milhões de euros para a introdução de orgânicos nas escolas a nível local. A meta era que o consumo chegasse

a 75% em 2008. Embora não tenha sido alcançada, o acréscimo de consumo foi considerável, chegando a 50% no mesmo ano (KRISTENSEN *et al.*, 2009; NIELSEN *et al.*, 2009).

Kristensen *et al.* (2009) destacam que por muitos anos, os escolares não foram acostumados a realizar suas refeições nas escolas, trazendo um lanche de casa, geralmente constituído por um sanduíche. Por isso, ainda existe certa resistência em realizar as refeições dentro da escola, pelo hábito de levarem o alimento preparado pela mãe. Os pais pagam a alimentação dos filhos que é servida nas escolas. No entanto, os autores demonstram que existem mudanças na alimentação escolar dinamarquesa nos últimos anos, principalmente com a introdução de alimentação orgânica. Se os atores sociais envolvidos com o processo ficam relutantes em promover a alimentação orgânica nas escolas, isso pode desestabilizar e atrasar a implantação de alimentos saudáveis nas escolas.

Na Dinamarca, há diferença entre produção centralizada e descentralizada, bem como quando há envolvimento maior ou menor dos atores sociais. A mais clara distinção é entre a produção central e a descentralizada. Na produção descentralizada há um sistema mais integrado. Isto significa que a rede mais próxima aos alunos parece ter mais sucesso e uma incorporação positiva do alimento da escola (KRISTENSEN *et al.*, 2009).

A agricultura orgânica apresenta-se em fase de desenvolvimento. As poucas iniciativas realizadas para a conscientização do uso de alimentos orgânicos nas escolas, bem como a falta de facilidades nas cozinhas e cantinas tornam difícil a disseminação desses produtos (STRASSNER *et al.*, 2010).

O hábito dos escolares de comer o lanche tradicional é uma das barreiras na aplicação do sistema, bem como a necessidade de suporte e investimento em infraestrutura nas cantinas escolares (modernização, utilização de fontes de energia renováveis, diminuição da emissão de gases e do desperdício de alimentos) (NOLTING, 2009).

Nos Estados Unidos, a obesidade crescente entre os estudantes norte-americanos fez com que o governo federal estabelecesse medidas de incentivo (guias, programas, planos e políticas que envolvem toda a comunidade escolar – pais, professores, administração pública) à alimentação saudável nas escolas. Alimentos como frutas e vegetais têm sido colocados à disposição dos alunos, na tentativa de promoção de saúde e redução da obesidade e dos problemas associados a ela. Além disso, o consumo destes alimentos contribui para a economia local (CONNER *et al.*, 2011; BAGDONIS, *et al.*, 2008).

Para Conner *et al.* (2011), os atores sociais deste processo têm percebido os benefícios da alimentação saudável, participando da introdução dos alimentos orgânicos nas escolas. Entretanto, existem dificuldades a serem superadas, como tentativas de diminuir o preço destes produtos e também o desafio da sazonalidade, pois vários produtos possuem decréscimo da produção em determinados meses do ano. A multiplicidade e complexidade que existe entre os atores sociais influenciam a dinâmica do processo, daí a necessidade da separação de papéis e funções para garantia de um trabalho integrado.

Existe nos Estados Unidos um movimento chamado *Farm to School*, no qual os agricultores locais atuam como fornecedores de alimentos para as escolas. Segundo Izumi *et al.* (2009), o programa *Farm to School* (FTS) surgiu nos Estados Unidos em meados dos anos 1990, pela preocupação com a qualidade da alimentação escolar e os orçamentos cada vez mais apertados em programas escolares. Embora os programas federais tenham sempre incluído orientações nutricionais, o perfil nutricional das refeições escolares continua com a necessidade de melhoria.

Na análise de Bagdonis *et al.* (2008), o programa conecta os agricultores familiares com as escolas trazendo benefícios a ambos. Pode representar um mercado potencial, visto que o alimento local é percebido como um alimento de maior qualidade, fresco, que beneficia a economia local e ajuda a manter o homem no campo. Para as escolas, há o encontro com as políticas de bem-estar e nutrição ao escolar, podendo, além disso, propiciar atividades educacionais sobre alimentação e nutrição, que podem fazer parte do novo currículo escolar.

Os profissionais de serviço devem operar sob intensa pressão de orçamento e tempo. Desta forma, eles preferem fornecedores que podem garantir a adequada alimentação, no que diz respeito à entrega, volume, qualidade, atendimento às especificações e do serviço de alimentação. Se estes critérios são iguais, os distritos escolares usam o menor preço para selecionar os fornecedores. Em geral, o produto é visto como melhor, porque economiza o tempo de transporte e a qualidade do produto, consequentemente, é superior (IZUMI *et al.*, 2009).

Bagdonis *et al.* (2008) realizaram estudo comparativo entre regiões rurais e urbanas dos Estados Unidos da América na Pennsylvania, nas cidades de Pittsburgh e Philadelphia. O objetivo foi observar como se dá o desenvolvimento do FTS em ambas as localidades. Os resultados mostraram que nas zonas rurais o estilo de vida prioriza a utilização de alimentos vindos direto do campo, o que facilita a implantação do programa e também pela relação já

estabelecida entre os atores sociais envolvidos no processo. Já entre as crianças das zonas urbanas, que possuem um maior acesso a *fast-foods*, há necessidade de maior educação nutricional para perceberem os benefícios de uma alimentação saudável. Também se faz necessário um maior envolvimento dos atores sociais, mais organização e planejamento do programa nas áreas urbanas.

Izumi *et al.* (2010a) observaram que o programa Farm to School tem sido bem aceito pelos escolares norte-americanos. Por meio de pesquisa qualitativa pôde-se perceber que para eles o alimento orgânico e local é melhor, é sinônimo de mais saúde, possui preço justo e deixa-os conectados com os seus produtores, o que torna a refeição oferecida mais fresca, e, portanto, com uma qualidade maior.

Em outro estudo, Izumi *et al.* (2010b) realizaram análise das perspectivas dos agricultores para o programa de alimentação escolar americano. Os resultados sugerem que os agricultores vendem seus produtos para as escolas por duas razões principais: para diversificar suas estratégias de marketing e contribuir para benefícios sociais. Os resultados também fornecem avaliações sobre o tipo de apoio necessário para tornar as relações entre agricultores e profissionais da escola mais sustentáveis.

Pesquisa realizada demonstra que os estudantes norte-americanos valorizam a origem dos alimentos consumidos nas escolas, sendo que cerca de 80% consideram importante conhecer a procedência dos seus alimentos, devendo estes serem preferencialmente orgânicos ou locais (DUVAL; MOY, 2011).

No Brasil, estudos sobre as perspectivas dos atores sociais envolvidos com a implementação de alimentos orgânicos da agricultura familiar para a alimentação escolar no Brasil ainda são escassos.

Darolt (2002) destaca a importância da articulação entre os produtores e gestores do PNAE. Tal articulação inicia pela elaboração do cardápio considerando a sazonalidade dos produtos, para que seja possível melhor planejamento dos agricultores para atenderem a demanda da alimentação escolar.

Estudo realizado por Triches e Schneider (2010) evidenciou as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para ganharem mercado no Brasil. Observou-se que o Estado providenciou na última década políticas que apoiam a aproximação de consumidores e produtores no nível local. Porém, regulamentações contraditórias, como a dos processos licitatórios de compras públicas e as exigências legais e sanitárias para a formalização desses pequenos agricultores, ainda mantêm essas proposições longe de se concretizarem. Os resultados

demonstraram aceitação dos alimentos por parte dos alunos, uma revitalização com novas perspectivas de mercado para a agricultura familiar e o fomento de práticas de produção consideradas menos nocivas ao ambiente.

Bonnal e Maluf (2009) visaram analisar de que maneira ações públicas voltadas para o meio rural brasileiro vêm se referindo à noção de multifuncionalidade da agricultura e à perspectiva territorial do desenvolvimento, no Plano Plurianual 2004-2007. O foco da pesquisa foram os programas públicos nacionais voltados para a promoção da agricultura familiar e do agro extrativismo, o meio ambiente e o mundo rural. Num contexto marcado pela globalização da economia e pelo fortalecimento do processo democrático, destaca-se a preocupação dos gestores públicos de induzir um processo de reequilíbrio social e territorial mediante a implantação de políticas setoriais a favor da agricultura familiar e políticas de dinamização das atividades econômicas territoriais. Em conclusão, apontou-se o caráter fragmentado das políticas de desenvolvimento rural e a necessidade de integrá-las mediante referências mais nítidas a ambas as noções.

Turpin (2009) abordou a alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. Discutiu que diante da nova legislação, a alimentação escolar ganha reforços que estimulam os agricultores familiares e permitem que sejam alcançados os seus objetivos, com ganhos aos escolares, agricultores e comunidade local, possibilitando discussões do PNAE frente à produção e desenvolvimento rural e suas relações com o consumo e a saúde pública.

Lima e Sousa (2011) analisaram a introdução de alimentos orgânicos no processo de produção de refeições, em uma unidade escolar do estado de Santa Catarina, referência local na utilização destes alimentos. Participaram do estudo, gestores da escola, merendeiras, professora representante do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e um grupo de escolares, representantes de cada turma. O estudo concluiu que há necessidade de revisão na gestão adotada pela escola, incluindo-se estudo comparativo de preços; estabelecimento de parcerias com fornecedores e melhoria da atuação dos atores envolvidos com a alimentação escolar para o fortalecimento do programa. Destacam, ainda, a necessidade de estudos futuros sobre a gestão de produção de refeições em escolas e sobre a utilização de alimentos orgânicos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa. A escolha da abordagem qualitativa se justifica por privilegiar a subjetividade das informações dos atores sociais do PNAE a respeito das suas perspectivas com a alimentação orgânica nas escolas de Santa Catarina, com base nas expectativas e experiências.

Segundo Trivinõs (1987, p. 128), a pesquisa qualitativa “é a interpretação dos resultados que surge como a totalidade de uma especulação e tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente”.

3.2 DEFINIÇÃO DE TERMOS RELEVANTES PARA A PESQUISA

Agricultor familiar: de acordo com a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área menor a 4 módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

Agricultura familiar: o cultivo da terra realizado por proprietários rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal, que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes (BRASIL, 2006d).

Agroecologia: “integra os conhecimentos científicos (agronômicos, veterinários, zootécnicos, ecológicos, sociais, econômicos e antropológicos) aos conhecimentos populares para a compreensão, avaliação e implementação de sistemas agrícolas, com vistas a sustentabilidade. Não se trata de uma prática agrícola específica ou um sistema de produção” (BRASIL, 2011).

Alimentos orgânicos: alimentos *in natura* ou processados que são oriundos de um sistema orgânico de produção agropecuária e industrial. A produção de alimentos orgânicos é baseada em técnicas que dispensam o uso de insumos como pesticidas sintéticos, fertilizantes químicos, medicamentos veterinários, organismos geneticamente modificados, conservantes, aditivos e irradiação. A ênfase da produção

está direcionada ao uso de práticas de gestão e manejo do solo que levam em conta as condições regionais e a necessidade de adaptar localmente os sistemas de produção (FAO-OMS, 1999).

Atores Sociais: coletivo de pessoas ou uma personalidade que, atuando em determinada situação, é capaz de transformá-la. Deve possuir projeto de intervenção, controle ou capacidade de mobilizar os recursos necessários ao plano e organização estável para executá-lo (CAMPOS, 2010).

Conselho de Alimentação Escolar (CAE): “colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de dois anos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene” (BRASIL, 2009b).

Diretor Escolar: é o profissional que tem uma importância fundamental na organização e funcionamento da instituição escolar, em todos os seus aspectos: físico, sócio-político, relacional, material, financeiro e pedagógico. Gestor da dinâmica social, que atua na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos (BRASIL, 1996; LUCK, 2000).

Merendeira: profissional responsável pelo preparo da alimentação escolar (MIRON *et al.*, 2010)

Nutricionista (responsável técnico da alimentação escolar): profissional responsável técnico (RT) junto ao Governo Federal, que responderá ética, civil, administrativa e plenamente pelas atividades definidas na legislação do PNAE e pelas normas do Conselho Federal dos Nutricionistas. Promove a aquisição dos gêneros alimentícios e o planejamento do cardápio no âmbito do PNAE, dentre outras atividades (BRASIL, 2009b).

Desenvolvimento Sustentável: segundo o relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento (1991), trata-se de um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Esta concepção começa a se formar e difundir junto com o questionamento do estilo de desenvolvimento adotado, quando se constata que este é ecologicamente predatório na utilização dos recursos naturais, socialmente perverso com geração de pobreza e extrema desigualdade social, politicamente injusto com concentração e abuso de poder, culturalmente alienado em relação

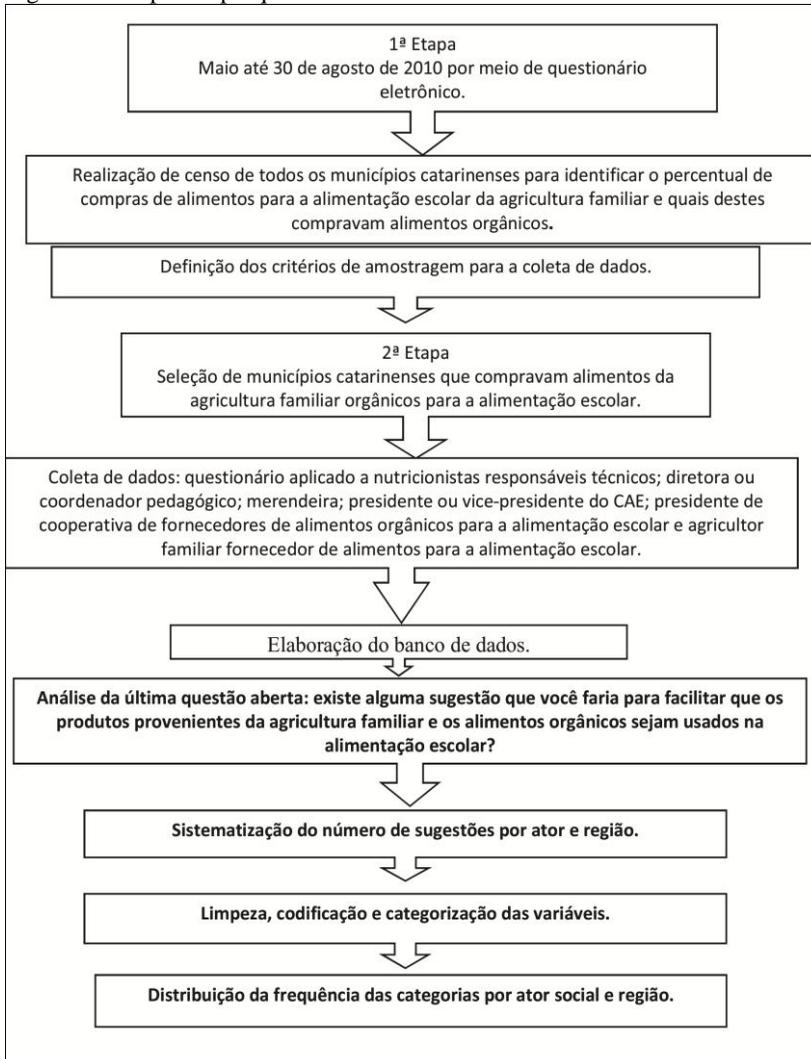
aos seus próprios valores e eticamente censurável no respeito aos direitos humanos e aos das demais espécies.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

O presente estudo é parte da pesquisa realizada pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar do Estado de Santa Catarina (CECANE/SC) financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), intitulada: Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (protocolo 1005/10) (ANEXO A), e realizado em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Região Sul do Brasil de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e os dados foram coletados após aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH). Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO B).

Foi iniciado em 2010 por pesquisadores do CECANE/SC, apresenta as seguintes etapas, conforme apresentado na Figura 1:

Figura 1 – Etapas da pesquisa



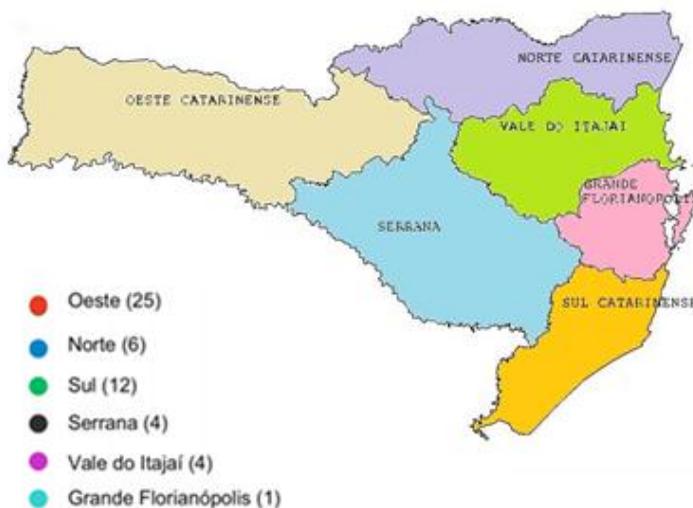
Fonte: CECANE-SC, 2010

Dos 63 municípios catarinenses, 9 municípios responderam erroneamente que compravam alimentos orgânicos e 2 municípios foram utilizados no estudo piloto. Do total de respondentes (n=713), 212 (29,7%) não quiseram dar sugestões e 55 (7,7%) não souberam responder. Foram analisados dados de 52 municípios de 06 regiões

catarinenses (25 da Região Oeste, 04 da Região Serrana, 04 da Região do Vale do Itajaí, 06 da Região Norte, 12 da Região Sul e 01 da Região da Grande Florianópolis) com participação de 446 atores sociais (74 agricultores familiares, 14 presidentes de cooperativa, 36 representantes do CAE, 167 diretores escolares, 46 nutricionistas e 109 merendeiras).

Os entrevistadores seguiram um protocolo, segundo o qual as respostas eram registradas pelo próprio entrevistado. Nos casos em que os entrevistados não soubessem escrever, o registro ficou a cargo do entrevistador. Posteriormente, os entrevistadores digitaram todas as sugestões coletadas, seguindo um código de quatro números, com vistas à obedecerem a critérios éticos ligados às escolas, atores sociais e municípios. O primeiro número identificava o ator social, o segundo a região e o terceiro e quarto números representavam o código da unidade escolar.

Figura 2 – Distribuição regional dos municípios que compravam alimentos provenientes da agricultura familiar orgânica em Santa Catarina



Fonte: CECANE-SC, 2010

No presente estudo, foi utilizado o banco de dados com as respectivas respostas dos questionários referentes à última questão aberta: existe alguma sugestão que você faria para facilitar que os produtos provenientes da agricultura familiar e os alimentos orgânicos sejam usados na alimentação escolar?

Analisou-se as perspectivas dos atores sociais com base nas suas sugestões de como facilitar o consumo de alimentos orgânicos nas escolas de Santa Catarina.

O Quadro 7 mostra a distribuição das respostas por regiões catarinenses e por atores sociais, totalizando 684 sugestões a serem analisadas.

Quadro 7 – Nº de sugestões para facilitar o consumo de alimentos orgânicos por ator social e região catarinense.

Ator	Oeste (25)	Serrana (04)	V. do Itajaí (04)	Norte (06)	Sul (12)	G. Fpolis. (01)	Total
Nutricionista (46)	48	05	06	12	26	02	99
CAE (36)	38	06	---	12	16	01	73
Diretor (167)	91	17	22	37	68	05	240
Merendeira (109)	50	08	03	11	44	01	117
Cooperativa (14)	11	---	02	12	13	01	39
Agricultor (74)	83	05	06	06	16	---	116
Total	321	41	39	90	183	10	684

Fonte: CECANE-SC, 2010

3.4 DEFINIÇÃO DE CATEGORIAS

No presente estudo, foram elaboradas categorias consideradas relevantes para a investigação das perspectivas dos atores sociais do PNAE sobre como facilitar a utilização de alimentação orgânica nas escolas. A construção das categorias foi baseada na classificação de Silva *et al.* (2005), na qual os elementos de conteúdo agrupados por parentesco de sentido se organizam sob as devidas categorias analíticas. Tal procedimento segue a forma de modelo misto, no qual as categorias são selecionadas no início, mas o pesquisador se permite modificá-las em função do que a análise apontará.

A categorização final das unidades de análise se refere a uma análise de reconsideração da alocação dos conteúdos e sua categorização a partir de um processo característico deste modelo de pesquisa

qualitativa. O processo permite uma análise mais profunda dos recortes com base em critérios discutidos e incorporados. Trata-se de considerar uma a uma as unidades à luz dos critérios gerais de análise, para escolher a categoria que convém melhor a cada uma (SILVA *et al.*, 2005).

Conforme a revisão da literatura as categorias elaboradas previamente podem ser observadas no Quadro 8:

Quadro 8 – Categorias prévias, referentes ao tema “Alimentos orgânicos na alimentação escolar: perspectivas de atores sociais em municípios de Santa Catarina”, conforme revisão da literatura.

Categoria / Unidades de Análise	Definição
Logística ^{1,2,3} -Redução do tempo de transporte -Melhoria do sistema de compras	“Logística é a parte do Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento que planeja, implementa e controla o fluxo e armazenamento eficiente e econômico de matérias-primas, materiais semiacabados e produtos acabados, bem como as informações a eles relativas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às exigências dos clientes” (CARVALHO, 2002, p. 31).
Controle de Qualidade ^{2,3} -Melhoria no controle de qualidade -Mais pessoal qualificado	O controle de qualidade na produção orgânica de alimentos relaciona-se com a certificação dos produtos, obedecendo a determinados requisitos, através da emissão de um certificado que comprove a sua garantia. Ou seja, garante que os produtos orgânicos rotulados foram produzidos de acordo com as normas e práticas da agricultura orgânica (MAPA, 2012).
Planejamento de Cardápios ^{5,6} -Respeito à sazonalidade -Reformulação dos cardápios	Escolha dos itens a serem ofertados no menu, considerando aspectos nutricionais, hábitos alimentares e culturais, necessidades nutricionais, disponibilidade de alimentos da agricultura familiar e alimentos orgânicos (BRASIL, 2009c).
Incentivo Governamental ^{1,3,4} -Redução dos preços -Redução da burocracia -Incentivo governamental	O governo funciona como mediador de Políticas Públicas na área da Alimentação e Nutrição, promovendo incentivos através de programas como o PAA, PRONAF, PNAE, entre outros. Embora tais programas ainda apresentem limitações e necessitem de revisão e fortalecimento de ações, os mesmos já têm demonstrado avanços.

Meios de Divulgação ⁷ - Informação aos pais e alunos -Mais incentivo ao consumo de alimentos orgânicos	Ações educativas: atividades e/ou estratégias desenvolvidas com o objetivo de desenvolver a aprendizagem sobre determinado tema. Compete ao nutricionista [...] propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental, articulando-se com a direção e coordenação pedagógica para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição (CFN, 2010).
---	--

Fonte: Conner *et al.*, 2011¹; Duval e Moy, 2011²; Buttivant e Knai, 2011³; Izumi *et al.*, 2010⁴; Bezerra, 2009⁵; Strassner *et al.*, 2010⁶; Otsuki, 2011⁷

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

A Análise de Conteúdo constitui-se como uma prática que se pretende identificar o significado do texto, na tentativa de alcançar diretamente o que haveria por trás do que se diz. A relação entre o pesquisador e seu objeto de análise é de distanciamento, mediada por uma abordagem metodológica que tenta garantir neutralidade. Além disso, a metodologia assume as técnicas de validação dos resultados obtidos (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005).

A Análise de Conteúdo também identifica a pluralidade temática presente num conjunto de textos, e pondera a frequência desses temas no conjunto, permitindo, via comparação entre os elementos, a constituição de agrupamentos de elementos de significados mais próximos, viabilizando a formação de categorias mais gerais de conteúdo (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006).

As categorias gerais resultantes do procedimento apontam linhas gerais de temas e avaliações recorrentes nos dados analisados, incluindo identificação de elementos e sua avaliação. Por fim, chega-se a uma listagem de elementos significativos, que, entretanto, indica ainda de forma pouco clara as ligações entre as categorias formadas por esses mesmos elementos (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006).

A proposta que acompanha a análise de conteúdo se refere a uma decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenômenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentem uma compreensão mais aprofundada da interpretação de realidade do grupo estudado (SILVA *et al.*, 2005).

A partir deste paradigma, a noção de significado enfatiza a necessidade da análise ser conduzida a partir do ponto de vista do ator da ação, substituindo o método hipotético-dedutivo (formulação prévia

de hipóteses) pelo método interpretativo. Dessa forma busca-se compreender como atores sociais específicos interpretam o ambiente onde atuam, extraindo informações que consideram significantes para o estabelecimento de estratégias de ação, com as quais poderiam influir nesse ambiente (SILVA *et al.*, 2005).

Na presente pesquisa foi utilizada para o tratamento dos dados, a Análise de Conteúdo – AC, conforme Bardin (2004). Por definição (BARDIN, 2004, p. 44) a AC é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”, devendo obedecer às seguintes etapas para a organização da etapa da análise:

- a) Pré-análise do conteúdo das entrevistas: leitura e organização do material coletado, considerando os critérios de exaustividade (o material selecionado deu abrangência a todos os elementos necessários); representatividade (na amostragem, selecionou-se os documentos realmente representativos); homogeneidade (a escolha dos documentos foi baseada na mesma técnica) e pertinência (o material continha ou selecionava o problema). Estas etapas foram desenvolvidas pelos entrevistadores do CECANE/SC.
- b) A exploração do material: a partir do corpus do material obtido na primeira etapa, realizou-se uma codificação dos dados a partir de unidades de registro que correspondiam ao segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de base. As unidades de base foram a palavra ou frase e o tema. Após a escolha das unidades de registro foi realizada uma nova categorização, considerando as categorias pré-existentes e os novos achados da análise. Neste processo, os elementos de conteúdo agrupados por parentesco de sentido se organizaram sob as devidas categorias analíticas.
- c) Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: a partir das categorias obtidas, foram realizadas a inferência e a interpretação dos dados, voltando à literatura pertinente, para subsidiar o processo reflexivo. A frequência de ocorrência de cada unidade de registro em cada região de Santa Catarina foi realizada com auxílio do programa Microsoft Excel versão 2010, para analisar e comparar se os elementos de análise diferiam por ator social. Alguns relatos foram descritos no artigo, identificando-os por ator social, seguido da região.

Considerando o nº de sugestões e de atores sociais envolvidos na pesquisa, realizou-se sistematização do número de sugestões por ator e

região; limpeza, codificação e categorização final das unidades de registro em temas e subtemas e, finalmente, distribuição das categorias por ator social e região.

Para Bardin (2004), a AC pode ser aplicada tanto na pesquisa qualitativa, quanto quantitativa, mas com aplicações diferentes. Na primeira, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo e, na segunda, a análise refere-se à presença, à ausência ou mesmo um conjunto de características de um determinado fragmento de mensagem.

O Quadro 9 descreve o passo a passo da etapa de exploração do material durante AC.

Quadro 9 - Passo a passo da Exploração durante a Análise de Conteúdo

Etapas da Exploração	Descrição
Codificação: transformação dos dados brutos do texto em unidades que permitem a descrição das características do conteúdo	Recorte: escolha das unidades do registro (palavra ou tema) Enumeração: escolha das categorias de contagem (frequência - ponderada ou não – intensidade, direção, ordem, concorrência) Classificação e Agregação: escolha das categorias
Categorização: investigação do que os elementos têm em comum uns com os outros. O que vai permitir seu agrupamento é a parte comum existente entre eles.	Inventário: isolar os elementos Classificação: repartir os elementos, impondo organização às mensagens

Fonte: Bardin, 2004

4 ARTIGO ORIGINAL

Os resultados e a discussão desta pesquisa estão apresentados no formato de um artigo original. Por ora, o manuscrito encontra-se sem restrições de palavras, figuras ou tabelas e no formato da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Após contribuições da banca, será configurado conforme exigências editoriais de submissão a qual será feita, provavelmente, ao periódico *Revista de Nutrição* (Fator de Impacto JCR: / Estrato Qualis: B1).

Alimentos orgânicos na alimentação escolar: perspectivas de atores sociais em municípios de Santa Catarina, 2013.

Resumo

Objetivo: Analisar sugestões de atores sociais da alimentação escolar em municípios de Santa Catarina sobre a utilização de alimentos da agricultura familiar e orgânicos.

Métodos: Estudo qualitativo e exploratório. Em 2010, realizou-se um censo nos 293 municípios catarinenses por questionário eletrônico para identificar o percentual de compras de alimentos da agricultura familiar e orgânicos. Foram entrevistados *in loco* atores sociais da alimentação escolar de 52 municípios que compravam. O presente estudo analisou a questão “*Existe alguma sugestão que você faria para facilitar que os produtos provenientes da agricultura familiar e os alimentos orgânicos sejam usados na alimentação escolar?*”, pela técnica de análise de conteúdo.

Resultados: Identificou-se 684 sugestões de 446 atores sociais da alimentação escolar. As sugestões foram categorizadas em 4 temas: (a) *Programação da Demanda e Oferta de alimentos orgânicos* (n=130; 19,0%) foi o tema de sugestões especialmente de diretores escolares (n=37; 28,5%), agricultores familiares (n=31; 22,3%) e merendeiras (n=20; 16,9%); (b) *Gestão da Produção da alimentação escolar* (n=120; 17,8%) foi referida por 27,5% (n=33) dos diretores escolares e 40,8% (n=48) das merendeiras; (c) *Gestão Governamental do Programa* (n=148; 21,6%) foi o tema das sugestões de diretores escolares (n=47; 31,7%) e agricultores familiares (n=41; 27,7%) e (d) *Estratégias de Divulgação* (n=286; 41,8%) destacaram-se principalmente como tema das sugestões de diretores escolares (n=122; 43,0%) e nutricionistas (n=48; 17,1%).

Conclusões: Para os atores sociais, a utilização dos alimentos orgânicos pelas escolas de Santa Catarina se dará, pela formação dos atores (apoio técnico, estratégias educacionais, sensibilização comunitária), apoio governamental, organização entre demanda e oferta de alimentos orgânicos e melhoria na gestão da produção da alimentação.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Agricultura familiar. Alimentos orgânicos. Atores sociais. Análise de conteúdo.

Abstract

Objective: To analyze suggestions for social actors of school meals in the municipalities of Santa Catarina on the increasing use of food from family farms and organic.

Methods: Descriptive and exploratory. In 2010, a census was carried out in 293 municipalities in Santa Catarina state, by electronic questionnaire, to identify the percentage of food purchases of family farming and organic. Were interviewed on-site social actors school meals of 52 municipalities that bought organic food. The present study examined the question: “Is there any suggestions would you make to facilitate the products from family farms and organic foods that are used in school meals?”, The technique of content analysis.

Results: We have identified 684 tips 446 social actors of school meals. The suggestions were categorized into four themes: (a) *Schedule of Supply and Demand for organic food* (n=130; 19,0%) was the subject of suggestions especially school principals (n=37; 28,5%), farmers (n=28; 22,3%) and cooks (n=21; 16,9%); (b) *Production Management of school feeding* (n=120; 17,8%) was reported by 27,5% (n=33) of school principals and 40.8% (n=48) of the cooks; (c) *Government Management Program* (n=148; 21,6%) was the subject of suggestions for school principals (n=47; 31,7%) and farmers family (n=41; 27,7%) and (d) *Dissemination Strategies* (n=286; 41,8%) was mainly emphasized the theme of suggestions for school principals (n=122; 43,0%) and nutritionists (n=48; 17,1%).

Conclusion: For the social actors, the increasing use of organic food by schools of Santa Catarina will occur, for the training of actors (technical support, educational strategies, community awareness), government support and reduction of outsourcing and bureaucracies.

Keywords: School meals. Family farming. Organic food. Social actors. Content analysis.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública estratégica para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e saudável dos escolares. O PNAE abrange todos os municípios brasileiros e tem o objetivo de suprir as necessidades do escolar durante seu período de permanência na escola, visando à promoção dos hábitos alimentares saudáveis, bem como desenvolvimento, crescimento, aprendizagem e rendimento escolar (BRASIL, 2009a).

Novas diretrizes do PNAE foram estabelecidas através da Lei 11.947 e Resolução/CD/FNDE nº 38, promulgadas em julho de 2009. Entre elas, destaca-se a que estipula que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar, local, regional ou nacional (BRASIL, 2009b). Nas análises de Triches e Schneider (2010) e Saraiva *et al.* (2013), com estas diretrizes, ampliou-se espaços para a agricultura familiar orgânica nos municípios, com maior diversidade, oferta, renda para o agricultor e consumo de alimentos *in natura* e redução de alimentos processados por parte dos escolares, menor custo com transporte e uma conexão entre o agricultor e o consumidor final.

No entanto, em função do caráter recente da legislação, o aumento da compra de alimentos orgânicos de agricultores e empreendedores familiares e conseqüentemente o resgate do consumo de alimentos *in natura* nas escolas, é um desafio. Estudos sobre dificuldades de implementação da alimentação orgânica na alimentação escolar e mecanismos que podem facilitar a sua utilização dentro das escolas públicas foram realizados na Dinamarca, Finlândia, Noruega, Estados Unidos, Itália e Reino Unido. No entanto, estudos sobre perspectivas de atores sociais dos programas de alimentação escolar principalmente no que diz respeito à aquisição de alimentos orgânicos, ainda são escassos (NIELSEN *et al.*, 2009; NOLTING, 2009; KRISTENSEN *et al.*, 2009; STRASSNER *et al.*, 2010; IZUMI *et al.*, 2009, 2010a, 2010b; CONNER *et al.*, 2011; DUVAL; MOY, 2011; OTSUKI, 2011; MORGAN; SONNINO, 2007; BUTTIVANT; KNAI, 2011).

Portanto, as sugestões de atores sociais que sustentam e operam esse programa foi o tema deste estudo. O controle social por parte da

comunidade escolar é central não só para garantir alimentos que apresentem relação com o conceito ampliado de saúde (humana, social e ambiental), como também para o balizamento de futuras políticas públicas e estratégias tanto de manutenção da compra de alimentos orgânicos nos municípios da pesquisa, quanto na articulação para integração e incremento em outros municípios (AZEVEDO, 2010; CONNER *et al.*, 2011; DUVAL; MOY, 2011; BUTTIVANT; KNAI, 2010; BRASIL, 2006; BONNAL; MALUF, 2011).

Neste contexto, e a partir das diretrizes do PNAE, o objetivo da pesquisa foi analisar as sugestões de atores sociais sobre a utilização de alimentos orgânicos, em municípios de Santa Catarina.

MÉTODOS

O estudo é parte da pesquisa realizada pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar do Estado de Santa Catarina (CECANE/SC) financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), intitulada: *Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina*, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (protocolo 1005/10) e realizado em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Região Sul do Brasil (CECANE, 2010).

A pesquisa do CECANE/SC foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa realizou-se um censo entre maio e agosto de 2010 por meio de um questionário eletrônico com todos os municípios catarinenses, buscando identificar o percentual de compras de alimentos para a alimentação escolar da agricultura familiar e quais destes compravam alimentos orgânicos.

A segunda etapa consistiu de entrevista *in loco* de atores sociais (agricultor familiar, presidente de cooperativa, Conselheiro de Alimentação Escolar (CAE), diretor escolar, nutricionista e merendeira) dos municípios catarinenses que compravam alimentos orgânicos da agricultura familiar para a alimentação escolar por meio de um questionário semiestruturado.

Dos 63 municípios catarinenses, 9 municípios responderam erroneamente que compravam alimentos orgânicos e 2 municípios foram utilizados no estudo piloto. Do total de respondentes (n=713), 212 (29,7%) não quiseram dar sugestões e 55 (7,7%) não souberam

responder. Foram analisados dados de 52 municípios de 06 regiões catarinenses (25 da Região Oeste, 04 da Região Serrana, 04 da Região do Vale do Itajaí, 06 da Região Norte, 12 da Região Sul e 01 da Região da Grande Florianópolis) com participação de 446 atores sociais (74 agricultores familiares, 14 presidentes de cooperativas, 36 Conselheiros da Alimentação Escolar (CAE), 167 diretores escolares, 46 nutricionistas e 109 merendeiras).

O presente estudo utilizou uma abordagem qualitativa, a partir do banco de dados gerados com as respostas dos questionários referentes à última questão aberta: *existe alguma sugestão que você faria para facilitar que os produtos provenientes da agricultura familiar e os alimentos orgânicos sejam usados na alimentação escolar?*

Os entrevistadores seguiram um protocolo, segundo o qual as respostas eram registradas pelo próprio entrevistado. Nos casos em que os entrevistados não soubessem escrever, o registro ficou a cargo do entrevistador. Posteriormente, os entrevistadores digitaram todas as sugestões coletadas, seguindo um código de quatro números, com vistas a obedecerem a critérios éticos ligados às escolas, atores sociais e municípios. O primeiro número identificava o ator social, o segundo a região e o terceiro e quarto números representavam o código da unidade escolar.

Definição de categorias

A construção das categorias seguiu o modelo misto, no qual as categorias são selecionadas no início, mas o pesquisador se permite modificá-las em função do que a análise aportará (SILVA *et al.*, 2005) As categorias prévias e respectivas unidades de análise (sugestões) foram construídas com base na literatura sobre o tema e foram assim distribuídas:

- (a) Logística: redução do tempo de transporte e melhoria do sistema de compras (CONNER *et al.*, 2011; DUVAL e MOY, 2011; BUTTIVANT e KNAI, 2011);
- (b) Controle de Qualidade: melhoria no controle de qualidade e mais pessoal qualificado (DUVAL e MOY, 2011; BUTTIVANT e KNAI, 2011);
- (c) Planejamento de Cardápios: reformulação dos cardápios e respeito à sazonalidade (STRASSNER *et al.*, 2010; BEZERRA, 2009);
- (d) Incentivo Governamental: redução dos preços e da burocracia (IZUMI *et al.*, 2010a; CONNER *et al.*, 2011; BUTTIVANT e KNAI, 2011);

- (e) Meios de Divulgação: mais incentivo ao consumo de alimentos orgânicos e informação aos pais e alunos (OTSUKI, 2011).

Análise do conteúdo

Na presente pesquisa foi utilizada para o tratamento dos dados, a Análise de Conteúdo – AC, conforme Bardin (2004). Por definição, a AC é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 44).

Devendo obedecer às seguintes etapas para a organização da etapa da análise:

- a) Pré-análise do conteúdo das entrevistas: leitura e organização do material coletado, considerando os critérios de exaustividade (o material selecionado deu abrangência a todos os elementos necessários); representatividade (na amostragem, selecionou-se os documentos realmente representativos); homogeneidade (a escolha dos documentos foi baseada na mesma técnica) e pertinência (o material continha ou selecionava o problema). Estas etapas foram desenvolvidas pelos entrevistadores do CECANE/SC.
- b) A exploração do material: a partir do corpus do material obtido na primeira etapa, realizou-se uma codificação dos dados a partir de unidades de registro que correspondiam ao segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de base. As unidades de base foram a palavra ou frase e o tema. Após a escolha das unidades de registro foi realizada uma nova categorização, considerando as categorias pré-existentes e os novos achados da análise. Neste processo, os elementos de conteúdo agrupados por parentesco de sentido se organizaram sob as devidas categorias analíticas (SILVA *et al.*, 2005).
- c) Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: a partir das categorias obtidas, foram realizadas a inferência e a interpretação dos dados, voltando à literatura pertinente, para subsidiar o processo reflexivo. A frequência de ocorrência de cada

unidade de registro em cada região de Santa Catarina foi realizada com auxílio do programa Microsoft Excel versão 2010, para analisar e comparar se os elementos de análise diferiam por ator social. Alguns relatos foram descritos no artigo, identificando-os por ator social, seguido da região.

Considerando o número de sugestões e de atores sociais envolvidos na pesquisa, realizou-se sistematização do número de sugestões por ator e região; limpeza, codificação e categorização final das unidades de registro em temas e subtemas e, finalmente, distribuição das categorias por ator social e região.

Para Bardin (2004), a AC pode ser aplicada tanto na pesquisa qualitativa, quanto quantitativa, mas com aplicações diferentes. Na primeira, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo e, na segunda, a análise refere-se à presença, à ausência ou mesmo um conjunto de características de um determinado fragmento de mensagem.

RESULTADOS

A análise do conteúdo revelou 684 sugestões de 446 atores sociais como forma de facilitar a utilização de alimentos orgânicos nas escolas de Santa Catarina.

As sugestões foram sistematizadas em 4 categorias ou temas e 8 subcategorias finais, apresentadas no Quadro 1.

A **Programação da Demanda e Oferta** de alimentos representou 19,0% (n=130) do total das sugestões. Os atores sociais, em especial, diretores, agricultores familiares e merendeiras foram os atores que mais manifestaram sugestões sobre o tema (Tabela 1).

Os agricultores familiares (22,3%), as merendeiras (16,9%) e os diretores (28,5%) destacaram os seguintes aspectos: melhora no sistema da logística do programa para abastecimento dos produtos, além da organização da demanda e oferta dos alimentos orgânicos para as escolas.

Esses aspectos podem ser observados nas seguintes situações: *“Dificuldade da entrega – compraram câmara fria e vão viabilizar uma central de distribuição para facilitar a entrega”*. (Diretor, Oeste); *“Incentivar maior organização dos agricultores, fomento a criação de cooperativas”*. (Nutricionista, Oeste); *“Melhora na infraestrutura de entrega e distribuição”*. (Nutricionista, Oeste).

A organização de agricultores e cooperativas e da produção de alimentos orgânicos foi apontada como um aspecto para facilitar o

abastecimento nas escolas (aumento da oferta e do consumo). Para alguns esta condição é considerada essencial para a garantia da compra, em termos de volume e de diminuição dos custos dos produtos orgânicos: *“Muitas vezes sai de casa para entregar poucos alimentos (10 pés de alface, umas cabeças de repolho, o custo se torna alto...)”* (Agricultor Familiar, Oeste).

Quanto à **Gestão da Produção da Alimentação Escolar**, 120 sugestões (17,8%) foram relatadas.

O conjunto das sugestões foi referido principalmente pelos diretores (27,5%) e merendeiras (40,8%) e apontam limites na oferta de alimentos processados de origem orgânica, em especial a falta de legislação e certificação: *“Viabilização do serviço de inspeção, para que pudéssemos oferecer na merenda: queijo artesanal serrano, mel, ovos, leite, carnes, etc.”*. (Merendeira – Serrana); *“Certificadoras para produção orgânica”*. (Agricultor Familiar – Sul).

Quanto ao planejamento alimentar, há diferentes perspectivas dos atores, principalmente referente à falta de constância e diversidade dos alimentos orgânicos, ao grande volume na época da safra e os benefícios deste tipo de alimento, mesmo com os limites recorrentes: *“Diversificar os produtos, pois muitas vezes recebem muitos alimentos de um tipo, o que acaba estragando e gera desperdício”*. (Diretor - Oeste); *“Diversificação da produção: sazonalidade é ruim, pois precisamos de salada, por exemplo, o ano todo”*. (Nutricionista – Oeste); *“Se tivesse o ano todo seria melhor, pois em umas épocas tem muita coisa e outras não”*. (Diretor – Oeste); *“É pequena a quantidade, mas a gente vê a felicidade do agricultor. E se fossem vender para o mercado ganhavam muito menos. É bonito de ver as merendeiras descascando as laranjas e fazendo suco, antes só abria um pacotinho e colocava açúcar”*. (CAE – Oeste).

Outro elemento destacado nas sugestões diz respeito à **Gestão Governamental ligada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Nas sugestões (21,6%; n=148) ressaltam o papel central do governo no desenvolvimento da política, bem como o seu cumprimento. Os agricultores familiares (27,7%) e os diretores escolares (31,7%) apontam como grande dificuldade a falta de maior incentivo governamental: *“Aumentar os recursos financeiros dando mais apoio e incentivo aos agricultores familiares que gostariam de produzir alimentos orgânicos”*. (Diretor - Norte); *“Fiscalização efetiva para que os entes públicos cumpram a lei”*. (Cooperativa –Sul); *“Reservas de mais verbas para compra de produtos orgânicos da Agricultura Familiar”*. (CAE - Oeste); *“A realidade encontrada e as dificuldades*

presentes são diferenciadas nas diversas regiões e município. No entanto, a maior dificuldade que observo é a falta de sensibilização da gestão pública em relação à causa”. (Nutricionista – Oeste).

Ainda dentro da gestão governamental do programa, a terceirização da alimentação escolar das escolas estaduais de Santa Catarina é percebida como um processo que desqualifica o programa e suas diretrizes: *“Terceirização da merenda em Santa Catarina é uma coisa que reduz muito as vendas da agricultura familiar, as pessoas que estão fazendo a merenda são de fora e a piaçada estranha um pouco os alimentos, disseram que nunca tinham comido farinha pura”. (Agricultor Familiar - Oeste); “A merenda escolar não deveria ser terceirizada, o município deveria atender as escolas do estado, pois as pessoas do município sabem o que as crianças comem, não é uma pessoa lá de São Paulo que deveria dizer o que as crianças do município deveriam comer”. (Agricultor Familiar – Oeste).*

A categoria **Estratégias de Sensibilização para a utilização dos alimentos orgânicos** representou 41,8% das sugestões (n=286), especialmente entre nutricionistas (17,1%) e diretores escolares (43,0%) e foram sistematizadas em três subcategorias: formação dos atores sociais, estratégias pedagógicas e sensibilização comunitária.

A formação dos atores sociais é o item de destaque entre todas as sugestões e todos os atores sociais a citam como limitação, apontando a importância da mão-de-obra qualificada dentro do processo de produção e aquisição de alimentos orgânicos na alimentação escolar: *“Capacitação das famílias das comunidades que fornecem os alimentos com: incentivo, organização, higiene, consciência ambiental”. (Diretor - Norte); “Orientação e capacitação para os agricultores”. (CAE - Oeste); “O comprometimento da Secretaria de Agricultura em parceria com a Secretaria de Obras para que fortaleça a agricultura orgânica dentro do espaço escolar”. (Diretor - Norte); “Acompanhamento técnico para os produtores que produzem os alimentos orgânicos, para se obter um bom rendimento da produção”. (Diretor - Oeste); “Assessoria técnica para a produção orgânica, pois temos que fazer tudo pesquisando na internet, se tivesse alguém para ajudar seria bom”. (Agricultor Familiar – Oeste).*

A segunda subcategoria remete a estratégias pedagógicas ligadas ao aumento do consumo de alimentos orgânicos nas escolas, como por exemplo, o incentivo à alimentação saudável dentro da escola por meio de apoio pedagógico, além de propostas educacionais: *“Divulgação e implantação de aulas teóricas sobre produtos orgânicos e a importância da produção e consumo com as vantagens em alimentar-se*

com esses produtos. E o impacto que gera na economia dos agricultores no município e no meio ambiente". (Chefe de cooperativa – Oeste); *"Sempre fazer reuniões mensais para trocarem experiências e incentivar cada vez mais"*. (Diretor – Serrana).

Sugestões relacionadas à sensibilização comunitária mostram a necessidade de sensibilização das pessoas, tanto àquelas ligadas a produção dos alimentos orgânicos, quanto dos próprios escolares, pais e comunidade em geral: *"Conscientização das pessoas, dos outros agricultores, pois muitos acham mais fácil passar veneno do que plantar orgânico"*. (Agricultor Familiar – Oeste); *"Divulgar em todos os meios de comunicação, pois sabemos que prevenção faz a diferença. Educação é solução, povo educado sabe cuidar de si e da saúde dos seus"*. (Diretor – Norte).

DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo identificaram sugestões que atores sociais ligados à alimentação escolar do estado de Santa Catarina apontaram no ano de 2010, no intuito de facilitar a utilização de alimentos orgânicos nas escolas. A região do estado de Santa Catarina que apresentou maior percentual de sugestões foi a região Oeste, possivelmente por ser esta região que apresenta a maior concentração de agricultores orgânicos, seguida da região Sul (ZOLDAN e KARAN, 2004).

Altmann *et al.* (2008), ao analisarem perspectivas de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais de Santa Catarina, referentes ao período 2008-2015, constataram tendências de dois fenômenos em todas as regiões: o êxodo rural dos jovens, com uma tendência a um envelhecimento da população que trabalha no campo, e conseqüentemente, uma mão-de-obra com pouca qualificação e escassa; e a necessidade de melhora na infraestrutura com vistas a diversidade produtiva que tem se instalado no estado. Tais achados são coerentes com as sugestões dos atores sociais do presente estudo.

As sugestões sobre a *Programação da Demanda e Oferta de alimentos orgânicos* relacionaram-se principalmente com as dificuldades que chefes de cooperativa, merendeiras e agricultores familiares enfrentam em relação à logística do processo e a organização da oferta e demanda dos alimentos orgânicos. Estes profissionais estão envolvidos diretamente com as ações de distribuição e armazenamento do alimento nas escolas. No mesmo sentido, estudos de Conner *et al.*

(2011), Duval e Moy (2011) e Buttivant e Knai (2011) destacaram as mesmas dificuldades.

Estudo realizado por Nolting (2009) sobre a alimentação escolar na Itália mostrou que procedimentos técnicos e administrativos, como por exemplo, a frequência da distribuição dos alimentos (para mantê-los frescos e com qualidade) está diretamente relacionada com a logística do processo. Além disso, identificou que os agricultores familiares sugeriram dentre outras medidas, melhoria no transporte, a necessidade de atender a demanda dos consumidores, diminuição do preço e problemas de abastecimento. Estudos de Izumi *et al.* (2009, 2010a, 2010b), Strassner *et al.* (2010) e Duval e Moy (2011) ressaltaram dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares com relação à oferta de alimentos orgânicos na alimentação escolar da Itália e Estados Unidos.

Almeida *et al.* (2010), analisando entraves organizacionais da agricultura familiar em Araraquara-SP para o PNAE, verificaram que há necessidade de estrutura logística específica que envolva o cadastramento dos produtores, conhecimento dos produtos e tecnologias de produção, volume, época e local de entrega, triagem na central de recebimento, treinamento às merendeiras. Estes dados estão de acordo com as sugestões encontradas neste estudo com relação à programação da demanda e da oferta dos alimentos. As sugestões relacionadas à *Gestão da Produção da alimentação escolar* predominaram entre merendeiras e diretores escolares. Algumas situações se destacaram nos relatos e registros: problemas relacionados ao volume de um mesmo tipo de produto na safra, pouca diversidade de alimentos orgânicos e falta de certificação dos produtos orgânicos processados. Estudos de Nielsen *et al.* (2009) Conner *et al.* (2011) e Duval e Moy (2011) alertam para dificuldades a serem superadas na elaboração dos cardápios da alimentação escolar, tais como ações para diminuir o problema da sazonalidade, pois vários produtos possuem decréscimo da produção em determinados meses do ano. Alertam que a escolha do cardápio deve considerar também composição, balanço nutricional, sustentabilidade, sabor e preferências dos alunos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário destaca estratégias para fortalecimento do diálogo entre atores responsáveis pela elaboração do cardápio (nutricionista) e pela produção de alimentos (agricultores familiares e organizações), o que pode contribuir para que o abastecimento da escola com alimentos orgânicos seja garantido. Dentre elas, incluem-se o mapeamento dos produtos da agricultura familiar

local e o respeito à diversidade e a sazonalidade da produção da agricultura familiar da região (MDA, 2013).

Esta articulação é fundamental no processo, pois a oferta de alimentos orgânicos pode ficar inviabilizada se os cardápios não forem planejados junto com os agricultores para programar a produção, uma vez que a característica deste tipo de produção é respeitar a sazonalidade das diferentes culturas (MAPA, 2007).

As normas sanitárias para a produção de alimentos de produção artesanal, familiar e comunitária se traduzem em extensa burocracia para o pequeno produtor, o que reflete na falta de certificação dos produtos orgânicos como relatado pelos atores sociais no presente estudo. O estudo de Sousa (2012) realizado no estado de São Paulo também chegou à conclusão que a certificação ainda é um problema entre os produtores.

Kristensen *et al.* (2009) ao analisarem o fornecimento de alimentação orgânica nas escolas europeias concluíram que as políticas de abastecimento escolar com alimentos orgânicos têm se mostrado satisfatórias. No entanto, referem problemas com a participação de atores sociais nas escolas para garantir a qualidade dos alimentos.

As sugestões sobre a *Gestão Governamental* do programa foram apontadas por agricultores familiares e merendeiras. A diminuição da burocracia, os impostos e a terceirização, bem como o envolvimento dos gestores ganharam destaque.

Buttivant e Knai (2011), ao analisarem políticas de alimentação escolar na Inglaterra, defendem que esforços por parte do governo em todos os níveis têm impactos positivos na alimentação escolar. Nielsen *et al.* (2009) e Nolting (2009), em estudos realizados na Dinamarca, Itália, Finlândia e Noruega, observaram que o incentivo governamental por meio de leis, estratégias de aumento, programas, guias e controle financeiro se mostrou eficaz no aumento do consumo de alimentos orgânicos nas escolas. Os estudos revelaram a relevância do financiamento por parte do governo para a operacionalização dos programas de alimentação escolar nestes países.

Morgan e Sonnino (2007), estabelecendo paralelo entre Itália e Reino Unido, perceberam que na Itália, como existe lei de obrigatoriedade de utilização de alimentação orgânica nas escolas, o consumo chega a 90%, enquanto que no Reino Unido, a falta de um controle eficaz do governo traz percentuais bem menores de utilização de tais alimentos nas escolas.

Existem estratégias por parte das escolas e também das iniciativas governamentais que facilitam a implementação das políticas. O

município de Roskilde, na Dinamarca, permite que cada escola nomeie alguém para ser responsável pela coordenação da alimentação escolar. Financeiramente, o município designa meios para apoiar as escolas no fornecimento de refeições, bem como para formar professores (KRISTENSEN *et al.*, 2009).

Segundo Strassner *et al.* (2010), os agricultores italianos relatam que os principais problemas da distribuição da alimentação escolar orgânica são de natureza econômica e logística. Acredita-se que mudanças na forma que o governo administra a alimentação escolar podem trazer benefícios, com políticas públicas em todos os níveis: municipal, estadual e federal. É necessário facilitar o processo tentando eliminar barreiras econômicas e burocráticas.

No Brasil, Saraiva *et al.* (2013) ao analisarem o panorama de compras da agricultura familiar e o seu cumprimento frente às novas diretrizes de execução do PNAE, destacaram o papel governamental para a potencialização do desenvolvimento local. Para que isto seja uma realidade, os autores alertam que o gestor público deve implementar a compra da agricultura familiar como uma ação transversal dentro das políticas setoriais, prevendo os desafios conhecidos pelo Programa, tais como “assessoria técnica para agricultores, infraestrutura de logística e armazenagem, diagnóstico e interação com a realidade agrícola local/regional e, fundamentalmente, a criação de espaços ou fóruns participativos de debate e planejamento, envolvendo agricultores, gestores e escolas”.

As sugestões sobre as *Estratégias de Sensibilização para a utilização dos alimentos orgânicos* foram as mais destacadas por todos os atores sociais. A formação dos atores sociais foi o item de maior relevância, seguida de sensibilização e estratégias pedagógicas.

Conner *et al.* (2011) e Santos *et al.* (2013) são favoráveis à ideia de que a necessidade de mão-de-obra qualificada é fundamental no processo de aquisição da alimentação escolar. A multiplicidade e complexidade que existe entre os atores sociais influenciam a dinâmica do processo, daí a necessidade da separação de papéis e funções para garantia de um trabalho integrado.

Chaves *et al.* (2013) e Juzwiak *et al.* (2013) defendem que os profissionais ligados ao PNAE necessitam de atualização constante, com intensificação de atividades transdisciplinares que garantam conhecimento e reflexão para apoiar e fomentar ações de promoção de alimentação saudável na escola.

A importância da adoção de estratégias que promovam alimentação saudável no ambiente escolar tem sido cada vez mais

ressaltada nas diretrizes curriculares no Brasil, isto porque o ambiente escolar é tido como um espaço de aprendizado e veiculação de diversos saberes e na formação de pessoas cidadãs. Um avanço dessa estratégia educativa foi a publicação da portaria interministerial nº 1.010 com o intuito de instituir as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de ensino infantil, fundamental e médio em escolas públicas e privadas do país (BRASIL, 2006). Dado o caráter multifacetado da saúde, a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, e por consequência, a promoção da saúde do educando torna-se possível através de ações inter e transdisciplinares, que considerem as múltiplas dimensões do ser humano, tendo assim, maior efetividade e alcance (NOLTING, 2009).

A escola é um elemento chave na divulgação de diversos conhecimentos e na formação dos futuros profissionais da nação; sendo assim o espaço escolar é lugar ideal para a formação desses indivíduos, inclusive, na promoção da saúde do escolar. O desenvolvimento de metodologias específicas, com uma atuação multiprofissional para promoção da alimentação saudável junto ao escolar, é essencial para alcançar estas metas já largamente estabelecidas pelas políticas públicas como uma necessidade premente. A participação está dependente da forma como a alimentação escolar é concebida e enfatiza o envolvimento e participação da escola no processo (COSTA *et al.*, 2001; BARBOSA *et al.*, 2013).

Segundo Costa *et al.* (2001), nutricionistas e merendeiras têm sob sua responsabilidade a produção da alimentação escolar, entendendo que esse Programa faz parte de uma política social inserida em determinado contexto político e econômico, sofrendo influências do momento que se situa. O conhecimento delegado a esses atores permite que se criem novas estratégias para intervenções mais oportunas e criativas na resolução dos problemas diários e nas quais se apliquem habilidades e experiências em ações interativas com a comunidade escolar. Além disso, a sensibilização do CAE e a sua articulação com os demais atores sociais é essencial para a garantia do direito à alimentação adequada nas escolas (GABRIEL *et al.*, 2013).

A experiência da alimentação escolar na Dinamarca, referida por Kristensen *et al.* (2009) aponta estratégias educativas envolvendo escolares e pais. Denominado de Projeto Koss, criado em 2000, apresenta objetivo de promover as capacidades dos escolares de obterem informações, oferecendo almoços nutritivos a preços acessíveis. A oferta é feita de acordo com os gostos, apetites e culturas. Um site foi criado para permitir que os pais leiam sobre os cardápios, iniciativas sobre

agricultura orgânica e estratégias que o município está buscando. Os pais também têm a opção de encomendar a alimentação de seus filhos pelo site. O programa permite que os alunos estejam envolvidos na preparação do almoço da escola, aprendendo tanto higiene quanto dotes culinários em geral.

Strassner *et al.* (2010) mostrou como é necessário colocar no currículo escolar práticas com alimentação orgânica entre os escolares italianos, envolvendo escolares, pais e professores no processo de introdução de alimentação orgânica nas escolas, pois quanto maior o envolvimento, mais positivos poderão ser os resultados. Alertam para a necessidade de inserção deste tema no currículo pedagógico, pois acreditam que há um aprendizado maior quando há participação da escola.

CONCLUSÕES

A perspectiva dos atores sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar dos 52 municípios para facilitar a utilização dos alimentos orgânicos pelas escolas de Santa Catarina se dará, predominantemente, pela formação dos diferentes atores sociais da alimentação escolar, desde o apoio técnico aos agricultores, passando pelos projetos e estratégias educacionais dentro da escola até a sensibilização comunitária. Os desafios da produção de alimentos orgânicos e sua utilização por parte das escolas, tais como a organização entre demanda e oferta de alimentos orgânicos e a gestão da produção da alimentação, especialmente relacionados aos limites da certificação para o pequeno agricultor são algumas das situações a serem superadas. A partir do estabelecimento da diretriz de compra da agricultura familiar, preferencialmente orgânica, por meio da fixação de um percentual mínimo de aquisição, gestores governamentais e CAE, como representante da comunidade escolar para o controle social do Programa, devem exigir o cumprimento desta diretriz como elemento fundamental para a expansão dos objetivos do PNAE.

Acrescenta-se como limitações, a falta da análise sobre os dados das regiões, os quais poderiam fornecer subsídios sobre as diferentes situações vivenciadas; além disso, a análise realizada com base no banco de dados e não por entrevista *in loco* pela própria pesquisadora, limitou a percepção da subjetividade dos participantes (atores sociais) durante a entrevista e/ou preenchimento dos questionários. Sugere-se a realização deste estudo em outros estados brasileiros, tendo em vista a necessidade e as vantagens da ampliação da compra e consumo de alimentos da

agricultura familiar orgânica na alimentação escolar, e também para avaliar a aplicação e a efetividade da recente legislação do PNAE.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a parceria com o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE/SC) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; PAULILLO Luíz Fernando. Rede de Segurança Alimentar de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. **Organizações Rurais e Agroindustriais. Lavras**, v. 12, n° 3, 2010.
- ALTMANN, Rubens; MIOR, Luiz Carlos; ZOLDAN, Paulo. **Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015**: percepção de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais. Florianópolis: EPAGRI, 2008. 133p.
- AZEVEDO, Elaine de; RIGON Silvia do Amaral. Sistema alimentar com base no conceito de sustentabilidade. IN: TADDEI, José Augusto; LANG, Regina Maria Ferreira, LONGO-SILVA, Giovana; TOLONI, Maysa Helena de Aguiar (Orgs.). **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Rúbio, 1 ed., p. 543-560, 2010.
- BARBOSA, Najla Veloso Sampaio; MACHADO, Neila Maria Viçosa; SOARES, Maria Cláudia Veiga; PINTO, Anelise Regina Royer. Alimentação na escola e autonomia – desafios e possibilidades. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n° 4, p. 937-945, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 221p.
- BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**. Fortaleza, v. 14, n° 40, p. 103-115, 2009.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Dossiê**. Rio de Janeiro, n° 14, p. 211-250, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n° 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 Jun. 2009b.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE n. 38 de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, 17 Jul. 2009c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/22-2009>>. Acesso em: 16 Abr. 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Escolas promotoras de saúde: experiências do Brasil**. Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília, 2006a. 152p.

_____. Ministério da Saúde. **Escolas promotoras de saúde: experiências do Brasil**. Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília, 2006a. 152p.

BUTTIVANT, Helen; KNAI Cécile. Improving food provision in child care in England: a stakeholder analysis. **Public Health Nutrition**. London, p. 554-560, 2011.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR. **Relatório das Atividades desenvolvidas pela subcoordenação de pesquisa do CECANE/SC: abril a dezembro de 2010**. Florianópolis, dezembro, 2010.

CHAVES, Lorena Gonçalves; SANTANA, Thais Cristina Mantovani; GABRIEL, Cristine Garcia; VASCONCELOS, Francisco de Assis

Guedes de. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n° 4, p. 917-926, 2013.

CONNER, David; NOWAK, Andrew; BERKENKAMP, Joanne; FEENSTRA, Gail; KIM, Julia Van Soelen; LIQUORI, Toni; HAMM, Michael. Value chains for sustainable procurement in large school districts: Fostering partnerships. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**. Vermont, p. 55-68, 2011.

COSTA, Ester de Queirós; RIBEIRO, Victoria Maria Brant; RIBEIRO, Eliana Claudia de Otero. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 14, n° 3, 2001, ISSN 1415-5273.

DUVAL, Maranda; MOY, Jesse. Local food from farm to school: investigating the skidmore dining hall s local partnerships. **Environmental Studies Program Skidmore College**. 2011. 50p.

GABRIEL, Cristine Garcia; MACHADO, Manuella de Souza; SCHMITZ, Bethsáida de Abreu Soares; CORSO, Arlete Catarina Tittoni; CALDEIRAS, Gilberto Veras; VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Conselhos Municipais de Alimentação Escolar em Santa Catarina: caracterização e perfil de atuação. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n° 4, p. 971-978, 2013.

IZUMI, Betty; ALAIMO, Katherine; HAMM, Michael. Farm to school programs: exploring the role of regionally-based food distributors in alternative agrifood networks. *Agric. Hum. Values*. Michigan, v. 27, n° 3, p. 335-350, 2009.

_____. Farm-to-School Programs: Perspectives of School Food Service Professionals. **Journal of Nutrition Education and Behavior**. Michigan, v. 42, n° 2, p. 83-91, 2010a.

_____. Market Diversification and social benefits: Motivations of farmers participating in farm to school programs. **Journal of Rural Studies**. Michigan, v. 26, n° 4, p. 374-382, 2010b.

JUZWIAK, Claudia Ridel; CASTRO, Paula Morcelli; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. A experiência da Oficina Permanente de

Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n° 4, p. 1009-1018, 2013.

KRISTENSEN, Niels Heine; NETTERSTROM, Sune; HE, Chen; MIKKELSEN, Bent Egberg. Making the organic food service chain work and survive. **Agronomy Research**. Ballerup, v. 7, n° 2, p. 618-624, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA; Secretaria de Política Agrícola; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. [on-line]. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ibraf.org.br/x_files/Documentos/Cadeia_Produtiva_de_Produtos_Org%C3%A2nicos_S%C3%A9rie_Agroneg%C3%B3cios_MAPA.pdf>. Acesso em: 20 Mai. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Alimentação Escolar**. [on-line]. Brasília, 2013 Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500755>>. Acesso em: 20 Mai. 2013.

MORGAN, Kevin; SONNINO, Roberta. Empowering consumers: the creative procurement of school meals in Italy and the UK. **International Journal of Consumers Studies**. Cardiff University, UK, v. 31, n° 1, p. 19-25, 2007.

NIELSEN, Thorkild; NOLTING, Benjamin; KRISTENSEN, Niels Heine; LOES, Anne-Kristin. A comparative study of the implementation of organic food in school meal systems in four European countries. **Bioforsk Report**. Tingvoll, v. 4, n° 145. 2009. 36p.

NOLTING, Benjamin. Providing organic school food for youths in Europe – Policy strategies, certification and supply chain management in Denmark, Finland, Italy and Norway. **Core Project Organic**. Nuremberg, n° 1881, 2009. 30p.

OTSUKI, Kei. Sustainable partnerships for a green economy: A case of study of public procurement for home-grown school feeding. **Natural Resources Forum**, v. 35, n° 3, p. 213-222, 2011.

SANTOS, Lígia Amparo da Silva; CARVALHO, Danilo Melo de Morais; REIS, Amélia Borba Costa; RAMOS, Lilian Barbosa; FREITAS, Maria do Carmo Soares de. Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n° 4, p. 993-1000, 2013.

SARAIVA, Elisa Braga; SILVA, Ana Paula Ferreira; SOUSA, Anete Araújo; CERQUEIRA, Gabrielle Fernandes; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos; TORAL, Natacha. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n° 4, p. 927-935, 2013.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais e Agroindústrias**. Universidade Federal de Lavras, v. 7, n° 1, p. 70-81, 2005.

SOUZA, Liliane Batista Borba de. **Organizações da agricultura familiar no Estado de São Paulo e sua experiência de fornecimento para o PNAE**. In: Brasil. Projeto Nutre SP: Análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo [online]. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria da Agricultura Familiar. São Paulo, 2012 Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/arquivos-2012/Publica%C3%A7%C3%A3oNutreS%C3%83OPAULO.pdf>>. Acesso em: 20 Mai. 2013

STRASSNER Carola; LOES, Anne-Kristin; NOLTING, Benjamin; KRISTENSEN, Niels Heine. Organic Food for youth in Public Setting: Potentials and Challenges. Preliminary Recommendations from a European Study. **Core Organic Project**. Nuremberg, n° 1881, 2010. 46p.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 19, n° 4, p. 933-945, 2010.

ZOLDAN, Paulo; KARAM, Karen Follador. **Estudo da dinâmica da comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina.** Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2004. 181p.

Quadro 1 – Sugestões para facilitar a utilização de alimentos orgânicos de atores sociais de 52 municípios de Santa Catarina que compraram alimentos orgânicos para o PNAE em 2010.

1 Programação da demanda e oferta de alimentos orgânicos		
<p>1.1 Gestão da logística de abastecimento nas escolas Facilitar a entrega Facilitar distribuição Facilitar o acesso à alimentação orgânica Melhorar o transporte Melhorar infraestrutura do processo</p>	<p>1.2 Organização da demanda e oferta dos AO Aumento da compra Organização da produção Organização dos agricultores Aumento da produção Garantia de compra Aumentar oferta e consumo Organização de cooperativas Aumento dos funcionários/ RH Diminuir o valor do produto</p>	
2 Gestão da produção da alimentação escolar		
<p>2.1 Qualidade higiênico-sanitária Controle de qualidade Qualidade sanitária Inspeção sanitária</p>	<p>2.2 Planejamento alimentar Variedade/Diversidade de alimentos Quantidade de alimentos Adequação/Planejamento de cardápio Melhorar armazenamento Evitar desperdício Sazonalidade Colocar alimentos de época Horários de distribuição das refeições</p>	
3 Gestão governamental do PNAE		
3.1 Incentivo governamental		
<p>Exigência do cumprimento da Lei Financiamentos Linhas de crédito Aumentar a verba/recursos Diminuir a burocracia</p>	<p>Diminuir impostos Envolvimento dos gestores Contra terceirização Valorização do agricultor</p>	
4 Estratégias de sensibilização para a utilização dos alimentos orgânicos		
<p>4.1 Formação dos atores sociais Parcerias Assistência técnica</p>	<p>4.2 Estratégias pedagógicas Incentivo à</p>	<p>4.3 Sensibilização comunitária Divulgação</p>

Capacitação/ profissional Treinamentos/Cursos/ Explicações/Informações/Oficinas Orientação	Formação Palestras/	alimentação saudável Apoio pedagógico Trocas de experiências Proposta educacional Gestão Ambiental	Fórum de divulgação Conscientização Envolvimento dos pais Integração comunitária Participação dos alunos Projetos
--	------------------------	---	--

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou demonstrar as perspectivas dos atores sociais ligados à alimentação escolar do estado de Santa Catarina, no que diz respeito a facilitar a utilização de alimentos orgânicos nas escolas.

A revisão bibliográfica possibilitou um maior entendimento do processo de fornecimento de alimentos orgânicos da agricultura familiar para as escolas e as exigências regulatórias que ocorrem no Brasil e no mundo.

A escassez de documentos e de bibliografia que tratam da temática em que o problema se insere, tornou-se a maior limitação para o desenvolvimento deste estudo, destacando, no contexto em questão, a atualidade do tema e a originalidade da pesquisa.

Nesse aspecto, para além da segurança alimentar e nutricional, o fornecimento de alimentos orgânicos na alimentação escolar, vai ao encontro dos preceitos da soberania alimentar e nutricional, tendo em vista o estímulo ao aumento da quantidade e variedade de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

É inegável a relação existente entre o fornecimento de alimentos orgânicos da agricultura familiar para alimentação escolar, com a melhoria da qualidade da alimentação servida. Entretanto, existem dificuldades a serem vencidas como a organização da produção, a regularidade de entrega e a carência de assistência técnica.

Os agentes envolvidos no processo de fornecimento de alimentos para o PNAE estão em um período de apropriação e precisam conhecer o funcionamento dos programas e as formas de adaptar o seu trabalho à nova realidade. Enfatiza-se a importância da atuação integrada dos diversos segmentos responsáveis pela execução do PNAE e pela produção de alimentos.

Para que as políticas públicas da alimentação escolar sejam direcionadas de forma eficaz é necessário um planejamento a partir das sugestões daqueles que convivem e fazem parte do processo de produção, distribuição, aquisição e supervisão dos alimentos que chegam aos escolares. Ninguém mais habilitado para sugerir melhorias do que quem está participando, observando os problemas, tentando melhorar o sistema.

Estudos prospectivos, que buscam cenários e perspectivas de atores sociais são importantes porque embora o futuro seja imprevisível, a descrição de futuros potenciais e das progressões necessárias para atingi-lo, podem permitir que se encontre meios de mudar pensamentos,

para que se possa antecipar o futuro, preparando-se para o que ele reserva.

Os dados evidenciam a complexidade das políticas de alimentação escolar, e como há dificuldades a serem superadas para uma aquisição de acordo com a legislação. A demanda e a oferta dos alimentos devem ser revistos, bem como a produção da alimentação escolar. Além disso, o desconhecimento da causa leva à necessidade de mais divulgação dos benefícios da alimentação orgânica da agricultura familiar e também um apoio maior por parte do governo ao pequeno produtor.

Dessa forma, destaca-se a necessidade da gestão governamental, mediante parcerias entre as diversas secretarias, conduzir atividades voltadas para o desenvolvimento de fornecedores para alimentação escolar. Acarretando em possíveis impactos positivos para a qualidade da alimentação servida e para o desenvolvimento da economia local, ampliando o mercado e fortalecendo a agricultura familiar.

Contudo, destaca-se a importância do Programa na geração de renda dos agricultores e a necessidade da esfera pública em desenvolver iniciativas de capacitação por intermédio da assistência técnica para os agentes envolvidos no processo. Essas atividades poderão contribuir com a melhoria da qualidade do alimento produzido nas dimensões nutricional, sensorial, regulamentar e de sustentabilidade.

À medida que o PNAE recebe alimentos orgânicos da agricultura familiar, o profissional nutricionista assume papel fundamental e imprescindível. Diante desse fato, torna-se necessária uma atenção especial na elaboração dos cardápios, que devem ser planejados de forma articulada com a produção da agricultura familiar local, visando assegurar sua suficiência e qualidade na alimentação escolar.

Os resultados indicam que o PNAE como fornecedor da alimentação escolar pode estar estimulando o controle e protagonismo social, diante das características operacionais de tais ações, que vão ao encontro do preceito constitucional de participação social.

A agricultura familiar, como fornecedora da alimentação escolar, requer novos padrões de organização de produção e de desenvolvimento territorial e regional. Em razão disso, há a necessidade do desenvolvimento de ações conjuntas, com os diferentes sujeitos envolvidos no processo, visando à qualidade do alimento produzido/fornecido, em suas diversas dimensões.

O trabalho teve a pretensão de colaborar para a consolidação e fomentação de estudos na área e para uma maior compreensão da temática.

Como proposta de continuidade do presente estudo, sugere-se a realização deste estudo em outros estados brasileiros, tendo em vista a necessidade e as vantagens da ampliação da compra e consumo de alimentos da agricultura familiar orgânica na alimentação escolar, e também para avaliar a aplicação e a efetividade da recente legislação do PNAE.

Os resultados demonstraram que a perspectiva dos atores sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar dos 52 municípios para facilitar a utilização dos alimentos orgânicos pelas escolas de Santa Catarina se dará, predominantemente, pela formação dos diferentes atores sociais da alimentação escolar, desde o apoio técnico aos agricultores, passando pelos projetos e estratégias educacionais dentro da escola até a sensibilização comunitária.

Além disso, os desafios da produção de alimentos orgânicos e sua utilização por parte das escolas, tais como a organização entre demanda e oferta de alimentos orgânicos e a gestão da produção da alimentação, especialmente relacionados aos limites da certificação para o pequeno agricultor são algumas das situações a serem superadas. O apoio governamental e a redução da terceirização e burocracias também apresentam-se como desafios.

A partir do estabelecimento da diretriz de compra da agricultura familiar, preferencialmente orgânica, por meio da fixação de um percentual mínimo de aquisição, gestores governamentais e CAE, como representante da comunidade escolar para o controle social do Programa, devem exigir o cumprimento desta diretriz como elemento fundamental para a expansão dos objetivos do PNAE, assim como estabelecer formas de acesso à população quanto à sua importância.

Acrescenta-se como limitações do estudo, a falta da análise sobre os dados das regiões, os quais poderiam fornecer subsídios sobre as diferentes situações vivenciadas; além disso, a análise realizada com base no banco de dados e não por entrevista *in loco* pela própria pesquisadora, limitou a percepção da subjetividade dos participantes (atores sociais) durante a entrevista e/ou preenchimento dos questionários.

Por fim, salienta-se a relevância do tema estudado, principalmente pela crescente discussão acerca da alimentação escolar e da agricultura familiar, levando em consideração a importância da segurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza. **Alimentação escolar**: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e to pedagógico? Em Aberto, Brasília, ano 15, n° 67, p. 5-20, 1995.

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; PAULILLO Luíz Fernando. Rede de Segurança Alimentar de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. Organizações Rurais e Agroindustriais. **Lavras**, v. 12, n° 3, 2010.

AZEVEDO, Elaine de; RIGON Silvia do Amaral. Sistema alimentar com base no conceito de sustentabilidade. IN: TADDEI, José Augusto; LANG, Regina Maria Ferreira, LONGO-SILVA, Giovana; TOLONI, Maysa Helena de Aguiar (ORGS). **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Rúbio, 2010.

BAGDONIS, Jessica; HINRICHS, Clare; SCHAFFT, Kai. The emergence and framing of farm-to-school initiatives: civic engagement, health and local agriculture. **Agric. Hum. Values**. Pennsylvania, p. 107-119, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 221p.

BELIK, W. PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (org.). **O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas**. Jaguariúna: Embrapa, v. 4, p. 93-116, 2000.

BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**. Fortaleza, v. 14, n° 40, p. 103-115, 2009.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Dossiê**. Rio de Janeiro, n° 14, p. 211-250, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

_____. Casa Civil. **Decreto n° 37.106, de 31 de março de 1955.**
Institui a Campanha de Merenda Escolar. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 02 Abr. 1955.

_____. Casa Civil. **Decreto n° 40.052, de 01 de outubro de 1956.**
Altera a Redação do Artigo 4 do Decreto 37.106, de 31 de Março de 1955, que Dispõe Sobre a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 01 Out. 1956.

_____. Casa Civil. **Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010.**
Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 Ago. 2010.

_____. Casa Civil. **Decreto no 7.794, de 20 de agosto de 2012.**
Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, 20 Ago. 2012.

_____. Casa Civil. **Lei n° 10.831, de 23 de dezembro de 2003.**
Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 Dez. 2003.

_____. Casa Civil. **Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, 24 Jul. 2006d.

_____. Casa Civil. **Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n° 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n° 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 Jun. 2009b.

_____. Casa Civil. **Lei n° 8.913, de 12 de julho de 1994.** Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 07 Set. 1994 (republicação).

_____. Casa Civil. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 20 Dez. 1996.

_____. Casa Civil. **Medida Provisória n° 1.784, de 14 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 15 Dez. 1998.

_____. Casa Civil. **Medida Provisória n° 455, de 28 de janeiro de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 29 Jan. 2009a.

_____. Casa Civil. **Medida provisória n° 1.568 de 14 de fevereiro de 1997** – MEC, Transforma o Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais – INEP em Autarquia Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 15 Fev. 1997.

_____. Casa Civil. **Medida provisória n° 2.178 de 28 de junho de 2001.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei n° 9.533, de 10 de dezembro de 1977, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 Jun. 2001.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN - com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 Set. 2006b.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução nº 32, de 10 de agosto de 2006.** Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, 11 Ago. 2006c.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agroecologia.** 2011. Disponível em: <<http://www.prefiraorganicos.com.br/agroorganica/oqueeagricultura.aspx>>. Acesso em: 16 Jan. 2012.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento para Educação. **Manual do Conselho de Alimentação Escolar.** 1999.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE n. 38 de 16 de julho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, 17 Jul. 2009c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/22-2009>>. Acesso em: 16 Abr. 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Escolas promotoras de saúde:** experiências do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília, 2006a. 152p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia Alimentar para a população brasileira:** promovendo a alimentação saudável. Brasília, 2008. 210 p. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/guia_alimentar_conteudo.pdf>. Acesso em: 16 Abr. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Passo a Passo – Como funciona a compra e venda de produtos da agricultura familiar?** 2009e. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/PASSOAPASSO_ALIMENTACAOESCOLAR_AGRICULTURAFAMILIAR.ppt>. Acesso em: 16 Jun. 2012.

BUTTIVANT, Helen; KNAI Cécile. Improving food provision in child care in England: a stakeholder analysis. **Public Health Nutrition**, London, p. 554-560, 2011.

CAMPOS, Francisco Carlos Cardoso de; FARIA, Horácio Pereira de; SANTOS, Max André dos. **Planejamento e avaliação das ações em saúde**. 2. ed. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, Coopmed, 2010. 114p.

CANUTO, João Carlos. **Dimensão socioambiental da agricultura sustentável**. In Uzêda, M.C. (ed). O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o sul da Bahia. Ilhéus: Editus, 2004, p. 33-50.

CARMO, Maristela Simões do. **Agricultura sustentável: uma necessidade para o desenvolvimento**. In Uzêda, M.C. (ed). O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o sul da Bahia. Ilhéus: Editus, 2004, p. 51-68.

CARVALHO, José Meixa Crespo de. **Logística**. 3. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2002, 230p.

CASEMIRO, Aroldo Dias; TREVISAN, Salvador. Alimentos Orgânicos: Desafios para o Domínio Público de um Conceito. **International Workshop Advances in Cleaner production**. São Paulo, 2009. 29p.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR. **Relatório das Atividades desenvolvidas pela subcoordenação de pesquisa do CECANE/SC: abril a dezembro de 2010**. Florianópolis, dezembro, 2010.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. Aprofundando a discussão das relações entre a desnutrição, fracasso escolar e merenda. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, nº 67, p. 01-24, jul./set. 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.

CONNER, David; NOWAK, Andrew; BERKENKAMP, Joanne; FEENSTRA, Gail; KIM, Julia Van Soelen; LIQUORI, Toni; HAMM,

Michael. Value chains for sustainable procurement in large school districts: Fostering partnerships. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, Vermont, p. 55-68, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). **Resolução CFN nº 358, de 18 de maio de 2005**. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista em âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE). Diário Oficial da União. Brasília, 22 Jun. 2005.

_____. **Resolução nº 465/2010**. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do programa de alimentação escolar (PAE) e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 25 Ago. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil – Indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília, 2010. 36p.

_____. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Textos de referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiuacoes-arquivos/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-san>>. Acesso em: 18 Jun. 2012.

COSTA, Ester de Queirós; RIBEIRO, Victoria Maria Brant; RIBEIRO, Eliana Claudia de Otero. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Rev. Nutr.**, Campinas, vol. 14, nº 3, 2001, ISSN 1415-5273.

CUNHA, Elisângela; SOUSA, Anete Araújo de; MACHADO, Neila Maria Viçosa. A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, p. 39-49, 2010.

DAROLT, Moacir Roberto. **Merenda Escolar Orgânica: uma mudança de hábito saudável**. 2002. Disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/DaroltMerenda.htm>>. Acesso em: 05 Mai. 2012.

DUVAL, Maranda; MOY, Jesse. Local food from farm to school: investigating the skidmore dining hall s local partnerships.

Environmental Studies Program Skidmore College. 2011. 50p.

EHLERS, Eduardo. “Agricultura Alternativa: Uma perspectiva histórica”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 24, nº especial, 24-37, 2000.

ELINETE, Eliete de Lima. **Alimentos orgânicos na alimentação escolar pública catarinense: um estudo de caso.** 2006. 129 p. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Curso de Pós Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ELINETE, Eliete de Lima; SOUSA, Anete Araújo de. Alimentos orgânicos na produção de refeições escolares: limites e possibilidades em uma escola pública em Florianópolis. **Rev. Nutr.** Campinas, v. 24, nº 2, 2011, ISSN 1415-5273.

FARIA, Alexandre. Relevância ou rigor? **GV Executivo.** São Paulo, v. 6, nº 3, p. 39-43, 2007.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Agricultura Mundial: hacia los años 2015/2030** – Informe resumido, 2002, 97p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Proyecto de directrices para la producción, elaboración, etiquetado y comercialización de alimentos producidos orgánicamente de la Comisión Del Codex Alimentarius/FAO/OMS,** 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/organicag>>. Acesso em: 05 Mai. 2012.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 224p.

HOMEOPATIA VETERINÁRIA. **História e cronologia** [on-line]. Disponível em: <<http://www.homeopatiaveterinaria.com.br/Hist%C3%B3ria%20e%20ronologia.htm>>. Acesso em: 12 Jan. 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS – IFOAM. **Arguments in Favor of Organic Agriculture** [on-line]. Disponível em: <http://www.ifoam.org/growing_organic/1_arguments_for_oa/argument_s_main_page.html>. Acesso em: 10 Jun. 2012a.

_____. **Growing Organic. Information and Resources for the Developing Sustainable Organic Sectors** [on-line]. Disponível em: <http://www.ifoam.org/growing_organic/growing_organic_main.php>. Acesso em: 10 Jun. 2012b.

IZUMI, Betty; ALAIMO, Katherine; HAMM, Michael. Farm to school programs: exploring the role of regionally-based food distributors in alternative agrifood networks. **Agric. Hum. Values**, Michigan, v. 27, n° 3, p. 335-350, 2009.

_____. Farm-to-School Programs: Perspectives of School Food Service Professionals. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, Michigan, v. 42, n° 2, p. 83-91, 2010a.

_____. Market Diversification and social benefits: Motivations of farmers participating in farm to school programs. **Journal of Rural Studies**, Michigan, v. 26, n° 4, p. 374-382, 2010b.

KRISTENSEN, Niels Heine; NETTERSTROM, Sune; HE, Chen; MIKKELSEN, Bent Egberg. Making the organic food service chain work and survive. **Agronomy Research**. Ballerup, v. 7, n° 2, p. 618-624, 2009.

KÜHN, Daniela Dias. Agricultura Familiar: uma Alternativa para o Desenvolvimento Rural Sustentável. In: **Anais do XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Passo Fundo, v. 14, n° 26, p. 113-134, 2002.

LAIRON, Denis. Nutritional quality and safety of organic food. A review. **Agron. Sustain**, n° 30, p. 33-41, 2010.

LUCK, Heloísa (Org.). Gestão Escolar e Formação de Gestores. **Em Aberto**, Brasília: v. 17, n° 72, 2000.

MAPA. Ministério da Agricultura. **Orgânicos**. 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>>. Acesso em: 13 Jun. 2012.

MIRON, Viviane Ribas; STEFANELLO, Cláudia Luisa; MATTOS, Karen Mello de; COLOMÉ, Juliana Silveira; COSTENARO, Regina Gema Santini; CARPES, Adriana Dornelles. Cuidando do cuidador: qual o perfil de saúde de nossas merendeiras? **Trabalho de Projeto de Pesquisa PROBIC: Saúde e alimentação saudável na percepção das merendeiras**. Centro Universitário Franciscano, UNIFRA. Santa Maria, 2010.

MONTEIRO, Marcelo Nogueira de Castro; SALGUERO, Martin; COSTA, Roberta Teixeira da; GONZALEZ, Rodrigo Barbone. Os alimentos orgânicos e a percepção de seus atributos por parte dos consumidores. **Pesquisa quantitativa Marketing**. VII SEMEAD. São Paulo, USP, 2003. 12p.

MORGAN, Kevin; SONNINO, Roberta. Empowering consumers: the creative procurement of school meals in Italy and the UK. **International Journal of Consumers Studies**. Cardiff University, UK, v. 31, n° 1, p. 19-25, 2007.

MORO, Eduardo João. **Supermercados e alimentos orgânicos no Brasil: estratégias e tendências**. 2007. 237p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, vol. 6, n° 2, p. 72-88, 2006.

NIELSEN, Thorkild; NOLTING, Benjamin; KRISTENSEN, Niels Heine; LOES, Anne-Kristin. A comparative study of the implementation of organic food in school meal systems in four European countries. **Bioforsk Report**. Tingvoll, v. 4, n° 145. 2009. 36p.

NOLTING, Benjamin. Providing organic school food for youths in Europe – Policy strategies, certification and supply chain management

in Denmark, Finland, Italy and Norway. **Core Project Organic**. Nuremberg, n° 1881, 2009. 30p.

NOLTING, Benjamin; SPIGAROLO, Roberto; SARTI, Valerio. Providing organic food for millions of Italian pupils. How do we make it? **Core Project Organic**. Tjele, n° 1881, 2010. 13p.

OLTRAMARI, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo; ALTMANN, Rubens. **Agricultura orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC. 2002. 55p.

OTSUKI, Kei. Sustainable partnerships for a green economy: A case of study of public procurement for home-grown school feeding. **Natural resources Forum**, v. 35, n° 3, p. 213-222, 2011.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Análise organizacional em redes de recursos de poder**: contribuições para os estudos da concorrência, das decisões estratégicas e das políticas públicas. In: FUSCO, J. P. Tópicos emergentes em engenharia de produção. São Paulo: Arte e Ciência, 2002. 196p.

PEIXINHO, Albaneide; BALABAN, Daniel; SCHWARTZMAN, Flavia; GALANTE, Andrea Pólo. Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos. **O Mundo da Saúde**, v. 35, n° 2, p. 128-136, 2011.

PLANETA ORGÂNICO. **História da Agricultura Orgânica**: algumas considerações. Disponível em:
<<http://www.planetaorganico.com.br/histaorg1.htm>> Acesso em: 22 Nov. 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2003. 282 p.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso. **ALEA**. Campinas, v. 7, n° 2, 2005, ISSN 1517-106X.

SCHMITZ, Bethsáida de Abreu S.; HEYDE, Maria Emília D. Von der; CINTRA, Isa de Pádua; FRANCESCHINI, Sylvania do Carmo C.; TADDEI, José Augusto C.; SIGULEM, Dirce Maria. Políticas e Programas Governamentais de Alimentação e Nutrição no Brasil e sua Evolução. **Cadernos de Nutrição**, São Paulo, v. 13, p. 39-54, 1997.

SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n° 23, 1995.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais e Agroindústrias**. Universidade Federal de Lavras, v. 7, n° 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Relatório Técnico** das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998. Brasília: IPEA, texto para discussão 664, 1999. 48p.

SILVA, Luís Inácio Lula da; CAMARGO, José Alberto de. **Projeto fome zero**: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001. 118 p.

SOBRAL, Francine; COSTA, Vera Mariza de Miranda. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Sistematização e Importância. **Alim.Nutr.**, Araraquara, v. 19, n° 1, p. 73-81, 2008.

SOIL ASSOCIATION FOOD FOR LIFE: Healthy, Local, Organic School Meals. **The Soil Association**. Bristol, 2003. 117p.

SOUSA, Anete Araújo; AZEVEDO, Elaine de; LIMA, Elinete Eliete de; SILVA, Ana Paula Ferreira da. Alimentos orgânicos e saúde humana: ensaio sobre as controvérsias. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, v. 31, p. 513-517, 2012.

SPINELLI, Maria Angélica dos Santos, CANESQUI, Ana Maria. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979-1995). **Rev. Nutr.** Campinas, v. 15, n° 1, p. 105-117, 2002.

STRASSNER Carola; LOES, Anne-Kristin; NOLTING, Benjamin; KRISTENSEN, Niels Heine. Organic Food for youth in Public Setting: Potentials and Challenges. Preliminary Recommendations from a

European Study. **Core Organic Project**. Nuremberg, n° 1881, 2010. 46p.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 19, n° 4, p. 933-945, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TURPIN, Maria Helena. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio de agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 16, n° 2, p. 20-42, 2009.

ZAMBERLAM, Alceu Fronchetti Jurandir. **Agricultura Ecológica**: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 214p.

ZOLDAN, Paulo, KARAM, Karen Follador. **Estudo da dinâmica da comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2004. 181p.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Grade de exploração do material com definição das unidades de registro

1 NQUES	SUGESTÃO	UNIDADES DE REGISTRO
2340 Lauro Muller SUL	- Entregar os legumes, frutas e verduras semanalmente nas escolas.	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
3341/3346 Lauro Muller SUL	- Entrega semanal para legumes e verduras (ocorre mensalmente e com pouca variedade).	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
3345 Lauro Muller SUL	- Entrega semanal dos gêneros perecíveis (verduras, legumes e frutas).	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
4345 Lauro Muller SUL	- Entrega semanal e maior variedade das frutas e verduras.	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
4406 São Martinho SUL	- Maior frequência na entrega dos alimentos orgânicos na escola.	MAIOR FREQUÊNCIA DE ENTREGA
3326 Jacinto Machado SUL	- Melhorar a logística de distribuição com relação a frequência e quantidade dos alimentos para melhor aproveitamento e menor desperdício.	MELHORAR A DISTRIBUIÇÃO
3334 Jaguaruna SUL	- Todas as escolas deveriam receber os alimentos orgânicos produzidos no próprio município, comercializados pelos agricultores da própria comunidade em parceria com a prefeitura.	MELHORAR A DISTRIBUIÇÃO
3381/3382/ 3383 Rio Fortuna SUL	- Melhora na logística de distribuição dos alimentos nas escolas para o seguimento correto do cardápio planejado.	MELHORA NA DISTRIBUIÇÃO
4381 Rio Fortuna SUL	- Melhora na logística de distribuição, aumentando a frequência de entrega para aproveitamento dos alimentos mais frescos.	MELHORA NA DISTRIBUIÇÃO

2400 São Martinho SUL	- Aumentar a quantidade e frequência do fornecimento de orgânicos nas escolas.	MELHORAR FREQUÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO
4404 São Martinho SUL	- Verificar a problemática de outras escolas para planejamento de melhorias , já que essa escola não possui dificuldade na utilização de orgânicos.	PLANEJAMENTO DE MELHORIAS
5290 Araranguá SUL	-Creio que se o comprador fizer contato direto com os produtores e suas entidades, poderá ter um aumento na utilização de orgânicos na alimentação.	ORGANIZAÇÃO DA OFERTA E DEMANDA
6340 Lauro Muller SUL	- Incentivo e maior procura por parte dos municípios.	ORGANIZAÇÃO DA OFERTA E DEMANDA
3406 São Martinho SUL	- Incentivar a produção local de cada bairro, já que a escola fica mais afastada do centro urbano e não existem muito produtores de alimento, apenas fumo.	ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
4361 Paulo Lopes SUL	- Comprar frutas e verduras orgânicas da própria comunidade e município.	PLANEJAMENTO DE COMPRAS
5410 SOMBRIO SUL	- Municípios sem produtores orgânicos podem comprar de municípios vizinhos .	PLANEJAMENTO DE COMPRAS
4305 Gravatal SUL	- Maior compra de orgânicos por parte do município.	AUMENTAR A COMPRA
2320 Jacinto Machado SUL	- Aumentar a percentagem obrigatória para compra de alimentos provenientes da agricultura familiar e orgânicos.	AUMENTAR A COMPRA
6320 Jacinto Machado SUL	- Aumentar o percentual destinado à compra da agricultura familiar se a produção local suprir a demanda.	AUMENTAR A COMPRA
6320 Jacinto Machado	- Organização dos agricultores para ampliar para mais de 30% a compra da agricultura familiar.	AUMENTAR A COMPRA

SUL		
2330 Jaguaruna SUL	- Facilitar o processo de compra para alimentação escolar.	FACILITAR O PROCESSO DE COMPRA
4332 Jaguaruna SUL	- Maior compra de alimentos orgânicos (sabor, durabilidade e saúde).	MAIOR COMPRA
4344 Lauro Muller SUL	- Maior compra e incentivo à produção orgânica.	MAIOR COMPRA
4402 São Martinho SUL	- Utilização de cem por cento de alimentos orgânicos na alimentação escolar , já que a região se caracteriza por ótima produtora de orgânicos.	AUMENTAR A COMPRA
5410 SOMBRIO SUL	- Municípios sem produtores orgânicos podem comprar de municípios vizinhos.	AUMENTAR A COMPRA
1400 São Martinho SUL	- Organização das entidades fornecedoras, com carta de apresentação dos produtos em tempo hábil de incluir na chamada pública .	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
3351/3355 Orleans SUL	- Agricultores em grupo para preparar os alimentos necessários para o PNAE.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
6350 Orleans SUL	- Maior organização dos produtores (associações e cooperativas) para produção e venda direta, sem passar por atravessadores.	ORGANIZAÇÃO EM COOPERATIVAS
4392 Santa Rosa de Lima SUL	- Contratação de uma nutricionista para alimentação escolar.	AUMENTO DOS FUNCIONÁRIOS
3304 Gravatal SUL	- Contratação de pessoas responsáveis para essa função.	AUMENTO DOS FUNCIONÁRIOS
1400 São Martinho SUL	- Valores mais próximos do mercado local.	DIMINUIR PREÇOS
3301	- Diminuir o valor do produto.	DIMINUIR PREÇOS

Gravatal SUL		
4301 Gravatal SUL	- Redução nos preços dos produtos orgânicos para que os municípios possam comprar maior quantidade e variedade desses alimentos.	REDUÇÃO DOS PREÇOS
1380 Rio Fortuna SUL	- “Eu acho que os produtos orgânicos deveriam ser mais baratos. ”	REDUÇÃO DOS PREÇOS
2		
3514 Porto União NORTE	- Agregar um maior número de produtores para que possam aumentar e diversificar a entrega de alimentos orgânicos nas escolas.	MAIOR ENTREGA
5500 Jaraguá do Sul NORTE	- Aumentar ainda mais a venda e informar mais os municípios a incentivar a agricultura familiar.	AUMENTAR A VENDA
2500 Jaraguá do Sul NORTE	-Consequentemente oferta para venda dos produtos dos agricultores para alimentação escolar.	AUMENTAR A OFERTA PARA VENDA
3546 Salete VI	- Valorização dos produtos produzidos, introduzindo cada vez mais itens na merenda escolar.	MAIOR OFERTA DE ALIMENTOS
6540 Salete VI	- Além de aumentar a porcentagem de compra do município da agricultura familiar, também deveria aumentar o valor de entrega para cada produtor, que hoje é no máximo de R\$ 9.000,00.	AUMENTO DA COMPRA/ AUMENTO DA ENTREGA
4302 Gravatal SUL	- Aumentar a compra dos alimentos bem aceitos pelos alunos: iogurte, bolachas, laranja, maçã, mamão, leite e banana.	AUMENTO DA COMPRA
5490 Dona Emma VI	- Aumento no valor mínimo de compra de 30% para 50% provenientes da agricultura familiar.	AUMENTO DA COMPRA

6550 Santa Terezinha NORTE	- Aumentar a porcentagem dos 30% para 50% para compra da agricultura familiar.	AUMENTO DA COMPRA
1510 Porto União NORTE	- Maior número de associações na região.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
5510 Porto União NORTE	- Organizar grupos de produtores (ex. cenoura, couve, feijão, etc.).	ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES
3472 Capão Alto SERRANA	- Organização de cooperativas .	ORGANIZAÇÃO DE COOPERATIVAS
2470 Capão Alto SERRANA	- Criação de uma cooperativa para venda dos produtos.	CRIAÇÃO DE COOPERATIVA
3521 Presidente Nereu VI	- Criação de uma cooperativa de agricultores no bairro.	CRIAÇÃO DE COOPERATIVA
5460 Canoinhas NORTE	- Aumento dos funcionários .	AUMENTO DOS FUNCIONÁRIOS
1500 Jaraguá do Sul NORTE	- Recursos humanos (nutricionista) para promover os esclarecimentos.	RECURSOS HUMANOS
3		
3441 Campo Alegre NORTE	Cultivar frutas orgânicas para fornecer as escolas.	ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA E OFERTA
6440 Campo Alegre NORTE	Aumentar a quantidade e a variedade de alimentos orgânicos na região.	ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA E OFERTA
1490 Dona Emma VI	Reunião com cooperativa local e agricultores para saber a qual os mesmos disponibilizam para entrar na chamada pública para distribuição nas unidades.	ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA E OFERTA
2500	Realizar uma pesquisa polo e	ORGANIZAÇÃO DA

Jaraguá do Sul NORTE	aumentar a diversificação dos alimentos regionais.	DEMANDA OFERTA E
3501 Jaraguá do Sul NORTE	Agricultores diversificar os alimentos orgânicos e oferecerem em maior quantidade .	ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA OFERTA E
5510 Porto União NORTE	- Planejamento antecipado , para organizar a produção (plantio, grupo de agricultores).	PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO
1230 Pinheiro Preto OESTE	- Articulação entre municípios e entidades articuladoras a nível nacional, estadual e principalmente, regional.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
1270 Treze Tílias OESTE	- Facilitador em nível de região para obtenção mais rápida de certificação para orgânicos e para SIM, SIE... Alteração de preço da tabela CONAB (muito baixo).	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
3254 São Lourenço do Oeste OESTE	- Certamente deveria aumenta a oferta e o consumo desses alimentos dentro da escola e os alunos como multiplicadores interfeririam na cultura familiar.	AUMENTAR OFERTA CONSUMO E
3422 Araquari NORTE	- Contato com os agricultores do município para compra dos produtos que são produzidos e os seus benefícios dando prioridade a eles e divulgação dos produtos produzidos no município. Sendo mais econômico e rápido a entrega .	FACILITAR ENTREGA
4435 Calmon OESTE	Os agricultores querem mais orientações na agricultura, com novas máquinas e outros projetos para beneficiar os agricultores e as escolas.	MELHORAR INFRAESTRUTURA
1150 Alto Bela Vista OESTE	- Melhora na infraestrutura de entrega e distribuição .	MELHORAR INFRAESTRUTURA E DISTRIBUIÇÃO E
1160 Arabutã OESTE	- Melhora na infraestrutura de entrega e distribuição .	MELHORAR INFRAESTRUTURA DE ENTREGA E

		DISTRIBUIÇÃO
4045 Dionísio Cerqueira OESTE	- Fracionar a entrega dos alimentos, não entregar tudo em um único dia pois gera muito desperdício .	FRACIONAR A ENTREGA EVITAR DESPERDÍCIO
4281 Zortea SERRANA	- Melhor organização na entrega em termos de quantidade em embalagem.	ORGANIZAR A ENTREGA
4456 Campo Belo do Sul SERRANA	- Diminuindo assim as dificuldades de acesso , uma vez em que os produtos são pegos de uma única comunidade, distante das escolas.	FACILITAR O ACESSO
4044 Dionísio Cerqueira OESTE	- Transporte adequado para transportar os alimentos, principalmente os alimentos que precisam de refrigeração.	TRANSPORTE ADEQUADO
2060 Jardinópolis OESTE	- Facilitar o transporte dos alimentos da lavoura para o município.	FACILITAR O TRANSPORTE
1170 Formosa do Sul OESTE	- Formar cooperativas para que os mesmos tenham melhor estrutura .	MELHORAR ESTRUTURA
4171 Formosa do Sul OESTE	- Devido às dificuldades encontradas na estrutura física do município no momento, dificulta a introdução de novos alimentos orgânicos no cardápio.	MELHORAR ESTRUTURA
6170 Formosa do Sul OESTE	- Melhorar a estrutura do município, melhorar a comunicação entre os agricultores e a prefeitura.	MELHORAR ESTRUTURA
1420 Araquari NORTE	- Aumentar o valor da porcentagem destinada à compra dos alunos aos produtos agrícolas.	AUMENTO DA COMPRA
6280 Zortea SERRANA	- Aumentar a procura (compra) de alimentos da AF e orgânicos por parte dos municípios.	AUMENTAR A COMPRA
3201 Ipumirim OESTE	- Incluir mais destes itens na licitação da merenda escolar.	PLANEJAMENTO DA COMPRA

6120 São José do Cedro OESTE	- Aumentar as quantidades, pois temos excedente e muitas vezes estraga; - ampliar a aquisição.	AUMENTAR A COMPRA
2170 Formosa do Sul OESTE	- Organização da produção.	ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
3171 Formosa do Sul OESTE	- Organização da parte dos agricultores para fornecer mais alimentos orgânicos. Partir do FNDE capacitação para a equipe responsável do ambiente escolar.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
3162 Arabutã OESTE	- Organização, aumentando a produção de alimentos , também em diversidade.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
3061/3062 Jardinópolis OESTE	- Maior organização dos agricultores para entregar maior diversidade de produtos.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
1080 Pinhalzinho OESTE	- Organização dos agricultores para fornecer maior variedade de produtos, pois não fornecem frutas, apenas vegetais e carnes o que acaba saturando a alimentação escolar. O volume de alimentos é muito grande, pois também recebemos do PAA, só de peixe são 1500 kg/mês e a única aceitação do peixe é frita;	VARIEDADE DE ALIMENTOS - Exemplo de dificuldade no município: cortes do frango e quantidade de vegetais; - Nutricionista um pouco angustiada, pois volume de comida servido é muito grande, preocupa-se com os índices de sobrepeso e obesidade.
3524 Presidente Nereu VI	- Incentivar os agricultores a produzirem outras culturas diferentes das que já recebemos.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
3212 Luzerna OESTE	- Que a pessoa responsável no município incentive os produtores a diversificarem a produção.	DIVERSIFICAÇÃO DE ALIMENTOS
3162 Arabutã OESTE	- Organização, -aumentando a produção de alimentos.	ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AUMENTO DA PRODUÇÃO
4456	- “Garantindo a compra desses	GARANTIA DE

Campo Belo do Sul SERRANA	produtos?.	COMPRA
4		
4011 Anchieta OESTE	- Maior frequência das entregas , entregar mais vezes no mês fracionando mais as entregas; - Reunião com NTR/Agricultor/Merendeira para planejar compra e entregas.	AUMENTAR FREQUÊNCIA DE ENTREGAS PLANEJAMENTO DE COMPRA E ENTREGA
6030 Cunha Porã OESTE	- Facilitar as entregas: ou a prefeitura buscar e entregar ponto-a-ponto ou entregar direto na prefeitura e a prefeitura entregar nas escolas.	FACILITAR ENTREGA
3074 Maravilha OESTE	- Ser entregue sempre no dia de uso do produto.	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
3085 Pinhalzinho OESTE	- Dificuldade da entrega - compraram câmara fria e vão viabilizar uma central de distribuição para facilitar a entrega. O município já tem trabalho para reduzir as dificuldades;	FACILITAR A ENTREGA Questão 7: Trabalhar em conjunto com família e escolares, promovendo maior participação da comunidade.
6120 São José do Cedro OESTE	- Divide muito os produtos entre os agricultores ai entregamos muito pouco.	MELHORA NA ENTREGA
3125 São José do Cedro OESTE	- Quando são as safras recebemos muita quantidade do mesmo produto , por exemplo repolho e laranja.	PLANEJAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO
4125 São José do Cedro OESTE	- Recebimento de muitos alimentos de um tipo , uma única vez.	PLANEJAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO
3012 Anchieta OESTE	- A escola é vizinha da produtora e a produtora entrega na prefeitura e as vezes chegam os produtos murchos na escola, poderia ser entregue direto na escola pelo produtor, pois na	TRANSPORTE TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO

	prefeitura muitas vezes não são armazenados de forma adequada.	
6010 Anchieta OESTE	- Transporte para entregar na prefeitura.	MAIS TRANSPORTE
6080 Pinhalzinho OESTE	- Estrutura de recolhimento da produção.	MELHORAR INFRAESTRUTURA
3091 Riqueza OESTE	- Teria que ter abatedouro para incluir as carnes.	MELHORAR INFRAESTRUTURA
6130 Saudades OESTE	- Dar maior visibilidade aos produtos orgânicos, incentivar os produtos que são mais fáceis de produzir como cenoura e beterraba, por exemplo.	OFERTA DE PRODUTOS
6020 Belmonte OESTE	- Se aumentar o % da compra terá muito mais gente beneficiada.	MELHORAR PROCESSO DE COMPRA
6020 Belmonte OESTE	- Começar a compra desde o começo do ano.	MELHORAR PROCESSO DE COMPRA
3051/3052 Irati OESTE	- Projeto no município incentivando os agricultores para se organizar em cooperativas e que eles organizassem a produção para facilitar a compra.	FACILITAR PROCESSO DE COMPRA
6070 Maravilha OESTE	- A compra deveria ser 100% da agricultura familiar.	AUMENTAR COMPRA
6070 Maravilha OESTE	- Ampliar a compra para mais de 30%.	AUMENTAR A COMPRA
6120 São José do Cedro OESTE	- Aumentar a compra para mais de 30%.	AUMENTO DA COMPRA
6120 São José do Cedro OESTE	- Precisava que as escolas pegassem mais merenda , porque 30% é pouca coisa, devia ser uns 50-60%.	AUMENTO DA COMPRA
6120	- O 30% é tão pouco , isso tem	AUMENTO DA

São José do Cedro OESTE	que ser o mínimo, há necessidade de mudar.	COMPRA
6120 São José do Cedro OESTE	- Aumentar o consumo , os pedidos; - Entrega é muito pouco , 30% é muito pouco.	AUMENTO DA COMPRA AUMENTO DA COMPRA
6120 São José do Cedro OESTE	- Município poderia comprar mais da agricultura familiar.	AUMENTO DA COMPRA
3 Flor do Sertão OESTE	- Estado deveria também comprar alimentos da agricultura familiar.	PLANEJAMENTO DA COMPRA
3016 Anchieta OESTE	- Organização dos agricultores para produzir os alimentos para merenda.	ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES
3021-6 Belmonte OESTE	- Organização dos agricultores para produzir com estufas.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
1020 Belmonte OESTE	- Maior organização dos agricultores familiares com formação de cooperativa .	FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS
3021-6 Belmonte OESTE	- Organização dos agricultores para produzir com estufas.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
5040 Dionísio Cerqueira OESTE	- Organização das cooperativas para fornecer outros produtos, investir na agroindústria.	ORGANIZAÇÃO DE COOPERATIVAS
1050/1140 Irati – Sul Brasil OESTE	- Incentivar maior organização dos agricultores, fomento a criação de cooperativas .	criação DE COOPERATIVAS
3051/3052 Irati OESTE	- Projeto no município incentivando os agricultores para se organizar em cooperativas e que eles organizassem a produção para facilitar a compra.	ORGANIZAÇÃO EM COOPERATIVAS
2080 Pinhalzinho OESTE	- Esta organização deve partir do sindicato de agricultura familiar.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
3083	- Maior organização dos	ORGANIZAÇÃO DOS

Pinhalzinho OESTE	colonos, pois é muito recente esta lei.	AGRICULTORES
3084 Pinhalzinho OESTE	- Ter mais agricultores envolvidos.	ENVOLVIMENTO DOS AGRICULTORES
3085 Pinhalzinho OESTE	- Precisam organizar os trabalhadores para diversificar a produção, já iniciaram este trabalho.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
6080 Pinhalzinho OESTE	- Organização dos agricultores para produzir e a prefeitura se responsabilizar pelo recolhimento.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
1090 Riqueza OESTE	- Organização dos agricultores para fornecer outros produtos, como biscoitos, pães e carnes (desde que estejam dentro das normas).	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
6110 Santa Terezinha do Progresso OESTE	- Organizar os produtores em grupos para eles pressionarem a prefeitura para comprar mais.	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
2010 Anchieta OESTE	- Incentivo aos produtores e garantia de compra dos produtos.	GARANTIA DE COMPRA
6020 Belmonte OESTE	- Muitos produtores e pouca safada, teria que aumentar.	GARANTIA DE COMPRA
3083 Pinhalzinho OESTE	- Incentivar os colonos e dar garantia de compra do produto, incentivo dos órgãos públicos que adquirem os alimentos.	GARANTIA DE COMPRA

1		
NQUES	SUGESTÃO	ANÁLISE
6350 Orleans SUL	- Certificadoras para produção orgânica.	CONTROLE DE QUALIDADE
4302 Gravatal SUL	- Aumentar a compra dos alimentos bem aceitos pelos alunos: iogurte, bolachas, laranja, maçã, mamão, leite e banana.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS

1290 Araranguá SUL	- Conscientização, capacitação e condições para os agricultores aumentarem sua produção como a diversificação dos seus produtos: queijo, doces, geléias, biscoitos caseiros e outros.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
3311 Imbituba SUL	- Continuar o incentivo à agricultura familiar da região, possibilitando o fornecimento de outros produtos para merenda escolar.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4316 Imbituba SUL	- Maior variedade dos alimentos da agricultura familiar.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
3324 Jacinto Machado SUL	- Diversificar o cardápio para colocar todos os produtos que são comprados.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
1340 Lauro Muller SUL	- Aumentar a oferta e variedade de alimentos.	QUANTIDADE E VARIEDADE DE ALIMENTOS
3344 Lauro Muller SUL	- Nutricionista elaborar cardápio com maior variedade de frutas e verduras.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4343 Lauro Muller SUL	- Maior variedade no cardápio (frutas e verduras).	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4345 Lauro Muller SUL	- Maior variedade das frutas e verduras.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
3371/3375 Praia Grande SUL	- Maior quantidade e variedade de alimentos orgânicos para alimentação escolar.	QUANTIDADE E VARIEDADE DE ALIMENTOS
4381 Rio Fortuna SUL	- Maior variedade de alimentos, principalmente frutas.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4382 Rio Fortuna SUL	- Incentivo aos agricultores para produção de maior variedade de frutas.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4406 São Martinho SUL	- Maior variedade e frequência na entrega dos alimentos orgânicos na escola.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4314	- Aumentar as frutas e mais	QUANTIDADE DE

Imbituba SUL	palestras sobre os alimentos.	ALIMENTOS
3405 São Martinho SUL	- Troca de informação entre as escolas e Secretaria de Educação para verificar quais alimentos cada escola pode produzir em suas hortas. Isso porque muitas vezes os alimentos oferecidos coincidem com os cultivados na própria escola.	PLANEJAMENTO DO CARDÁPIO
4294 Araranguá SUL	- Novas receitas para preparar: bolos, mingaus, sopas e outros.	PLANEJAMENTO DE CARDÁPIOS
5310/5360 Imbituba SUL	- Substituição gradativa dos alimentos industrializados pelos alternativos.	PLANEJAMENTO DE CARDÁPIOS
3324 Jacinto Machado SUL	- Cuidar com a safra dos alimentos.	PLANEJAMENTO DO CARDÁPIO
4331 Jaguaruna SUL	- Aplicação de testes de aceitabilidade com os alunos antes da introdução de novos alimentos.	PLANEJAMENTO DE CARDÁPIO
2350 Orleans SUL	- Colocar no cardápio mais produtos regionais.	PLANEJAMENTO DO CARDÁPIO
3362 Paulo Lopes Grande Florianópolis	- Levantamento/pesquisa para verificar aceitação do cardápio junto às crianças.	PLANEJAMENTO DO CARDÁPIO
2400 São Martinho SUL	- Maior utilização de frutas orgânicas.	PLANEJAMENTO DE CARDÁPIO
2		
1480 Correia Pinto SERRANA	- Viabilização do serviço de inspeção , para que pudéssemos oferecer na merenda: queijo artesanal serrano, mel, ovos, leite, carnes, etc.	INSPEÇÃO SANITÁRIA
4482 Correia Pinto SERRANA	- Médico Veterinário para que aconteça inspeção de ovos, carnes, queijos, etc.	INSPEÇÃO SANITÁRIA

3514 Porto União NORTE	- Agregar um maior número de produtores para que possam umentar e diversificar a entrega de alimentos orgânicos nas escolas.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
3464 Canoinhas NORTE	- Elaboração de um cardápio com receitas diferentes , que incentivem o consumo dos alimentos orgânicos como suflês, bolos, receitas geladas para o verão.	PLANEJAMENTO DE CARDÁPIOS
3		
6240 Quilombo OESTE	- Ter o selo de produção da identificação dos produtos orgânicos.	CONTROLE DE QUALIDADE
1170 Formosa do Sul OESTE	- “Para fornecer os produtos inclusive dentro das normas da Vig. Sanitária”.	QUALIDADE SANITÁRIA
2170 Formosa do Sul OESTE	- Facilitar a questão da inspeção sanitária para os produtores fornecerem outros produtos para AE (carne, leite...).	INSPEÇÃO SANITÁRIA
4425 Araquari NORTE	- Mais tipos de frutas, geléias de frutas, mais variedade de alimentos.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4421 Araquari NORTE	- Mais variedades de alimentos (alface, espinafre, couve-folha...), quando faltar algum produto, substituir por outro.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4422 Araquari NORTE	- Prefeitura comprar mais quantidade e variedade de produtos orgânicos para incentivar os produtores do município.	VARIEDADE E QUANTIDADE DE ALIMENTOS
3244 Quilombo OESTE	- Mais variedades (repolho, cenoura, beterraba), frutas.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
1240 Quilombo OESTE	- Diversificação de produtos.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
6170	Facilitar a inclusão de outros	VARIEDADE DE

Formosa do Sul OESTE	produtos (facilitar documentação – SIM...)	ALIMENTOS
4161 Arabutã OESTE	- Ter mais opções de verduras através da agricultura familiar.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
4216 Luzerna OESTE	- Aumentar mais as partes das frutas.	DIVERSIFICAÇÃO DE ALIMENTOS
4213 Luzerna OESTE	- Aumentar mais as partes das frutas.	DIVERSIFICAÇÃO DE ALIMENTOS
4214 Luzerna OESTE	- Aumentar mais as partes das frutas.	DIVERSIFICAÇÃO DE ALIMENTOS
3211 Luzerna OESTE	- Maior variedade de alimentos.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
3452 Campo Belo do Sul SERRANA	- Mais variedades de alimentos.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4455 Campo Belo do Sul SERRANA	- Mais variedades de alimentos.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
3455 Campo Belo do Sul SERRANA	- Mais diversidade de alimentos para que tenhamos além de qualidade, quantidade.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
2450 Campo Belo do Sul SERRANA	- Aumentar a variedade de alimentos.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4256 São Lourenço do Oeste OESTE	- Mais variedade de alimentos.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4191 Ibicaré OESTE	- Mais variedades de alimentos. Ex: doce de frutas...	VARIEDADE DE ALIMENTOS
3282 Zortea SERRANA	- Aumentar a quantidade de produtos (geléias, mel, açúcar amarelo, sucos, frutas – melancia,	QUANTIDADE DE ALIMENTOS

	ovos caipira,...). Motivar os agricultores para se organizarem quanto à possibilidade de oferecerem esses produtos.	
4201 Ipumirim OESTE	- Mais variedade de frutas e verduras.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
3272 Treze Tílias OESTE	- Que seja dada prioridade ao uso servindo menos variedade no dia e aumentando os produtos orgânicos , dentro da refeição diária.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
1190 Ibicaré OESTE	Aumentar o horário intervalo para realização da merenda escolar.	HORÁRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES
4		
3011 Anchieta OESTE	- Maior cuidado com a qualidade dos alimentos.	CONTROLE DE QUALIDADE
2020 Belmonte OESTE	- Produtores investirem na qualidade dos produtos.	CONTROLE DE QUALIDADE
4044 Dionísio Cerqueira OESTE	- Embalagem dos produtos, melhorar, ter data de validade nos produtos, data de fabricação, especificações.	CONTROLE DE QUALIDADE
4061 Jardinópolis OESTE	- Embalagem dos produtos, produtos vêm embalados em sacos de supermercado sem data de fabricação e validade.	CONTROLE DE QUALIDADE
4062 Jardinópolis OESTE	- Há necessidade de fiscalizar o produtor para saber se o produto é realmente orgânico.	CONTROLE DE QUALIDADE
3073 Maravilha OESTE	- Existem mais produtos orgânicos mas sem selo , facilitar o acesso ao selo para ser comercializado como orgânico e ser introduzido na alimentação escolar.	CONTROLE DE QUALIDADE
3082 Pinhalzinho OESTE	- Investir em equipamentos para garantir a qualidade dos produtos.	INVESTIR NA QUALIDADE
1110	- Data de validade e fabricação	CONTROLE DE

Santa Terezinha do Progresso OESTE	nos produtos.	QUALIDADE
3121 São José do Cedro OESTE	- Qualidade dos produtos recebidos.	QUALIDADE DOS PRODUTOS
3125 São José do Cedro OESTE	- Controlar a qualidade dos alimentos recolhidos.	CONTROLE DE QUALIDADE
4134 Saudade OESTE	- Garantia da qualidade dos alimentos.	QUALIDADE DOS ALIMENTOS
3012 Anchieta OESTE	- Melhorar a logística de entrega, pois às vezes recebem alimentos de um tipo só, ampliar variedades .	VARIEDADE DE ALIMENTOS
3014/3015 Anchieta OESTE	- Diversificar os produtos , pois muitas vezes recebem muitos alimentos de um tipo, o que acaba estragando e gera desperdício .	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS EVITAR DESPERDÍCIO
4011 Anchieta OESTE	- Diversificar os produtos , ao invés de pegar os biscoitos e massas dos supermercados poderia utilizar o que tem na agricultura familiar.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
4013 Anchieta OESTE	- Ampliar o número de frutas e legumes para oferecer mais para as crianças.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4014/4015 Anchieta OESTE	- Alimentos deveriam vir mais fracionados, como por exemplo 1 x / semana, se não há muito desperdício , não tem como armazenar; - Adicionar outras variedades de alimentos.	EVITAR DESPERDÍCIO VARIEDADE DE ALIMENTOS
6010 Anchieta OESTE	- Organização da agroindústria familiar para a produção de massa, bolacha e pão.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
6020 Belmonte OESTE	- Aumentar a variedade e quantidade ; (O problema é que é pouca quantidade).	VARIEDADE E QUANTIDADE DE ALIMENTOS

4036 Cunha Porã OESTE	- Poderiam ser incluídos outros produtos como pães e carnes.	VARIEDADE DE PRODUTOS
6030 Cunha Porã OESTE	- Organizar agroindústria familiar para fornecer outros produtos (animal – leite, derivados, embutidos – e outro produtos caseiros);	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
1040 Dionísio Cerqueira OESTE	- Diversificação da produção.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
3042 Dionísio Cerqueira OESTE	- Diversificar a variedade de frutas e verduras entregues.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
4041 Dionísio Cerqueira OESTE	- Inserir o leite na merenda (prefeitura justifica a falta pela dificuldade de acesso).	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4045 Dionísio Cerqueira OESTE	- Colocar mais leite, vem muito pouco servimos leite 1x/semana.	QUANTIDADE DE ALIMENTOS
4051 Irati OESTE	- Introduzir açúcar mascavo, mel, feijão e outros alimentos, frutas da época, milho verde.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4061 Jardinópolis OESTE	- Poderia incluir outros tipos de alimentos, como peixe, por exemplo.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
3072 Maravilha OESTE	- Diversificar cada vez mais a merenda levando em conta a produção dos produtos orgânicos.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
3074 Maravilha OESTE	- Pode ser introduzido mais coisas.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
4075 Maravilha OESTE	- Incluir mais comida de panela (fazem 1x/semana no verão e 2x/semana no inverno).	QUANTIDADE DE ALIMENTOS
6070 Maravilha OESTE	- Favorecer mais famílias, pois há muita produção, poderia diversificar mais os produtos.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS - Laranja, mandioca e batata não são certificadas;

		<ul style="list-style-type: none"> - Benefício para agricultor: trabalha mais tranqüilo, não precisa colher tudo de uma vez, o trabalho fica mais fácil de organizar; - Laranja: possui muito excedente (desperdício).
2080 Pinhalzinho OESTE	- Aumentar as variedades para atender a alimentação escolar.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
3082 Pinhalzinho OESTE	- Aumentar a variedade dos produtos oferecidos.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
3086 Pinhalzinho OESTE	- Colocar mais frutas e derivados de leite.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
4082 Pinhalzinho OESTE	- Colocar mais frutas da agricultura familiar.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
4083 Pinhalzinho OESTE	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a variedade dos produtos; - Colocar frutas da época, por exemplo, no verão colocar melancia (as crianças gostam) e no inverno bergamota. 	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS COLOCAR ALIMENTOS DE ÉPOCA
4084 Pinhalzinho OESTE	- Aumentar a variedade de frutas oferecidas;	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4085 Pinhalzinho OESTE	- Colocar mais frutas colhidas no município e da época.	VARIEDADE DE ALIMENTOS COLOCAR ALIMENTOS DE ÉPOCA
6080 Pinhalzinho OESTE	- Os produtores podem beneficiar os produtos para facilitar o trabalho e agregar valor aos produtos, o que facilita o processo tanto para a escola quanto para aumentar a renda.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
1090 Riqueza OESTE	- Os alimentos que são servidos na escola são iguais aos que eles possuem em casa, o que eles reclamam um pouco, querem	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS

	comer algo diferente.	
2090 Riqueza OESTE	- Aumentar a quantidade para ter mais consumo.	QUANTIDADE DE ALIMENTOS
3092 Riqueza OESTE	- Utilizar uma variedade maior de alimentos.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4092 Riqueza OESTE	- Introdução de sucos naturais ; - Mais variedade de frutas.	VARIEDADE DE ALIMENTOS VARIEDADE DE ALIMENTOS
6110 Santa Terezinha do Progresso OESTE	- Comprar mais variedade de produtos.	VARIEDADE DE ALIMENTOS Muitos produtos que são produzidos pelos agricultores e que podem ser fornecidos pela agricultura familiar é pego dos mercados locais, que muitas vezes funcionam como atravessadores (ex: compram tomate do produtor por R\$0,80 kg e vendem por R\$2,00kg para a prefeitura).
1120 São José do Cedro OESTE	- Estender para outros produtos diferentes além dos horti-fruti; (carnes, alimentos da agroindústria familiar, panificados).	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
3125 São José do Cedro OESTE	- Diversificar os produtos.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
4121 São José do Cedro OESTE	- Ao invés de mandar 4-5 sacos de repolho ou outros alimentos, diversificar mais , mandar outros alimentos.	DIVERSIDADE DE ALIMENTOS
6120 São José do Cedro OESTE	- Poderia colocar mais produtos como peixe, carne, por exemplo.	DIVERSIDADE DE PRODUTOS
6130	- Aumentar a variedade de	VARIEDADE DE

Saudades OESTE	produtos para compra dos municípios.	ALIMENTOS
4141 Sul Brasil OESTE	- Maior variedade de frutas da época.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
4142 Sul Brasil OESTE	- Agricultores poderiam produzir mais variedade de produtos.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
6140 Sul Brasil OESTE	- Adicionar mais alimentos , por exemplo, pão.	VARIEDADE DE ALIMENTOS
2 Flor do Sertão OESTE	- Aumentar a variedade e a quantidade.	VARIEDADE E QUANTIDADE DE ALIMENTOS
2010 Anchieta OESTE	- Trabalho entre CAE/NTR/Secretaria para NTR adequar os cardápios de acordo com a disponibilidade de alimentos.	ADEQUAÇÃO DE CARDÁPIO
4044 Dionísio Cerqueira OESTE	- Tem alimentos que têm baixa aceitação pelas crianças e acabam estragando, como o pão de milho, por exemplo.	PLANEJAMENTO DO CARDÁPIO
6070 Maravilha OESTE	- “Os alunos do estado não estavam acostumados com a merenda que esta vindo, muitos produtos prontos e pré-cozidos, a empresa que pegou tinha uma outra linha de trabalho”.	PLANEJAMENTO DO CARDÁPIO
3021-6 Belmonte OESTE	- Se tivesse o ano todo seria melhor, pois em umas épocas tem muita coisa e outras não.	SAZONALIDADE
1040 Dionísio Cerqueira OESTE	- Sazonalidade é ruim, pois precisamos de salada, por exemplo, o ano todo.	SAZONALIDADE

1		
NQUES	SUGESTÃO	ANÁLISE
6290 Araranguá SUL	- Especificação no edital de chamada pública para produto orgânico para que	GESTÃO GOVERNAMENTAL

	esses possam competir de forma igual.	
1400 São Martinho SUL	- Organização das entidades fornecedoras, com carta de apresentação dos produtos em tempo hábil de incluir na chamada pública.	GESTÃO GOVERNAMENTAL
3406 São Martinho SUL	- Incentivar a produção local de cada bairro , já que a escola fica mais afastada do centro urbano e não existem muito produtores de alimento, apenas fumo.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6290 Araranguá SUL	- Especificação no edital de chamada pública para produto orgânico para que esses possam competir de forma igual.	GESTÃO GOVERNAMENTAL
6290 Araranguá SUL	- Prefeituras não priorizam orgânicos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
1300 Gravatal SUL	- “Maior incentivo aos agricultores por parte do governo, pois na nossa região foi muito difícil encontrar fornecedores, principalmente para alimentos orgânicos. Deveria ser realizada uma pesquisa para avaliar a quantidade e capacidade da produção para aumentar os valores na lei.”	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3306 Gravatal SUL	- Incentivo e valorização dos agricultores para produção familiar e de orgânicos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3313 Imbituba SUL	- Incentivo/fortalecimento da agricultura familiar, pois é mais saudável e traz desenvolvimento	INCENTIVO GOVERNAMENTAL

	econômico para região.	
4316 Imbituba SUL	- Apoio para os agricultores.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
2330 Jaguaruna SUL	- Incentivo à produção orgânica local.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3333 Jaguaruna SUL	- Apoio da administração pública.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4334 Jaguaruna SUL	- Incentivo à agricultura familiar e apoio da prefeitura para compra local.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4336 Jaguaruna SUL	- Incentivo à produção orgânica e compra por parte do município.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4341/4346 Lauro Muller SUL	- Maior incentivo para compra desse tipo de alimento por parte da Prefeitura.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4342 Lauro Muller SUL	- Incentivo para o agricultor produzir orgânico.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6340 Lauro Muller SUL	- Incentivo financeiro para melhorar a produção.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6340 Lauro Muller SUL	- Incentivo e maior procura por parte dos municípios.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4363 Paulo Lopes Grande Florianópolis	- Projeto da prefeitura em parceria com a comunidade para distribuição de sementes e incentivos para o plantio de orgânicos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3372/4372 Praia Grande SUL	- Incentivo à produção orgânica.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
2390 Santa Rosa de Lima SUL	- Incentivo das instituições públicas em todas as esferas, aumentando a produção orgânica e a compra por	INCENTIVO GOVERNAMENTAL

	meio do PNAE.	
3401 São Martinho SUL	- Incentivar agricultores da comunidade no plantio e venda para as escolas.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3403 São Martinho SUL	- O poder público precisa ampliar as políticas de aquisição dos produtos orgânicos da agricultura familiar, possibilitando assim a garantia de uma alimentação saudável para todos e renda para o “homem do campo”.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3404 São Martinho SUL	- Incentivo à produção local de orgânicos para utilização na alimentação escolar, já que esses fornecedores para são de outros municípios.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3415 SOMBRIO SUL	- Incentivo à produção orgânica.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
5300/5390/ 5400 Gravatal Sta Rosa de Lima São Martinho SUL	- Fiscalização efetiva para que os entes públicos cumpram a lei.	CUMPRIMENTO DA LEI
3415 SOMBRIO SUL	- Implantação de leis que determinem uso de maior quantidade de alimentos orgânicos nas escolas.	IMPLANTAÇÃO DE LEIS GOVERNAMENTAIS
2310 Imbituba SUL	- Aumento dos valores per capita/aluno do PNAE.	AUMENTO DA VERBA
2320 Jacinto Machado SUL	- Aumentar o valor per capita da verba do PNAE fornecida pelo FNDE.	AUMENTO DA VERBA
1360 Paulo Lopes Grande	- Aumento dos valores per capita/aluno do PNAE.	AUMENTO DA VERBA

Florianópolis		
5290 Araranguá SUL	- “ Diminuir a burocracia entre os compradores (Estado e Prefeituras) e os produtores. Creio que se o comprador fizer contato direto com os produtores e suas entidades, poderá ter um aumento na utilização de orgânicos na alimentação.”	DIMINUIR A BUROCRACIA
6290 Araranguá SUL	- Redução da burocracia no processo de compra.	REDUÇÃO DA BUROCRACIA
3415 SOMBRIO SUL	- Diminuição da burocracia quanto à aquisição de alimentos orgânicos.	REDUÇÃO DA BUROCRACIA
5410 SOMBRIO SUL	- Com a terceirização da alimentação escolar estadual as empresas exigem padrões que não são compatíveis com os produtos orgânicos (tamanho, peso e outros). “Eles não compram da agricultura familiar.”	CONTRA TERCEIRIZAÇÃO
6320 Jacinto Machado SUL	- Vender para escola estadual do município, pois o Estado não compra.	CONTRA TERCEIRIZAÇÃO
4405 São Martinho SUL	- Valorização dos produtores locais.	VALORIZAÇÃO DOS PRODUTORES
5410 SOMBRIO SUL	- Valorização do produtor local.	VALORIZAÇÃO DO PRODUTOR
2		
1430 Calmon OESTE	-“Dando mais apoio e incentivo aos agricultores familiares que gostariam de produzir alimentos orgânicos.”	INCENTIVO GOVERNAMENTAL

3434 Calmon OESTE	- Dar incentivo ao agricultor, para plantar produtos orgânicos até para ajudar na renda familiar, e vender para prefeitura.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3436 Calmon	- Ter mais apoio da prefeitura neste trabalho e na produção destes alimentos	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4434 Calmon OESTE	- Incentivo do Governo.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4435 Calmon OESTE	- Os agricultores ainda têm pouca ajuda do município.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4436 Calmon OESTE	- Prefeitura dar assistência aos agricultores.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6430 Calmon OESTE	- Ter mais participação da Prefeitura quanto a cursos sobre orgânicos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3462 Canoinhas NORTE	- Mais incentivo aos agricultores, capacitação, divulgação dos benefícios ao ser humano.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3465 Canoinhas NORTE	- Incentivo aos agricultores e verbas para esses agricultores.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
2470 Capão Alto SERRANA	- Maiores subsídios dos governos: Federal, Estadual e Municipal para manter as pessoas no campo produzindo os orgânicos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3473 Capão Alto SERRANA	- Incentivo aos agricultores.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4474 Capão Alto SERRANA	- Deve-se haver um apoio por parte dos governantes na parte financeira. Porque para produzir produtos orgânicos tem um custo	APOIO GOVERNAMENTAL

	muito alto.	
3483 Correia Pinto SERRANA	- Acho que falta incentivo para os agricultores, para melhorar a renda das famílias e os próprios filhos se alimentarem em casa e nas escolas.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6490 Dona Emma VI	- Incentivo do município.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
2500 Jaraguá do Sul NORTE	- Incentivar a volta dos agricultores familiares.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3503 Jaraguá do Sul NORTE	- Incentivar os pequenos produtores com recursos financeiros. Elaborar projetos de incentivo aos agricultores a ficar no campo. Valorizar os agricultores da cidade para o aumento do consumo pela comunidade local.	INCENTIVO FINANCEIRO INCENTIVO GOVERNAMENTAL VALORIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
3504 Jaraguá do Sul NORTE	- Incentivo do governo para o Agricultor.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4503 Jaraguá do Sul NORTE	- Incentivar por parte da Prefeitura os agricultores, que eles passam ter essa possibilidade em entregar essas verduras para as escolas.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
2510 Porto União NORTE	- Incentivo aos agricultores.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3511 Porto União NORTE	- Mais incentivo aos agricultores por parte dos órgãos governamentais .	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3515 Porto União NORTE	- Incentivo aos agricultores para que possam participar dos programas dos produtos	INCENTIVO GOVERNAMENTAL

	orgânicos uma vez que dependem da venda desses produtos para que possam comprar o que precisam, pois não tem salário para suprir suas necessidades básicas.	
3516 Porto União NORTE	- Desenvolver um Programa no sentido de aumento número de produtores na região.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4531 Rio do Sul VI	-Tem que ter a colaboração e incentivo do Prefeito com os agricultores para ter mais produtos orgânicos nas escolas.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
1540 Salette VI	- Incentivo aos agricultores para produzir alimentos orgânicos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3541 Salette VI	- Incentivo financeiro e técnico aos agricultores interessados e também como incentivo para que outros possam optar em produzir hortas orgânicas.	INCENTIVO FINANCEIRO
3544 Salette VI	- Incentivo ao agricultor. Incentivo econômico.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL INCENTIVO ECONÔMICO
4545 Salette VI	- Apoiar mais os agricultores para eles terem mais condições, para trazer para as escolas mais opções de verduras e frutas.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3551 Santa Terezinha NORTE	- Incentivo financeiro dos Bancos.	INCENTIVO FINANCEIRO
3553 Santa Terezinha	- Projetos de incentivo ao agricultor.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL

NORTE		
5500 Jaraguá do Sul NORTE	- Que se fizer-se cumprir a lei com punições a quem não cumprir.	CUMPRIMENTO DA LEI
3473 Capão Alto SERRANA	Recursos para implantação de hortas orgânicas.	RECURSOS
1430 Calmon OESTE	- Aumentar recursos financeiros .	AUMENTAR RECURSOS FINANCEIROS
2430 Calmon OESTE	- Reservas de mais verbas para compras de produtos orgânicos da Agricultura Familiar.	AUMENTAR VERBAS
3463 Canoinhas NORTE	- Incentivo fiscal por parte dos órgãos competentes.	INCENTIVO FISCAL
4524 Presidente Nereu VI	- Mais recursos pela prefeitura.	RECURSOS DA PREFEITURA
6530 Rio do Sul VI	- Linhas de crédito específica para o agricultor orgânico.	LINHAS DE CRÉDITO
3465 Canoinhas NORTE	- Menos burocracia, melhores preços.	MENOS BUROCRACIA
6530 Rio do Sul VI	- Não ter burocracia.	MENOR BUROCRACIA
1540 Salete VI	- Reduzir a burocracia.	MENOR BUROCRACIA
5500 Jaraguá do Sul NORTE	- E o estado rever sobre a alimentação tercerizada , ajudaria muito os municípios a crescer na agricultura.	CONTRA TERCEIRIZAÇÃO
3		
3153 Alto Bela Vista OESTE	- Espaço maior para podermos fazer uma horta escolar e também um pomar.	GESTÃO GOVERNAMENTAL DO PROGRAMA

3524 Presidente Nereu VI	- Incentivar os agricultores a produzirem outras culturas diferentes das que já recebemos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3212 Luzerna OESTE	- Que a pessoa responsável no município incentive os produtores a diversificarem a produção.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
2060 Jardinópolis OESTE	- Incentivo aos agricultores pra plantar mais diversidade de alimentos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3231 Pinheiro Preto OESTE	- Incentivo aos agricultores a participarem com seus produtos na alimentação escolar, já que nosso município tem uma área grande de produtos como frutas* e verduras - *frutas da época.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
1230 Pinheiro Preto OESTE	- A realidade encontrada e as dificuldades presentes são diferenciadas nas diversas regiões e município. No entanto, a maior dificuldade que observo é a falta de sensibilização da gestão pública em relação à causa.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
1170 Formosa do Sul OESTE	-As secretarias de agricultura deveriam se estruturar para apoiar os agricultores a fornecer para as escolas.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
4456 Campo Belo do Sul SERRANA	- Incentivar o pessoal da própria comunidade onde a escola está inserida, para que produzam produtos orgânicos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
1280 Zortea	- Projetos de incentivo aos agricultores.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL

SERRANA		
6280 Zortea SERRANA	- Mais apoio e programas de incentivo aos produtores quanto à produção orgânica para venda.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
2270 Treze Tílias OESTE	- O primeiro passo é o incentivo à produção, a partir do momento em que houver oferta poderemos todos usufruir os benefícios.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
1270 Treze Tílias OESTE	- Facilitador em nível de região para obtenção mais rápida de certificação para orgânicos e para SIM, SIE... Alteração de preço da tabela CONAB (muito baixo).	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3544 Salete VI	- Valorização do produto.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
2420 Araquari NORTE	- Criar estruturas de logística para que o conselho possa ser mais atuante e independente, quanto ao transporte, veículo, espaço físico e arquivo com banco de dados.	EXIGÊNCIA DO CUMPRIMENTO DA LEI
3202 Ipumirim OESTE	- Contemplar em processos de licitação os produtos provenientes da agricultura familiar.	EXIGÊNCIA DO CUMPRIMENTO DA LEI
2230 Pinheiro Preto OESTE	- Minimizar a burocracia de documentos necessários para o fornecimento dos produtos, sendo feita uma fiscalização e sem controle de qualidade dos produtos.	EXIGÊNCIA DO CUMPRIMENTO DA LEI
6420 Araquari	- Facilitar acesso a financiamentos para	FINANCIAMENTOS

NORTE	investir na produção.	
3454 Campo Belo do Sul SERRANA	- Ter mais verba para que o poder público possa abrir espaço para esses mesmos produtores na venda desses produtos.	AUMENTAR VERBA
1190 Ibicaré OESTE	- Aumentar valor das verbas tanto do PNAE como da contrapartida das prefeituras.	AUMENTO DA VERBA
6170 Formosa do Sul OESTE	- Facilitar documentação – SIM...	DIMINUIR BUROCRACIA
3454 Campo Belo do Sul SERRANA	- Abrir espaço nas burocracias , para que o pequeno produtor possa ter mais acesso na venda de produtos orgânicos.	DIMINUIR BUROCRACIA
2230 Pinheiro Preto OESTE	- Cadastrar os agricultores no município.	ENVOLVIMENTO DOS GESTORES
1230 Pinheiro Preto OESTE	- A maior dificuldade que observo é a falta de sensibilização da gestão pública em relação à causa. Há falta de apoio e incentivo e a nutricionista, muitas vezes, tem que trabalhar incessantemente e sozinha.	ENVOLVIMENTO DOS GESTORES
2270 Treze Tílias OESTE	- Sinto-me bem em participar deste projeto, porém vejo que é de fundamental importância o envolvimento dos gestores neste processo: prefeito, secretaria da educação, secretaria de agricultura e assistência social.	ENVOLVIMENTO DOS GESTORES
2190 Ibicaré	- Acredito que se as normas para a utilização	REGRAS ESPECÍFICAS ADAPTADA PARA O

OESTE	de alimentos que vem da agricultura familiar em especial aos alimentos de origem animal fossem menos rigorosas , mais produtores pudessem iniciar a produção tendo assim mais opções de alimentos, mais variedades.	CONTROLE DE QUALIDADE DOS ALIMENTOS DA AF
4		
1110 Santa Terezinha do Progresso OESTE	- Maior flexibilidade do edital, por exemplo, foi comprado pão, mas gostaria de receber pão de abóbora, espinafre, etc, e o edital não permite pois só podem entregar o que foi aprovado.	GESTÃO GOVERNAMENTAL DO PROGRAMA
2010 Anchieta OESTE	- Incentivo aos produtores e garantia de compra dos produtos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6010 Anchieta OESTE	- Maior apoio para agricultores familiares pelo governo federal e estadual.	APOIO GOVERNAMENTAL
6020 Belmonte OESTE	- Maior incentivo dos municípios e do governo para a agricultura familiar e merenda escolar.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
1030 Cunha Porã OESTE	- O valor de R\$9mil/ano é muito pequeno, muitos agricultores não se interessam por vender para o município.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6030 Cunha Porã OESTE	- Aumentar o % da comercialização , não só 30%.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
1 Flor do Sertão	- Na lei deveria ser estipulado um % para a compra de produto orgânico.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
1050/1140 Irati - Sul	- Maior participação de órgãos como Epagri/Sec	INCENTIVO GOVERNAMENTAL

Brasil OESTE	de agricultura.	
5060 Jardinópolis OESTE	- Secr de educação criar um programa para não se limitar aos 30% do FNDE, conscientização das secretarias de educação.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
1070 Maravilha OESTE	- Legislação que garanta um percentual que seja obrigado a comprar de orgânico .	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6070 Maravilha OESTE	- Necessidade do Estado também comprar da agricultura familiar.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6070 Maravilha OESTE	- Se na lei existisse uma obrigatoriedade da compra de um percentual de produtos orgânicos, pois aí garante a venda para a merenda pois muitos não produzem pois não tem mercado para comprar alimentos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL – LEI
6070 Maravilha OESTE	- O estado poderia voltar a comprar os alimentos da agricultura familiar.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6070 Maravilha OESTE	- Colocar todo o recurso no município, investir na agricultura familiar do município e não comprar produtos de fora; - Governo poderia aumentar a utilização dos produtos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3083 Pinhalzinho OESTE	- Incentivar os colonos e dar garantia de compra do produto, incentivo dos órgãos públicos que adquirem os alimentos.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6120 São José do Cedro OESTE	- O Estado deveria comprar igual os 30% da agricultura familiar. Mas não sei como funciona	INCENTIVO GOVERNAMENTAL

	com empresa terceirizada, agente nunca foi atrás.	
2130 Saudades OESTE	- Políticas públicas de incentivo da produção (estado e município).	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3134 Saudades OESTE	- Incentivo aos produtores para melhorar a produção e a qualidade dos produtos;	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
3141/2 Sul Brasil OESTE	- Continuar incentivando os agricultores para produzirem.	INCENTIVO GOVERNAMENTAL
6120 São José do Cedro OESTE	- Compra local incentiva o agricultor.	EXIGÊNCIA DO CUMPRIMENTO DA LEI
6130 Saudades OESTE	- E a exigência deveria ser do estado e do município de cumprir a lei.	EXIGÊNCIA DO CUMPRIMENTO DA LEI
6070 Maravilha OESTE	- Financiamento para melhorias da produção.	FINANCIAMENTO DO GOVERNO
3034 Cunha Porã OESTE	- Aumentar o valor da verba que é destinado para a compra de alimentos da agricultura familiar.	AUMENTAR A VERBA
6070 Maravilha OESTE	- Não investir apenas 30% na agricultura familiar, ampliar os recursos.	AMPLIAR RECURSOS
3084 Pinhalzinho OESTE	- Destinar mais recursos para a compra de alimentos que vem da agricultura familiar, não só os 30%.	MAIS RECURSOS
6140 Sul Brasil OESTE	- Menos burocracia, notas/impostos (muitos descontos).	DIMINUIR BUROCRACIA
1030 Cunha Porã	- Impostos que incidem sobre produtos	DIMINUIR IMPOSTOS

OESTE	manipulados é muito alto, deveria ser isentado de imposto para as vendas para a alimentação escolar.	
6070 Maravilha OESTE	- Muito imposto em cima do produto, por exemplo 17% de ICM para o estado, chega a quase 21% de impostos, deveria ter alguma coisa de isenção para a agricultura familiar.	REDUZIR IMPOSTOS
6070 Maravilha OESTE	- O imposto para a merenda é muito maior que a venda para mercados, com a venda para mercados o governo estadual reduz o imposto e para a merenda não (lei do estado para a agroindústria familiar).	REDUZIR IMPOSTOS
6010 Anchieta OESTE	- Terceirização da merenda em SC é uma coisa que reduz muito as vendas da agricultura familiar, as pessoas que estão fazendo a merenda são de fora e a piaçada estranha um pouco os alimentos, disseram que nunca tinham comido farinha pura.	CONTRA TERCEIRIZAÇÃO
6020 Belmonte OESTE	- Quando as escolas estaduais pegavam os alimentos vendia muito mais.	CONTRA TERCEIRIZAÇÃO
6030 Cunha Porã OESTE	- Pq o estado não compra da agricultura familiar?	CONTRA TERCEIRIZAÇÃO
6040 Dionísio Cerqueira OESTE	- Com a terceirização do estado caiu muito a nossa venda, pois eles pedem uns alimentos que a nossa região não produz, claro	CONTRA TERCEIRIZAÇÃO

	que pode correr o risco de ter poucos tipos de produtos, mas tem os alimentos que são produzidos pelo município. Isso ia melhorar a região pq o dinheiro fica aqui no município.	
6 Flor do Sertão	- Se o Estado pegasse iria vender muito mais, e aumenta o lucro também, pois reduz os gastos com transporte (quantidade).	CONTRA TERCEIRIZAÇÃO
5060 Jardinópolis OESTE	- Intervenção do governo federal na alimentação escolar do estado, pois deveria ser proibido a terceirização.	CONTRA TERCEIRIZAÇÃO
6070 Maravilha OESTE	- O estado poderia voltar a comprar os alimentos da agricultura familiar; - “Os alunos do estado não estavam acostumados com a merenda que esta vindo, muitos produtos prontos e pré-cozidos, a empresa que pegou tinha uma outra linha de trabalho”; - Produtores perderam uma fatia grande de mercado.	CONTRA TERCEIRIZAÇÃO
6070 Maravilha OESTE	- A merenda escolar não deveria ser terceirizada , o município deveria atender as escolas do estado, pois as pessoas do município sabem o que as crianças comem, não é uma pessoa lá de São Paulo que deveria dizer o que as crianças do município deveriam comer.	CONTRA TERCEIRIZAÇÃO
6070	- No município a merenda	CONTRA

<p>Maravilha OESTE</p>	<p>do estado foi terceirizada, poderíamos vender muito mais, poderíamos até ter mais um funcionário. Antes vendíamos muito mais para o município, pois o município atendia o estado, agora vendem para a cooperativa o excedente da produção e caiu muito o lucro. Além disso, o produto vendido não tem conservantes, é um produto mais saudável e é do município.</p>	<p>TERCEIRIZAÇÃO</p>
<p>6070 Maravilha OESTE</p>	<p>- Acabar com a terceirização no Estado, pois só ai já aumentava uns 50% a venda.</p>	<p>CONTRA TERCEIRIZAÇÃO</p>
<p>6090 Riqueza OESTE</p>	<p>- O estado comprar também da agricultura familiar local.</p>	<p>CONTRA TERCEIRIZAÇÃO</p>
<p>5100 Santa Helena OESTE</p>	<p>- Escolas estaduais não pegam produtos da agricultura familiar, é uma empresa que fornece tudo.</p>	<p>CONTRA TERCEIRIZAÇÃO</p>
<p>6110 Santa Terezinha do Progresso OESTE</p>	<p>- Colégios estaduais também deveriam pegar produtos da agricultura familiar do município e não de uma empresa de fora.</p>	<p>CONTRA TERCEIRIZAÇÃO</p>
<p>3072 Maravilha OESTE</p>	<p>- Valorização dos agricultores que trabalham com estes produtos.</p>	<p>VALORIZAÇÃO DOS AGRICULTORES</p>
<p>3112/4/5 Santa Terezinha do Progresso OESTE</p>	<p>- Maior valorização do agricultor.</p>	<p>VALORIZAÇÃO DO AGRICULTOR</p>

1		
NQUES	SUGESTÃO	ANÁLISE
3295 Araranguá SUL	- A Secretaria de Educação deveria entrar em contato com os produtores orgânicos para fornecimento nas escolas, e também criação de hortas escolares.	PARCERIA - Escola não recebe orgânicos da prefeitura, apenas utiliza os plantados na própria horta.
2300 Gravatal SUL	- Maior integração entre CAE e escolas (diretores e professores), em parceria com a nutricionista, para diagnóstico da realidade de cada aluno (ex: diabetes, colesterol, classe social e outros) para orientar as famílias e que através da alimentação possamos promover saúde.	PARCERIA
5300/5390/5400 Gravatal Sta Rosa de Lima São Martinho SUL	- Promover o envolvimento/articulação entre poder públicos e organizações de agricultores para melhor atender as necessidades dos escolares.	PARCERIA
1310 Imbituba SUL	- Parceria entre Secretaria Municipal de Agricultura e Epagri para fortalecer a agricultura familiar.	PARCERIA
1320 Jacinto Machado SUL	- Parceria do CECANE/SC para capacitações.	PARCERIA
6350 Orleans SUL	- Incentivo da Epagri para o agricultor produzir alimentos orgânicos vinculado à prefeitura, garantindo assim a venda.	PARCERIA
2370 Praia Grande SUL	- Articulação entre órgãos governamentais e não-governamentais , juntamente com agricultores e funcionários da rede municipal de educação, para ampliação e aprimoramento do PNAE.	PARCERIAS

6320 Jacinto Machado SUL	- Assistência técnica para os agricultores.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
6350 Orleans SUL	- Agrônomo especializado em produção orgânica para assessoria às famílias/produtores, pois o agricultor não tem capital para pagar as visitas técnicas.	ASSESSORIA TÉCNICA
4382 Rio Fortuna SUL	- Assistência técnica para produção, principalmente para produtos de origem animal.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
1290 Araranguá SUL	- Conscientização, capacitação e condições para os agricultores aumentarem sua produção como a diversificação dos seus produtos: queijo, doces, geléias, biscoitos caseiros e outros.	CAPACITAÇÃO
3292 Araranguá SUL	- Mais capacitações sobre alimentação orgânica junto aos responsáveis pela alimentação escolar.	CAPACITAÇÃO
3293 Araranguá SUL	- Melhor aproveitamento das terras, com conscientização e capacitação das famílias do campo para produção orgânica.	CAPACITAÇÃO
4301 Gravatal SUL	- Projetos de capacitação de pais e professores sobre importância dos orgânicos.	CAPACITAÇÃO
4304 Gravatal SUL	- Capacitação de pais, professores, merendeiras e alunos para conscientização da importância do alimento orgânico.	CAPACITAÇÃO
1310 Imbituba SUL	- Incentivo e capacitação para plantio dos agricultores, valorizando o desenvolvimento sustentável.	CAPACITAÇÃO
3313 Imbituba SUL	- Mais capacitações para conscientização as sua importância.	CAPACITAÇÃO
5310/5360 Imbituba SUL	- Capacitação dos nutricionistas e merendeiras para criar cardápios com alimentos alternativos.	CAPACITAÇÃO

Paulo Lopes Gde Fpólis		
1320 Jacinto Machado SUL	- Incentivo/capacitação para todos os envolvidos (prefeitura, nutricionista, agricultores, Secretária de Agricultura e Educação, merendeira e outros).	CAPACITAÇÃO
3322 Jacinto Machado SUL	- Conscientização e capacitação dos agricultores sobre importância dos orgânicos.	CAPACITAÇÃO
4322 Jacinto Machado SUL	- Curso de capacitação para utilização dos alimentos orgânicos na alimentação escolar.	CAPACITAÇÃO
1330 Jaguaruna SUL	- Capacitação e conscientização dos agricultores para produção de orgânicos; - Capacitação e conscientização para merendeiras, alunos e pais.	CAPACITAÇÃO CAPACITAÇÃO
3333 Jaguaruna SUL	- Cursos de capacitação para professores e merendeiras.	CAPACITAÇÃO
3335 Jaguaruna SUL	- Capacitação de pais, professores e funcionários da educação através de palestra e oficinas para construção de hortas escolares.	CAPACITAÇÃO
1350 Orleans SUL	- Capacitação dos produtores.	CAPACITAÇÃO
3353 Orleans SUL	- Incentivo à produção orgânica, principalmente por meio de capacitações aos agricultores.	CAPACITAÇÃO
3364 Paulo Lopes Grande Florianópolis	- Mais capacitações.	CAPACITAÇÕES
1370 Praia Grande	- Capacitações e orientações para como proceder corretamente nos processos de compra da	CAPACITAÇÕES

SUL	agricultura familiar (chamada pública/licitação).	
3376 Praia Grande SUL	- Capacitação e conscientização dos pais.	CAPACITAÇÃO
5380/5330/ 5400 Rio Fortuna, Jaguaruna, São Martinho SUL	- Capacitação de nutricionistas e merendeiras, trocando informações com as cooperativas e os próprios agricultores.	CAPACITAÇÕES
1390 Santa Rosa de Lima SUL	- Capacitação dos professores.	CAPACITAÇÕES
4392 Santa Rosa de Lima SUL	- Mais capacitações para merendeiras e professores sobre a utilização e benefícios dos orgânicos.	CAPACITAÇÕES
3402 São Martinho SUL	- Cursos de capacitação para conscientização da comunidade sobre a importância dos orgânicos, principalmente os envolvidos na alimentação escolar (professores, merendeiras, agricultores e outros).	CAPACITAÇÕES
4403 São Martinho SUL	- Mais capacitações para os agricultores com incentivo à produção orgânica.	CAPACITAÇÕES
3301 Gravatal SUL	- Oferecer orgânicos aos pais durante oficinas/preparação de receitas nas escolas.	OFICINAS
4314 Imbituba SUL	- Aumentar as frutas e mais palestras sobre os alimentos; - Ensinar a plantar e cultivar.	PALESTRAS INFORMAÇÃO
3333 Jaguaruna SUL	- Palestra para pais, alunos e toda a comunidade.	PALESTRAS
2360/3365	- Mais cursos e orientações sobre	CURSOS

Paulo Lopes Grande Florianópolis	como preparar os alimentos e a importância da alimentação saudável.	
3361 Paulo Lopes Grande Florianópolis	- Palestras para conscientização dos pais sobre importância da agricultura familiar e dos orgânicos.	PALESTRAS
3363 Paulo Lopes Grande Florianópolis	- Nutricionista realizar palestras para as crianças para conscientização da alimentação saudável.	PALESTRAS
4412 SOMBRIO SUL	- Encontros e palestras nas comunidades do interior.	PALESTRAS
3411 SOMBRIO SUL	- “ Maiores informações de como adquirir estes alimentos que em geral são melhores para nossa saúde.”	INFORMAÇÕES
2300 Gravatal SUL	- Maior integração entre CAE e escolas (diretores e professores), em parceria com a nutricionista, para diagnóstico da realidade de cada aluno (ex: diabetes, colesterol, classe social e outros) para orientar as famílias e que através da alimentação possamos promover saúde.	ORIENTAÇÃO
3401 São Martinho SUL	- Mais interesse por parte das merendeiras com a horta escolar.	HORTA
2290 Araranguá SUL	- Hortas escolares e integração comunitária.	HORTA - Relata falta de apoio da prefeitura para execução das atividades do CAE (transporte, salas, equipamentos e outros).

		Em certos momentos da entrevista mostrou grande indignação com a prefeitura.
3294 Araranguá SUL	- Projetos para criação de hortas comunitárias, onde cada família teria um dia de trabalho na horta para produção de alimentos de qualidade para alimentação escolar e para comunidade.	HORTA
3295 Araranguá SUL	- A Secretaria de Educação deveria entrar em contato com os produtores orgânicos para fornecimento nas escolas, e também criação de hortas escolares.	HORTA - Escola não recebe orgânicos da prefeitura, apenas utiliza os plantados na própria horta.
4296 Araranguá SUL	- Criação de uma horta escolar junto às crianças.	HORTA
3136 Imbituba SUL	- Apoio financeiro e recursos humanos para criação de horta nas escolas.	HORTA
4335 Jaguaruna SUL	- Hortas escolares e comunitárias.	HORTA
3356 Orleans SUL	- Criação de hortas escolares.	HORTA
1390 Santa Rosa de Lima SUL	- Horta escolar com uso de tecnologia orgânica.	HORTA
3415 SOMBRIO SUL	- Incremento de projetos como hortas escolares.	HORTA
1390 Santa Rosa de Lima SUL	- Introdução do aluno no processo pedagógico e produtivo.	APOIO PEDAGÓGICO
3405 São Martinho SUL	- Troca de informação entre as escolas e Secretaria de Educação para verificar quais alimentos cada escola pode produzir em suas	TROCA DE EXPERIÊNCIAS

	hortas. Isso porque muitas vezes os alimentos oferecidos coincidem com os cultivados na própria escola.	
4295 Araranguá SUL	- Divulgar o alimento orgânico como uma melhoria na saúde das crianças.	DIVULGAÇÃO
5290 Araranguá SUL	- Campanhas de divulgação dos benefícios da produção e consumo de orgânicos (menor impacto ambiental e melhora na saúde do agricultor e do consumidor).	DIVULGAÇÃO
3315 Imbituba SUL	- Deveria ter maior divulgação na mídia.	DIVULGAÇÃO
2350 Orleans SUL	- Divulgar para os agricultores as possibilidades de venda para o PNAE.	DIVULGAÇÃO
6320 Jacinto Machado SUL	- Maior valorização dos produtos orgânicos.	DIVULGAÇÃO
1360 Paulo Lopes Grande Florianópolis	- Oficinas sobre Agricultura Familiar e Orgânicos com professores e alunos.	DIVULGAÇÃO
3381/3382/ 3383 Rio Fortuna SUL	- Divulgação dos alimentos orgânicos dentro dos municípios e também na alimentação escolar.	DIVULGAÇÃO
3401 São Martinho SUL	- Incentivo dos pais para que seus filhos consumam esses alimentos.	DIVULGAÇÃO
1410 SOMBRIO SUL	- Divulgação para os agricultores sobre a importância dos alimentos orgânicos para eles mesmos e toda sociedade. Sugiro também cursos e reuniões para conscientização	DIVULGAÇÃO Entrevistada relata que o município já recebeu orgânicos (banana e alface), porém não

	dos agricultores e entidades públicas responsáveis (Prefeitura, Secretaria de Educação).	frequente. Esses não possuem certificação e especificações nas embalagens; - Sobre os cardápios, a nutricionista elabora de acordo com a aceitabilidade de cada CEI (cardápios individuais). Já para as escolas, o cardápio é o mesmo, alterando apenas a ordem nos dias da semana.
1290 Araranguá SUL	- Conscientização , capacitação e condições para os agricultores aumentarem sua produção como a diversificação dos seus produtos: queijo, doces, geléias, biscoitos caseiros e outros.	CONSCIENTIZAÇÃO
3291 Araranguá SUL	- Conscientização dos pais sobre o uso dos alimentos orgânicos na alimentação escolar e também em suas casas.	CONSCIENTIZAÇÃO
3293 Araranguá SUL	- Melhor aproveitamento das terras, com conscientização e capacitação das famílias do campo para produção orgânica.	CONSCIENTIZAÇÃO
4295 Araranguá SUL	- Conscientização dos pais.	CONSCIENTIZAÇÃO
3301 Gravatal SUL	- Conscientização de pais e da comunidade por meio de palestras .	CONSCIENTIZAÇÃO
3303 Gravatal SUL	- Conscientização da comunidade sobre a importância da Agricultura Familiar e dos orgânicos por meio de palestras ministradas por profissionais especializados na área (nutricionistas, agrônomos e outros).	CONSCIENTIZAÇÃO
3304 Gravatal SUL	- Conscientização da comunidade sobre a importância da Agricultura Familiar e dos	CONSCIENTIZAÇÃO

	orgânicos por meio de palestras.	
3314 Imbituba SUL	- Conscientização da população quanto a utilização desses alimentos.	CONSCIENTIZAÇÃO
3321 Jacinto Machado SUL	- Conscientização da comunidade sobre a importância do consumo de frutas e verduras orgânicas.	CONSCIENTIZAÇÃO
3322 Jacinto Machado SUL	- Conscientização e capacitação dos agricultores sobre importância dos orgânicos.	CONSCIENTIZAÇÃO
1330 Jaguaruna SUL	- Capacitação e conscientização dos agricultores para produção de orgânicos; - Capacitação e conscientização para merendeiras, alunos e pais.	CONSCIENTIZAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO
3332 Jaguaruna SUL	- Trabalho de conscientização das famílias para o cultivo de alimentos orgânicos com participação das crianças.	CONSCIENTIZAÇÃO
3336 Jaguaruna SUL	- Conscientização da comunidade sobre importância dos alimentos orgânicos.	CONSCIENTIZAÇÃO
3342 Lauro Muller SUL	- Conscientização da comunidade sobre a importância dos alimentos orgânicos.	CONSCIENTIZAÇÃO
1350 Orleans SUL	- Conscientização da importância desses alimentos para agricultores e escolares.	CONSCIENTIZAÇÃO
3352 Orleans SUL	- Conscientização dos pais sobre a importância dos orgânicos.	CONSCIENTIZAÇÃO
3353 Orleans SUL	- Conscientização da comunidade sobre a importância desses alimentos.	CONSCIENTIZAÇÃO
3356 Orleans SUL	- Conscientização dos pais e familiares.	CONSCIENTIZAÇÃO
3376 Praia Grande SUL	- Capacitação e conscientização dos pais.	CONSCIENTIZAÇÃO

<p>5380/5330/5400 Rio Fortuna, Jaguaruna, São Martinho SUL</p>	<p>- Debate dentro dos municípios, conscientizando o poder público da importância desse novo mercado.</p>	<p>CONSCIENTIZAÇÃO</p>
<p>3392 Santa Rosa de Lima SUL</p>	<p>- Conscientização da comunidade, em especial daqueles envolvidos na alimentação escolar (professores, merendeiras, pais de alunos, agricultores e outros) sobre a importância e os benefícios da produção agroecológica.</p>	<p>CONSCIENTIZAÇÃO</p>
<p>3404 São Martinho SUL</p>	<p>- Conscientização da comunidade sobre importância dos orgânicos.</p>	<p>CONSCIENTIZAÇÃO</p>
<p>1410 SOMBRIO SUL</p>	<p>- Divulgação para os agricultores sobre a importância dos alimentos orgânicos para eles mesmos e toda sociedade. Sugiro também cursos e reuniões para conscientização dos agricultores e entidades públicas responsáveis (Prefeitura, Secretaria de Educação).</p>	<p>CONSCIENTIZAÇÃO Entrevistada relata que o município já recebeu orgânicos (banana e alface), porém não freqüente. Esses não possuem certificação e especificações nas embalagens; - Sobre os cardápios, a nutricionista elabora de acordo com a aceitabilidade de cada CEI (cardápios individuais). Já para as escolas, o cardápio é o mesmo, alterando apenas a ordem nos dias da semana.</p>
<p>3412 SOMBRIO SUL</p>	<p>- Conscientização da comunidade sobre a importância dos orgânicos por meio de projetos articulados entre Secretaria de Educação e EPAGRI, além de outros órgãos envolvidos.</p>	<p>CONSCIENTIZAÇÃO</p>
<p>3413</p>	<p>- Conscientização dos pais e</p>	<p>CONSCIENTIZAÇÃO</p>

SOMBRIO SUL	incentivos para criação de hortas familiares para consumo próprio.	
3414 SOMBRIO SUL	- Conscientizar a comunidade sobre a importância do uso de alimentos orgânicos e dos provenientes da agricultura familiar.	CONSCIENTIZAÇÃO
4412 SOMBRIO SUL	- Divulgação nos meios de comunicação sobre importância dos orgânicos para conscientização da comunidade.	CONSCIENTIZAÇÃO PALESTRAS
4414 SOMBRIO SUL	- Conscientização dos agricultores e da comunidade para o uso de alimentos orgânicos.	CONSCIENTIZAÇÃO
3321 Jacinto Machado SUL	- Trabalho com os pais.	TRABALHO COM OS PAIS
2290 Araranguá SUL	- Hortas escolares e integração comunitária .	INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA - Relata falta de apoio da prefeitura para execução das atividades do CAE (transporte, salas, equipamentos e outros). Em certos momentos da entrevista mostrou grande indignação com a prefeitura.
4304 Gravatal SUL	- Participação da comunidade .	PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
4314 Imbituba SUL	- Maior participação dos alunos .	PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS
3342 Lauro Muller SUL	- Projetos com a temática alimentação orgânica.	PROJETOS
2		
3431 Calmon OESTE	- Parceria da Secretaria de Educação e Agricultura	PARCERIAS
2480	- Ter mais parceria com a	PARCERIA

Correia Pinto SERRANA	EPAGRI local e a Secretaria da Agricultura.	
4482 Correia Pinto SERRANA	- Parcerias com entidades locais.	PARCERIAS
1500 Jaraguá do Sul NORTE	- Articulação entre produtores, cooperativas, Secretaria de Educação, Secretaria da Agricultura, Escolas, etc.	PARCERIAS
1510 Porto União NORTE	- Maior organização das associações junto a Secretaria da Agricultura.	PARCERIA
2510 Porto União NORTE	- Parceria com a Secretaria da Agricultura com a Secretaria de Educação.	PARCERIAS
1530 Rio do Sul VI	- Trabalho em parceria da Secretaria da Agricultura com a Secretaria da Educação	PARCERIA
1550 Santa Terezinha NORTE	- Apoio da Secretaria da Agricultura, Epagri.	PARCERIA
3435 Calmon OESTE	- Acompanhamento técnico para os produtores que produzem os alimentos orgânicos, na escolha do terreno apropriado na prevenção de doenças e pragas, para se obter um bom rendimento na produção e na qualidade dos alimentos.	ACOMPANHAMENTO TÉCNICO
1460 Canoinhas NORTE	- Capacitação dos agricultores e auxílio técnico pela Secretaria da Agricultura, EPAGRI e outras associações ou empresas.	AUXÍLIO TÉCNICO
3541 Salete VI	- Incentivo financeiro e técnico aos agricultores interessados e também como incentivo para que outros possam optar em produzir hortas orgânicas.	APOIO TÉCNICO
2430	- Orientação e capacitação para	ORIENTAÇÃO E

Calmon OESTE	os agricultores.	CAPACITAÇÃO
1450 Campo Belo do Sul SERRANA	- Capacitação dos fornecedores.	CAPACITAÇÃO
1460 Canoinhas NORTE	- Capacitação dos agricultores e auxílio técnico pela Secretaria da Agricultura, EPAGRI e outras associações ou empresas.	CAPACITAÇÃO
3462 Canoinhas NORTE	- Mais incentivo aos agricultores, capacitação , divulgação dos benefícios ao ser humano.	CAPACITAÇÃO
3463 Canoinhas NORTE	- Maior investimento dos sindicatos em capacitações para os agricultores.	CAPACITAÇÕES
5460 Canoinhas NORTE	- Capacitação da merendeira.	CAPACITAÇÃO
2470 Capão Alto SERRANA	- Curso de capacitação com os agricultores e com a comunidade.	CAPACITAÇÃO
3472 Capão Alto SERRANA	- Capacitação de agricultores.	CAPACITAÇÃO
3473 Capão Alto SERRANA	- Capacitação.	CAPACITAÇÃO
3475 Capão Alto SERRANA	- Capacitação para agricultores, por meio de palestras informativas.	CAPACITAÇÃO
5490 Dona Emma VI	- O fortalecimento das prefeituras para com os agricultores familiares nas questões de capacitação dos mesmos.	CAPACITAÇÃO
1500 Jaraguá do Sul NORTE	- Recursos humanos (nutricionista) para promover os esclarecimentos, capacitação , articulação entre produtores, cooperativas, Secretaria de Educação, Secretaria da Agricultura, Escolas, etc.	CAPACITAÇÃO

4505 Jaraguá do Sul NORTE	- Os agricultores terem mais acesso a cursos .	CAPACITAÇÃO
5500 Jaraguá do Sul NORTE	- Capacitar e incentivar as crianças nos alimentos mais saudáveis.	CAPACITAÇÃO
3512 Porto União NORTE	- Capacitação das famílias das comunidades que fornecem os alimentos como: * O que plantar? Época? * Capacidade/fornecer quantias * Incentivo, organização, higiene, consciência ambiental * Oferta de emprego (vantagens para famílias).	CAPACITAÇÃO
5510 Porto União NORTE	- Capacitação (merendeiras e diretoras).	CAPACITAÇÃO
3524 Presidente Nereu VI	- Orientar os produtores sobre o assunto. Orientar a produção piscicultura.	CAPACITAÇÃO CAPACITAÇÃO
1530 Rio do Sul VI	-“ Através da capacitação dos agricultores locais quanto à importância do cultivo orgânico dos vegetais estimulando-os e dando os subsídios necessários para a adesão à essa prática.“	CAPACITAÇÃO
6530 Rio do Sul VI	- Treinamento com os agricultores que queiram trabalhar na agricultura com subsídios do governo.	CAPACITAÇÃO
1540 Salete VI	- Capacitação para esses agricultores.	CAPACITAÇÃO
3546 Salete VI	- Capacitar agricultores: * Cursos - teoria e prática * Projetos	CAPACITAÇÃO
1550 Santa Terezinha NORTE	- Capacitação com merendeira, nutricionista e agricultores.	CAPACITAÇÃO

2550 Santa Terezinha NORTE	- Para ter um aumento da utilização dos alimentos da agricultura familiar e dos alimentos orgânicos, teria que ter capacitação para esses agricultores, para que eles possam produzir mais e de melhor qualidade.	CAPACITAÇÃO
3551 Santa Terezinha NORTE	- Apoio do município para capacitação dos produtores.	CAPACITAÇÃO
3522 Presidente Nereu VI	- Capacitação para as merendeiras.	CAPACITAÇÃO
2470 Capão Alto SERRANA	- Palestras demonstrando benefícios que os orgânicos trazem a saúde (alunos e comunidade em geral).	PALESTRAS
3475 Capão Alto SERRANA	- Capacitação para agricultores, por meio de palestras informativas . Esclarecimento amplo.	INFORMAÇÃO
4494 Dona Emma VI	- Reunião com os pais para receberem melhores explicações sobre alimentos orgânicos.	EXPLICAÇÕES
3512 Porto União NORTE	- Cursos para as pessoas que recebem os alimentos orgânicos como preparo, armazenamento e valor nutricional dos alimentos.	CURSOS
3513 Porto União NORTE	- Palestras com nutricionistas nas escolas (para os pais e toda a comunidade escolar).	PALESTRAS
5510 Porto União NORTE	- Informações as prefeituras sobre como a agricultura familiar pode produzir (produção de época).	INFORMAÇÃO
5500 Jaraguá do Sul NORTE	- Aumentar mais a venda e informar mais aos municípios a incentivar a agricultura familiar.	INFORMAÇÕES
3531 Rio do Sul	- Se o aluno for atendido em período integral na escola, ele fará	INFORMAÇÃO

VI	todas as refeições, terá todo conhecimento da origem de seu alimento diariamente.	
3545 Salete VI	- Fazendo cursos, palestras para que haja uma conscientização geral sobre os benefícios da horta orgânica, com fotos de hortas orgânicas e depoimentos de pessoas que fazem hortas. Benefícios e malefícios do uso e não uso de agrotóxicos.	CURSOS PALESTRAS E
4435 Calmon OESTE	- Os agricultores querem mais orientações na agricultura, com novas máquinas e outros projetos para beneficiar os agricultores e as escolas. Os agricultores ainda têm pouca ajuda do município.	ORIENTAÇÃO
2510 Porto União NORTE	- Horta Escolar.	HORTA ESCOLAR
4506 Jaraguá do Sul NORTE	- Horta escolar seria o ideal, mas tudo depende do espaço e tempo para cuidar do mesmo.	HORTA
3521 Presidente Nereu VI	- Organização de um espaço para uma horta comunitária, ou até mesmo residencial.	HORTA
3522 Presidente Nereu VI	- Horta escolar e comunitária.	HORTA
3552 Santa Terezinha NORTE	- Prefeitura incentivar os moradores da localidade para aumentar suas plantações e suas hortas para fornecimento de verduras para a escola e aos moradores. Organizar uma horta comunitária, para abastecer as escolas e as pessoas residentes que não possuem hortas em casa.	HORTA
6440 Campo	- Incentivar os professores para passar pra os alunos. Para eles	APOIO PEDAGÓGICO

Alegre NORTE	poderem passar para os pais a importância do orgânico.	
3475 Capão Alto SERRANA	- Colocar uma disciplina na área de Educação que trabalhe com os alunos sobre: Alimentação, produtos orgânicos, horta escolar, etc. Onde envolveria todos os pais e alunos da comunidade. Em forma de projetos, onde o aluno participaria da teoria e os pais o ensinariam na prática com um professor para o acompanhamento. - Sempre fazer reuniões mensais para trocarmos experiências e incentivar cada vez mais.	APOIO PEDAGÓGICO TROCAS DE EXPERIÊNCIAS
3551 Santa Terezinha NORTE	- Oportunidade de participar de seminários para trocas de experiências entre municípios e produtores.	TROCAS DE EXPERIÊNCIAS
3521 Presidente Nereu VI	- Na questão de alimentação escolar deve-se criar no município uma proposta educacional para que todas as escolas trabalhem este tema, não somente as rurais.	PROPOSTA EDUCACIONAL
3522 Presidente Nereu VI	- Conteúdo pedagógico para melhor educação alimentar .	PROPOSTA EDUCACIONAL
5510 Porto União NORTE	- Incluir Agroecologia como matéria de ensino .	PROPOSTA EDUCACIONAL
1440 Campo Alegre NORTE	- Incentivo aos gestores e Secretários da Educação para que compreendam a importância da aquisição de produtos agrícolas rurais e isentos de agrotóxicos (prevenção e economia local). Ampliar a visão desta aquisição, e não olhar apenas no lado econômico (produtos são mais caros).	DIVULGAÇÃO DIVULGAÇÃO
4446 Campo	- Mais divulgação para que outros agricultores também façam parte	DIVULGAÇÃO

Alegre NORTE	deste trabalho com capacitação informação sobre o assunto.	
3462 Canoinhas NORTE	- Mais incentivo aos agricultores, capacitação, divulgação dos benefícios ao ser humano.	DIVULGAÇÃO
2500 Jaraguá do Sul NORTE	- Mostrar a importância da agricultura familiar e os benefícios da saúde para a família do agricultor, comunidade, escola.	DIVULGAÇÃO
3505 Jaraguá do Sul NORTE	- Incentivar a produção dos alimentos orgânicos das maiores diversidades, ampliando os benefícios dos mesmos para a saúde. Divulgar em todos os meios de comunicação, pois sabemos que prevenção faz a diferença. Educação é solução, povo educado sabe cuidar de si e da saúde dos seus.	DIVULGAÇÃO DIVULGAÇÃO
4504 Jaraguá do Sul NORTE	- Divulgação sobre os alimentos orgânicos para comunidade, para entenderem o significado quanto a saúde da população.	DIVULGAÇÃO
1510 Porto União NORTE	- Maior informação/divulgação do programa na sociedade.	DIVULGAÇÃO
2510 Porto União NORTE	- Projetos a serem realizados nas escolas sobre a importância dos alimentos orgânicos para a saúde e o meio ambiente.	DIVULGAÇÃO
3513 Porto União NORTE	- Distribuição de materiais informativos para toda a comunidade escolar.	DIVULGAÇÃO
5510 Porto União NORTE	- Envolver os alunos e pais nas escolas para conhecer e divulgar a forma de produção.	DIVULGAÇÃO
3521 Presidente Nereu VI	- Divulgação da prefeitura, para que haja famílias interessadas, tendo vínculo lucrativo ou não.	DIVULGAÇÃO
3533 Rio do Sul VI	- Para uma maior utilização dos produtos seria viável uma maior divulgação do trabalho já realizado na rede municipal	DIVULGAÇÃO

	(cardápio regionalizado, produtos orgânicos e outros).	
1450 Campo Belo do Sul SERRANA	- Maior conscientização da comunidade em geral dos benefícios de consumo dos alimentos orgânico.	CONSCIENTIZAÇÃO
3461 Canoinhas NORTE	- Conscientização aos produtores rurais da importância dos produtos orgânicos e prevenção de doenças que podem ser evitadas	CONSCIENTIZAÇÃO
4502 Jaraguá do Sul NORTE	- Conscientizar os responsáveis pelas compras ou verbas destinadas a compras, da importância e dos benefícios do alimento orgânico para as crianças.	CONSCIENTIZAÇÃO
4515 Porto União NORTE	- Palestras e apoio a comunidade em geral para a conscientização de todos.	CONSCIENTIZAÇÃO
3534 Rio do Sul VI	- Criar campanhas com informativos bem simplificados para conscientização de todos os envolvidos na comunidade escolar e fora dela.	CONSCIENTIZAÇÃO
3		
3426 Araquari NORTE	- O comprometimento da Secretaria de Agricultura em parceria com a Secretaria de obras para que fortaleça a horta escolar dentro do espaço escolar.	PARCERIAS
6240 Quilombo OESTE	- Ter técnico agrônomo que acompanhasse a produção.	PARCERIA
1170 Formosa do Sul OESTE	- Seria interessante por parte do Cecane orientar as secretarias de educação e agricultura como estimular os agricultores a ter interesse em fornecer, mesmo que em pequenas quantidades de produtos.	PARCERIA ORIENTAÇÃO
2180 Galvão OESTE	- Aponto como sugestão a parceria dos agricultores com redes de organização e produção de alimentos agroecológicos para	PARCERIAS

	que se atinja a quantidade suficiente de frutas e verduras, no tempo, aliás, suprindo demanda tanto municipal como se sobrar atendendo entidades da região.	
2200 Ipumirim OESTE	- Maior cooperação entre as partes envolvidas na alimentação escolar.	PARCERIAS
6530 Rio do Sul VI	- Pesquisa em cima dos alimentos orgânicos.	PARCERIA
1270 Treze Tílias OESTE	- Facilitador em nível de região para obtenção mais rápida de certificação para orgânicos e para SIM, SIE... Alteração de preço da tabela CONAB (muito baixo).	PARCERIA
6420 Araquari NORTE	- Assistência técnica (Agrônomo). Prefeito organizasse cooperativa para os produtores do município. Garantir transporte para a produção, trator, equipamentos.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
5200 Ipumirim OESTE	- Assistência técnica na produção.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
2420 Araquari NORTE	- Promover curso para capacitar as merendeiras quanto ao uso de produtos orgânicos e sua conservação, valorizando seu conhecimento para o preparo.	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL
3451 Campo Belo do Sul SERRANA	- Que houvesse capacitações para todas as escolas e também com os pais dos alunos.	CAPACITAÇÕES
3255 São Lourenço do Oeste OESTE	- Capacitar as mães dos escolares para orientar como preparar pratos diferentes utilizando os produtos produzidos na agricultura.	CAPACITAÇÃO
3256 São Lourenço do Oeste	- Que nossos agricultores levassem mais a sério o uso e plantio de produtos orgânicos, os quais estariam melhorando o	CAPACITAÇÃO

OESTE	rendimento familiar e melhorias na alimentação de todos.	
3253 São Lourenço do Oeste OESTE	- Capacitação dos agricultores para melhorar a qualidade dos produtos.	CAPACITAÇÃO
1250 São Lourenço do Oeste OESTE	- Capacitações – não somente aos profissionais da nutrição, mas também para gestores, agricultores e distribuição da alimentação escolar.	CAPACITAÇÃO
6190 Ibicaré OESTE	- No meu ponto de vista para facilitar o aumento, seria a capacitação dos envolvidos.	CAPACITAÇÃO
2200 Ipumirim OESTE	- Capacitação para legalização da documentação.	CAPACITAÇÃO
6270 Treze Tílias OESTE	- Uma melhor capacitação dos envolvidos.	CAPACITAÇÃO
6450 Campo Belo do Sul SERRANA	- Treinamento para merendeiras, professores, direção.	TREINAMENTO
3283 Zortea SERRANA	- Deveria ter treinamentos com as pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a merenda, com o objetivo de se conhecer mais sobre o assunto , dessa forma fortalecendo o uso de orgânicos da merenda.	TREINAMENTOS
6530 Rio do Sul VI	- Colocar em lei para os vizinhos de agricultores orgânicos não usar venenos .	GESTÃO AMBIENTAL
3521 Presidente Nereu VI	- Disponibilizar materiais de ferragens para facilitar as famílias ao plantio.	APOIO COM EQUIPAMENTOS PARA HORTA
3424 Araquari NORTE	- Utilização dos produtos/alimentos da horta escolar .	HORTA
3423 Araquari	- Utilização dos produtos/alimentos da horta	HORTA

NORTE	escolar.	
3422 Araquari NORTE	- Contato com os agricultores do município para compra dos produtos que são produzidos e os seus benefícios dando prioridade a eles e divulgação dos produtos produzidos no município.	DIVULGAÇÃO
2420 Araquari NORTE	- Promover fórum para socializar o uso dos produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar, entre produtores, professores, pais e o CAE.	FÓRUM-DIVULGAÇÃO
3161 Arabutã OESTE	- Fazer um trabalho com pequenos agricultores para produzirem produtos orgânicos, para que assim termos mais diversidade.	DIVULGAÇÃO
5210 Luzerna OESTE	- Aumentar o conhecimento das entidades locais dos andamentos das questões da AE. Entidades que deveriam ser parceiras nem sabem o que está acontecendo.	DIVULGAÇÃO
5180 Galvão OESTE	- Divulgação e implantação de aulas teóricas sobre produtos orgânicos e a importância da produção e consumo com as vantagens em alimentar-se com esses produtos. E o impacto que gera na economia dos agricultores no município e no meio ambiente.	DIVULGAÇÃO
1190 Ibicaré OESTE	- Divulgar e treinar os prefeitos e secretarias importância da alimentação orgânica.	DIVULGAÇÃO
1280 Zortea SERRANA	- Projetos de incentivo aos agricultores, divulgação dos benefícios a sociedade de; o que é uma produção orgânica, questão também de melhoria no valor de pagamento dos produtores.	DIVULGAÇÃO
	- Divulgação dos produtos. Benefícios dos produtos para saúde.	DIVULGAÇÃO DIVULGAÇÃO
3202	- Maior divulgação dos produtos	DIVULGAÇÃO

Ipumirim OESTE	orgânicos e seus benefícios.	
6170 Formosa do Sul OESTE	- Falar para os alunos da importância dos alimentos orgânicos. Conscientizar dos benefícios dos orgânicos. Falar da origem dos alimentos e benefícios para saúde.	CONSCIENTIZAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO
6240 Quilombo OESTE	- Valorizar os produtos orgânicos para o consumo.	CONSCIENTIZAÇÃO
6240 Quilombo OESTE	- Fazer um trabalho de conscientização junto aos professores, alunos e cozinheiras das escolas em relação à produção orgânica e suas vantagens no consumo, na questão ambiental, etc.	CONSCIENTIZAÇÃO
6170 Formosa do Sul OESTE	- Conscientizar os alunos dos benefícios e a importâncias dos alimentos orgânicos. Explicar durante as aulas.	CONSCIENTIZAÇÃO
6170 Formosa do Sul OESTE	- Conscientização dos alimentos orgânicos, a importância, benefícios com a nutricionista.	CONSCIENTIZAÇÃO
3216 Luzerna OESTE	- Acho que deve haver um incentivo maior por parte dos pais e dos educadores, para que aquelas crianças que ainda não consomem para que se conscientizem e passem a gostar deste tipo de alimentação, que é muito importante para ter uma saúde saudável.	CONSCIENTIZAÇÃO
3214 Luzerna OESTE	- Devemos incentivar nossas crianças a consumirem alimentos orgânicos, pois são indispensáveis para uma saúde saudável.	CONSCIENTIZAÇÃO
3213 Luzerna OESTE	- Devemos incentivar nossas crianças a consumirem alimentos orgânicos, pois são indispensáveis para uma saúde saudável.	CONSCIENTIZAÇÃO
3215	- Palestra com um profissional na	CONSCIENTIZAÇÃO

Luzerna OESTE	área de produtos orgânicos na alimentação escolar, estimulando um maior consumo na alimentação dos alunos.	
3211 Luzerna OESTE	- Maior incentivo para os agricultores.	CONSCIENTIZAÇÃO
6450 Campo Belo do Sul SERRANA	- Mais conscientização nas unidades escolares. Conscientização das crianças sobre os produtos.	CONSCIENTIZAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO
3256 São Lourenço do Oeste OESTE	- É necessário mais incentivo e buscar tirar as dúvidas sobre orgânicos para futuras melhorias na saúde e vida familiar.	CONSCIENTIZAÇÃO
3254 São Lourenço do Oeste OESTE	- Conscientização dos educandos através de trabalhos pedagógicos e interdisciplinar envolvendo alunos, professores, merendeiras, pais e se possível fornecedores e comunidade em geral.	CONSCIENTIZAÇÃO
3252 São Lourenço do Oeste OESTE	- Trabalhar a consciência da criança em relação aos benefícios que os alimentos orgânicos trazem a saúde humana. Automaticamente o consumo destes alimentos aumenta. Envolver mais diretamente as crianças com o próprio alimento (preparação do mesmo) para que as crianças os conheçam melhor e assim ter mais gosto em consumi-los.	CONSCIENTIZAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO
2200 Ipumirim OESTE	- Conscientizar os agricultores da importância da atividade.	CONSCIENTIZAÇÃO
2200 Ipumirim OESTE	- Incentivar os jovens a permanecer na propriedade (desde dentro da escola) para evitar que estes jovens acabem indo para as indústrias (fábrica de produtos alimentícios – aves).	SENSIBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

2060 Jardinópolis OESTE	- Secr da agricultura ser parceira das ações junto com a Secr de educação.	PARCERIA
6110 Santa Terezinha do Progresso OESTE	- Além disso, envolver a secretaria de educação no processo , não só a secretaria de agricultura.	PARCERIAS
6120 São José do Cedro OESTE	- Incentivo do pessoal da Epagri ou prefeitura (poder público) a organizar a produção para a merenda.	PARCERIA
1130 Saudades OESTE	- Capacitação para agricultores e outros agentes, tendo a secretaria de agricultura e Epagri como parceiro de processo .	PARCERIAS
2130 Saudades OESTE	-Podendo haver parceria com cooperativas (ex: COOTRAF).	PARCERIA
6070 Maravilha OESTE	- Assessoria técnica para a produção orgânica, pois temos que fazer tudo pesquisando na internet, se tivesse alguém para ajudar seria bom.	ASSESSORIA TÉCNICA
6080 Pinhalzinho OESTE	- Ter assistência técnica tanto da cooperativa quanto da prefeitura, principalmente no que diz respeito a produção de orgânicos, pois é recente a produção destes alimentos no município e precisam de assistência técnica.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
2130 Saudades OESTE	- Políticas públicas de incentivo da produção (estado e município), com assessoria técnica para produtores.	ASSESSORIA TÉCNICA
6130 Saudades OESTE	- Fornecer formação na área de agricultura orgânica, pois os produtores ainda possuem dificuldades nesta área, dar acompanhamento técnico .	ACOMPANHAMENTO TÉCNICO
1010 Anchieta	- Cursos e assistência técnica para agricultores.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA

OESTE		
2020 Belmonte OESTE	- Assistência técnica maior da Epagri/Prefeitura, para produzir mais alimentos.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
2010 Anchieta OESTE	- Cursos de capacitação para merendeiras enfatizando a importância dos produtos orgânicos.	CURSOS DE CAPACITAÇÃO
3013 Anchieta OESTE	- Capacitação com merendeiras.	CAPACITAÇÃO
2030 Cunha Porã OESTE	- Capacitações anuais para todos os integrantes do CAE/Merendeiras/Professores.	CAPACITAÇÃO
3032 Cunha Porã OESTE	- Mais cursos de capacitação para merendeiras, para a utilização do mesmo alimento em receitas diversas.	CAPACITAÇÃO
3033 Cunha Porã OESTE	- Mais cursos de capacitação para merendeiras (preparação de receitas diferentes para aproveitar melhor os alimentos).	CAPACITAÇÃO
1040 Dionísio Cerqueira OESTE	- Capacitação dos agricultores relacionado a qualidade dos produtos.	CAPACITAÇÃO
3043/3045 Dionísio Cerqueira OESTE	- Ter maior capacitação para utilização dos alimentos, tanto para cozinheiras quanto para professores.	CAPACITAÇÃO
3044/3046 Dionísio Cerqueira OESTE	- Mais capacitação para merendeiras, técnicas culinárias para a utilização dos alimentos.	CAPACITAÇÃO
2050 Irati OESTE	- Capacitação para conselheiros na área, e também de orientação para atividades do CAE.	CAPACITAÇÃO
6050 Irati OESTE	- Sec de agricultura dar cursos de capacitação tanto focando sobre aspectos técnicos (Como produzir mais e melhor) quanto referente a alimentação.	CURSOS DE CAPACITAÇÃO
1060 Jardínópoli	- Maior conscientização dos produtores e mais capacitação .	CAPACITAÇÃO

s OESTE		
3061/3062 Jardinópolis OESTE	- Organização dos agricultores, eles precisam de capacitação técnica.	CAPACITAÇÃO
1070 Maravilha OESTE	- Mais capacitação para agricultores para se conscientizar da importância disso. Além disso, a entidade executora também tem que ser sensibilizada.	CAPACITAÇÃO
6070 Maravilha OESTE	- Maior preparação para agricultores, pois é difícil produzir produtos orgânicos.	CAPACITAÇÃO
3082 Pinhalzinho OESTE	- Cursos de capacitação .	CURSOS DE CAPACITAÇÃO
1100 Santa Helena OESTE	- Capacitação para nutricionista e agricultores.	CAPACITAÇÃO
3121 São José do Cedro OESTE	- Mais capacitação para quem prepara (cozinheira escolar) e também para quem recebe.	CAPACITAÇÃO
3125 São José do Cedro OESTE	- Treinamento das cozinheiras para armazenamento dos alimentos.	CAPACITAÇÃO
1130 Saudades OESTE	- Capacitação para agricultores e outros agentes, tendo a secretaria de agricultura e Epagri como parceiro d processo.	CAPACITAÇÃO
2130 Saudades OESTE	- Capacitação para Conselho, merendeiras, professores, diretores, falando da importância da alimentação orgânica, conscientizar as pessoas da importância disso.	CAPACITAÇÃO
6130 Saudades	- Fornecer formação na área de agricultura orgânica, pois os	FORMAÇÃO PROFISSIONAL

OESTE	produtores ainda possuem dificuldades nesta área, dar acompanhamento técnico.	
6130 Saudades OESTE	- o município deveria incentivar os produtores, oferecer cursos de formação e assistência, principalmente técnico específico para produção agroecológica.	CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
4 Flor do Sertão	- Planejamento mais da secretaria de agricultura para capacitar os produtores para produzirem os alimentos, pois não tem quem forneça os alimentos.	CAPACITAÇÃO
1010 Anchieta OESTE	- Cursos e assistência técnica para agricultores.	CURSOS
3021-6 Belmonte OESTE	- Cursos para cozinheiras, com técnicas para congelamento e como conservar os alimentos.	CURSOS
3035 Cunha Porã OESTE	Curso do CECANE deveria ser dado para todos merendeiras/diretores/professores/todos, pois por mais que alguns tenham participado, nunca é a mesma coisa de participar.	CURSOS
3044/3046 Dionísio Cerqueira OESTE	- Atividades com professores e crianças com palestras com nutricionistas e médicos.	PALESTRAS
4122 São José do Cedro OESTE	- Cursos que falem das formas de preparo dos alimentos, novas formas de preparação (cozinheira).	CURSOS
1 Flor do Sertão	- Cursos palestras para agricultores/sensibilização.	CURSOS PALESTRAS
3016 Anchieta OESTE	- Horta comunitária.	CRIAÇÃO DE HORTAS
3031 Cunha Porã	- Incentivo da alimentação saudável.	INCENTIVO À ALIMENTAÇÃO

OESTE		SAUDÁVEL
3013 Anchieta OESTE	- Trabalhar o lado pedagógico , fortalecer e conscientizar.	APOIO PEDAGÓGICO
4023/4024 Belmonte OESTE	- Divulgar as compras feitas para a alimentação escolar (cidade); - Seria bom divulgar para merendeiras/alunos o que eles estão comendo.	DIVULGAÇÃO DIVULGAÇÃO
3072 Maravilha OESTE	- Divulgação dos produtos orgânicos.	DIVULGAÇÃO
3073 Maravilha OESTE	- Maior divulgação dos produtos orgânicos.	DIVULGAÇÃO
3013 Anchieta OESTE	- Trabalhar o lado pedagógico, fortalecer e conscientizar .	CONSCIENTIZAÇÃO
3041 Dionísio Cerqueira OESTE	- Conscientização com a comunidade/famílias da importância da utilização destes alimentos (palestras, filmes, visitas em hortas comunitárias).	CONSCIENTIZAÇÃO
1060 Jardinópolis OESTE	- Maior conscientização dos produtores e mais capacitação.	CONSCIENTIZAÇÃO
6070 Maravilha OESTE	- Conscientização das pessoas, dos outros agricultores, pois muitos acham mais fácil passar veneno do que plantar orgânico.	CONSCIENTIZAÇÃO
2080 Pinhalzinho OESTE	- Conscientizar os agricultores que eles podem ser beneficiados por essa lei, para eles se organizarem e organizarem a produção.	CONSCIENTIZAÇÃO
3085 Pinhalzinho OESTE	- Trabalhar em conjunto com família e escolares, promovendo maior participação da comunidade.	CONSCIENTIZAÇÃO
2110 Santa Terezinha	- Trabalhar com conscientização das pessoas para valorizar os produtos orgânicos, trabalhar com	CONSCIENTIZAÇÃO

do Progresso OESTE	as crianças pois ai também conseguem atingir as famílias.	
4122 São José do Cedro OESTE	- Conscientização das crianças, dizendo o que é o alimento e a importância dos alimentos.	CONSCIENTIZAÇÃO
2130 Saudades OESTE	- Capacitação para Conselho, merendeiras, professores, diretores, falando da importância da alimentação orgânica, conscientizar as pessoas da importância disso.	CONSCIENTIZAÇÃO
6140 Sul Brasil OESTE	- Maior conscientização da qualidade dos produtos orgânicos para maior valorização.	CONSCIENTIZAÇÃO
3031 Cunha Porã OESTE	- Desenvolvimento de atividades que envolvam os pais.	ENVOLVIMENTO DOS PAIS

APÊNDICE 2: Categorização final a partir das unidades de registro encontradas na AC

1 PROGRAMAÇÃO DA DEMANDA E OFERTA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS (AO)
1.1 Gestão da logística de abastecimento nas escolas
Facilitar a entrega Facilitar distribuição Facilitar o acesso à alimentação orgânica Melhorar o transporte Melhorar infraestrutura do processo
1.2 Organização da demanda e oferta dos AO
Aumento da compra Organização da produção Organização dos agricultores Aumento da produção Garantia de compra Aumentar oferta e consumo Organização de cooperativas Aumento dos funcionários/ RH Diminuir o valor do produto
2 GESTÃO DA PRODUÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
2.1 Qualidade higiênico-sanitária
Controle de qualidade Qualidade sanitária Inspeção sanitária
2.2 Planejamento alimentar
Variedade/Diversidade de alimentos Quantidade de alimentos Adequação/Planejamento de cardápio Melhorar armazenamento Evitar desperdício Sazonalidade Colocar alimentos de época Horários de distribuição das refeições
3 GESTÃO GOVERNAMENTAL DO PNAE
3.1 Incentivo governamental
Exigência do cumprimento da Lei Financiamentos Linhas de crédito Aumentar a verba/recursos Diminuir a burocracia Diminuir impostos

Envolvimento dos gestores Contra terceirização Valorização do agricultor
4 ESTRATÉGIAS DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS
4.1 Formação dos atores sociais
Parcerias Assistência técnica Capacitação/ Formação profissional Treinamentos/Cursos/ Palestras/ Explicações/Informações/Oficinas Orientação
4.2 Estratégias pedagógicas
Incentivo à alimentação saudável Apoio pedagógico Trocas de experiências Proposta educacional Gestão Ambiental
4.3 Sensibilização comunitária
Divulgação Fórum de divulgação Conscientização Envolvimento dos pais Integração comunitária Participação dos alunos Projetos

APÊNDICE 3: Nota de Imprensa

A família e a escola são espaços onde as crianças passam a maior parte do dia e representam referências importantes na formação de hábitos alimentares. Estudos mostram a preocupação na busca de ações que possibilitem ampliar os papéis da alimentação escolar para a promoção da educação em saúde e nutrição. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem o objetivo de suprir as necessidades do escolar durante seu período de permanência na escola, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, desenvolvimento, crescimento, aprendizagem e rendimento escolar. Novas diretrizes do PNAE foram estabelecidas através da Lei 11.947 e Resolução/CD/FNDE nº 38, promulgadas em julho de 2009. Entre elas, destaca-se a que estipula que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar, local, regional ou nacional.

Nesse contexto, tentou-se compreender as perspectivas dos atores sociais do PNAE, no estado de Santa Catarina. Para tanto, a nutricionista e mestrandia Gabriela de Andrade Silverio do Programa de Pós-Graduação em Nutrição, do Núcleo de Pesquisa de Nutrição em Produção de Refeições (NUPPRE) e do CECANE-SC (Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina) da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da professora Dr.^a Anete Araújo de Sousa, realizou uma análise de conteúdo das sugestões coletadas pelo CECANE/SC (2010), nos municípios catarinenses que compravam alimentos orgânicos para a alimentação escolar, por meio do questionário aplicado aos atores sociais (agricultor familiar, presidente de cooperativa, CAE, diretor escolar, nutricionista e merendeira), referentes à última questão aberta: *existe alguma sugestão que você faria para facilitar que os produtos provenientes da agricultura familiar e os alimentos orgânicos sejam usados na alimentação escolar?*

Os resultados apontaram 684 sugestões de 446 atores sociais da alimentação escolar. As sugestões foram categorizadas em 4 temas: (a) a *Programação da Demanda e Oferta de alimentos orgânicos* foi o tema de sugestões especialmente de diretores escolares, agricultores familiares e merendeiras, que destacaram situações referentes à logística e à organização do Programa; (b) a *Gestão da Produção da alimentação escolar* foi referida por diretores escolares e merendeiras, que

destacaram sugestões ligadas à qualidade higiênico-sanitária e o planejamento alimentar; (c) a *Gestão Governamental do Programa* foi o tema das sugestões de diretores escolares e agricultores familiares apontando como grande dificuldade a falta de um incentivo maior por parte do governo e, por fim, (d) as *Estratégias de Divulgação* destacaram-se principalmente como tema das sugestões de diretores escolares e nutricionistas que se referiram à formação dos atores sociais, estratégias pedagógicas e sensibilização comunitária como formas de facilitar a utilização de alimentos orgânicos nas escolas de Santa Catarina.

A perspectiva dos atores sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar dos 52 municípios para facilitar a utilização dos alimentos orgânicos pelas escolas de Santa Catarina se dará pela formação dos diferentes atores sociais da alimentação escolar, apoio técnico aos agricultores, projetos e estratégias educacionais dentro da escola e a sensibilização comunitária. Além disso, os desafios da produção de alimentos orgânicos e sua utilização por parte das escolas, tais como a organização entre demanda e oferta de alimentos orgânicos e a gestão da produção da alimentação, lembram situações a serem superadas como os limites da certificação para o pequeno agricultor e a redução de burocracias e terceirizações. O estabelecimento da diretriz de compra da agricultura familiar, preferencialmente orgânica, com a fixação de um percentual mínimo de aquisição, os atores sociais devem exigir o cumprimento desta diretriz, assim como estabelecer formas de acesso à população quanto à sua importância.

ANEXOS

ANEXO A: Cópia do parecer (nº 1005/2010) do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da pesquisa: Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CERTIFICADO Nº 1005

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, instituído pela PORTARIA N.º 0584/GR.99 de 04 de novembro de 1999, com base nas normas para a constituição e funcionamento do CEPSH, considerando o contido no Regimento Interno do CEPSH, **CERTIFICA** que os procedimentos que envolvem seres humanos no projeto de pesquisa abaixo especificado estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

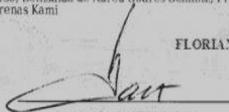
APROVADO

PROCESSO: 1005 **FR:** 368729

TÍTULO: Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina

AUTOR: ariete catarina tiltoni corso, Bethsáida de Abreu Soares Schmitz, Francisco de Assis Guedes do Vasconcelos, Gilberto Veras Caldeira, Akemi Arenas Kami

FLORIANÓPOLIS, 27 de Setembro de 2010.



Coordenador do CEPSH UFSC
Prof. Washington Portão de Sousa
Coordenador do CEP/PRPe/UFSC

ANEXO B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido elaborado pelo CECANE/SC, entregue a cada um dos entrevistados na pesquisa: Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

Pesquisa: Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Nutricionista da Alimentação Escolar

O Departamento de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da UFSC, através do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar está realizando uma pesquisa com o objetivo geral de avaliar a utilização de alimentos provenientes da agricultura familiar e dos gêneros orgânicos na alimentação escolar nos diferentes municípios do estado de Santa Catarina no ano de 2010, assim como as possíveis dificuldades e/ou limitações para a sua implementação, e a forma como este tema está sendo inserido nas salas de aula por parte dos educadores.

Ao aceitar participar da pesquisa, você responderá a questionário semiestruturado, com a duração de cerca de 1 (uma) hora. No momento da entrevista o entrevistador responsável garantirá a maior privacidade possível ao entrevistado.

Os dados pessoais do entrevistado(a) serão mantidos sob sigilo, não serão divulgados publicamente e os questionários serão devidamente codificados, sendo restrito o acesso a essas informações somente aos responsáveis pela pesquisa.

Neste sentido, pedimos sua colaboração para participar da pesquisa, contribuindo para que se obtenha um diagnóstico situacional da utilização dos alimentos provenientes da agricultura familiar e dos gêneros orgânicos na alimentação escolar nos municípios do estado de Santa Catarina, o que servirá de base para a elaboração de estratégias

que estimulem um maior consumo destes alimentos, favorecendo assim para o desenvolvimento regional e na saúde dos escolares.

A participação é completamente voluntária, e caso não queira participar ou queira retirar sua participação em qualquer tempo, isto é possível e não trará qualquer consequência.

Pesquisador responsável: Arlete Catarina Tittoni Corso
(coordenação)

Endereço: Departamento de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/UFSC

Telefone: (48) 3331-9784, arlete@ccs.ufsc.br

_____, ____ de _____ de 2010.

Assinatura do coordenador da pesquisa

Consentimento Pós-Informação

Ciente do exposto acima e estando suficientemente esclarecido(a), eu, _____, nutricionista do Programa de Alimentação Escolar no município de _____ concordo em participar do estudo.

_____, ____ de _____ de 2010.
(Cidade)

Nome: _____

Assinatura: _____

ANEXO C: Protocolo para preenchimento dos instrumentos da pesquisa: Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina

Instruções Gerais

APRESENTAÇÃO

Bom dia (ou boa tarde) Senhor (a): _____.
Meu nome é _____, sou integrante da equipe da pesquisa “Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina”. Esta pesquisa é desenvolvida pelo Departamento de Nutrição da UFSC, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O objetivo da pesquisa é avaliar a utilização de alimentos provenientes da agricultura familiar e dos gêneros orgânicos na alimentação escolar nos diferentes municípios do estado de Santa Catarina no ano de 2010, assim como as possíveis dificuldades e/ou limitações para a sua implementação, e a forma como este tema esta sendo inserido nas salas de aula por parte dos educadores. Sendo assim, gostaria de pedir sua colaboração.

Número do Questionário: O número do questionário é constituído de 4 números.

1º Número: Entrevistado

1: Nutricionista

2: Presidente ou Vice-presidente do Conselho de Alimentação Escolar CAE

3: Diretor escolar ou Coordenador pedagógico

4: Cozinheira escolar ou merendeira

5: Presidente ou vice-presidente de Cooperativa de agricultores familiares

6: Agricultor familiar

2º e 3º Número: Número de identificação do município

Número de identificação do município	Municípios
01	ANCHIETA
02	BELMONTE
03	CUNHA PORÁ

04	DIONÍSIO CERQUEIRA
05	IRATI
06	JARDINÓPOLIS
07	MARAVILHA
08	PINHALZINHO
09	RIQUEZA
10	SANTA HELENA
11	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
12	SÃO JOSE DO CEDRO
13	SAUDADES
14	SUL BRASIL
15	ALTO BELA VISTA
16	ARABUTÃ
17	FORMOSA DO SUL
18	GALVÃO
19	IBICARÉ
20	IPUMIRIM
21	LUZERNA
22	OURO
23	PINHEIRO PRETO
24	QUILOMBO
25	SÃO LOURENCO DO OESTE
26	TANGARA
27	TREZE TÍLIAS
28	ZORTEA
29	ARARANGUÁ
30	GRAVATAL
31	IMBITUBA
32	JACINTO MACHADO
33	JAGUARUNA
34	LAURO MULLER
35	ORLEANS
36	PAULO LOPES
37	PRAIA GRANDE

38	RIO FORTUNA
39	SANTA ROSA DE LIMA
40	SÃO MARTINHO
41	SOMBRIO
42	ARAQUARI
43	CALMON
44	CAMPO ALEGRE
45	CAMPO BELO DO SUL
46	CANOINHAS
47	CAPÃO ALTO
48	CORREIA PINTO
49	DONA EMMA
50	JARAGUÁ DO SUL
51	PORTO UNIÃO
52	PRESIDENTE NEREU
53	RIO DO SUL
54	SALETE
55	SANTA TEREZINHA

4º Número: Referente ao número da escola. Este número pode ser de 0 a 6, sendo o número 0 quando não há escola.

No que diz respeito aos questionários, temos em:

Negrito: o que precisa ser lido para o entrevistado.

Itálico: Instrutivo para o entrevistador.

Normal: não precisa ler só marcar.

Quando as alternativas estiverem em:

[] pode ser assinalada mais de uma alternativa.

() assinalar somente uma alternativa.

Nas questões de frequência, sempre será:

(01) Dia

(02) Semana

(03) Mês

(04) Ano

Lista de siglas:

IGN: Ignora ou não sabe responder

DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

FLV: frutas, legumes e verduras

SIM: Sistema de Inspeção Municipal

SIE: Sistema de Inspeção Estadual

SIF: Sistema de Inspeção Federal

Instrumento 1: Nutricionista

Caso não tenha nutricionista no município poderá ser respondido pelo secretário de educação ou outra pessoa responsável pela alimentação escolar.

Instrumento 2: CAE

Deve ser respondido pelo presidente ou vice-presidente do CAE.

Instrumento 3: Diretor ou coordenador pedagógico

No caso da escola não possuir diretor deve ser entrevistado o coordenador pedagógico, não havendo um, deve ser entrevistado o professor “responsável” pela escola. Não havendo um específico, realizar entrevista com um dos professores (que atue pelo menos 2 anos na instituição).

Instrumento 4: Cozinha escolar

Fornecedores:

Os instrumentos para os fornecedores serão de cooperativa e agricultores familiares.

Quando o fornecedor for o agricultor informal aplicar-se-á o questionário de agricultor (6), individual para cada agricultor, mesmo que este participe de cooperativa. Quando o fornecedor for uma cooperativa aplicar-se-á o questionário de cooperativa (5) com o presidente ou o vice-presidente da cooperativa.

Caso ocorra do fornecedor ser agricultores e também cooperativa, no mesmo município, será realizada entrevista tanto com agricultores quanto com a cooperativa.

Instrumento 5: Cooperativa

Pode ser respondido pelo presidente ou vice-presidente.

Questão 2.2 – Qual o número de produtores familiares que vendem estes produtos para o município? – pois nem sempre todos os cooperados são familiares.

Questão 5.5 – Lista de alimentos – se for falado pelo entrevistado algum item que não esteja na lista, esses alimentos deverão ser incluídos.

Questão 5.6 – Listar espécies e variedades. Ex.: feijão (preto, carioca, vermelho, fradinho,...)

Instrumento 6: Agricultor

Questão 8 – Lista de alimentos – se for falado pelo entrevistado algum item que não esteja na lista, esses alimentos deverão ser incluídos.

Questão 9.1 – Listar espécies e variedades. Ex.: feijão (preto, carioca, vermelho, fradinho,...)

NOME COMUM DOS ALIMENTOS:

Atemóia: fruta do conde, araticum

Batata aipo: batata salsa, mandioquinha

Mexerica: bergamota, tangerina

Couve mineira: couve-folha

Metodologia para coleta: **Para todos os entrevistados será realizado 3 tentativas de entrevista antes de descartar da amostra.**

Outro especificar: No caso de haver “outro” especificar o outro e pular manualmente para a questão seguinte.

Na questão referente a **quem ofereceu curso de capacitação**, no caso de ser uma parceria entre algumas entidades, colocar “OUTROS” e citar as parcerias.

Questões abertas (Sugestões): Entregar a folha de aceite da pesquisa, a qual apresenta no verso, um espaço para preenchimento. Não havendo sugestões pelo entrevistado, assinalar o campo (01) Não, e deixar em branco. No caso do respondente não saber escrever, preencher o campo com tudo o que ele citar.